



REVISTA DA
ACADEMIA
PARANAENSE
DE LETRAS

Nº65

2015

CURITIBA PARANÁ

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
DIRETORIA GESTÃO 2015 -2016

Presidente

Chloris Casagrande Justen

Vice-Presidentes

Ernani Buchmann
Léo de Almeida Neves

Secretários

Antônio Celso Mendes
René Ariel Dotti

Tesoureiros

Ário Taborda Dergint
Ernani Costa Straube

Orador

Clemente Ivo Juliatto

Editoração

Eduardo Rocha Virmond
Laurentino Gomes
Marta Morais da Costa
Paulo Vitola

Biblioteca Norton Macedo

Patrono
Eduardo Rocha Virmond

Comunicação

Adherbal Fortes de Sá Júnior
Dante Mendonça
Nilson Monteiro
Cecília Maria Vieira Helm

Artes e Promoções

Ário Dergint
Guido Viaro
Maria José Justino
Paulo Torres Pereira

Regimento | Estatuto

Adélia Maria Woellner
Albino de Britto Freire
José Wanderlei Resende
Ney José de Freitas

Observatório da Cultura Paranaense

Darci Piana
Oriovisto Guimarães

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Publicação da Academia Paranaense de Letras

Ano 76, nº 65, setembro de 2015

A revista não se responsabiliza pela redação,
nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

Projeto gráfico

Rita Soliéri Brandt



ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Fundada em 26 de setembro de 1936, teve seus estatutos registrados em 7 de março de 1974 no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, PR, arquivados sob n.º 164.893 e registrados no Livro A n.º 3.112, e também junto ao Conselho do Serviço Social do Ministério da Justiça sob n.º 53/67.

Avenida Visconde do Rio Branco, 1717 – Centro
Curitiba/PR – Tel. 41- 3232-8123
CEP. 80420-210
www.academiapr.org.br
e-mail: erv@ervirmond.com.br

PRESIDENTES

Ulisses Falcão Vieira (1936-1942)
Oscar Martins Gomes (1942-1951)
Otávio de Sá Barreto (1951-1957)
Oscar Martins Gomes (1957-1966)
Osvaldo Piloto (1966-1970)
Vasco José Taborda Ribas (1970 -1990)
Felício Raitani Neto (1990 -1992)
Valfrido Pilotto (1992-1994)
Túlio Vargas (1994 - 2008)
Lauro Grein Filho (2008)
José Carlos Veiga Lopes (2008 - 2010)
Chloris Casagrande Justen (2010)
Eduardo Rocha Virmond (2011-2013)
Chloris Casagrande Justen (2013-2015)





PREFÁCIO

CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN
Presidente

Com ampla visão de mundo, honorabilidade e notabilidade de seus integrantes, a Academia Paranaense de Letras tem por finalidade o cultivo, a preservação e a divulgação do vernáculo, em seus aspectos científico, histórico, literário e artístico, podendo participar de iniciativas úteis ao desenvolvimento cultural do Paraná e do Brasil.

Sob o Emblema da Academia Paranaense de Letras, a Revista da Academia é o livro aberto para receber produções históricas e literárias, dizendo do passado, do presente e do futuro; assuntos científicos desnudando o universo; o cinzel do destino marcando os caminhos; a inspiração dos sonhos transformando a jornada!

A continuidade serena e permanente do processo de imortalidade que envolve todas as academias aos moldes da Academia Brasileira de Letras, a nossa Academia confere à jornada de cada Acadêmico a mística da permanência que eleva o conhecimento da nossa Literatura, das Artes e das Ciências e incentiva o estudo da nossa História, base primeira do orgulho de participar da dinâmica construção da cidadania paranaense.

Portal da Academia, à Revista cabe a honra da saudação pública dos nossos acadêmicos, por seus estudos, suas participações na comunidade enaltecendo a Academia no cumprimento de suas finalidades maiores, o brilho e a dignidade de suas representações como acadêmicos e acadêmicas desta digna instituição. Expressões

de nossa literatura, os artigos sobre variados assuntos revelam, na competência e brilho de seus artigos a profundidade da expressão dos seus saberes.

Assim os estudos da Semana da História, que a Academia Paranaense de Letras realiza anualmente em comunhão com o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, com apoio e parceria da Secretaria de Estado da Cultura, crescem de importância com a participação de ilustres luminares sobre os assuntos programados e que nos honram com o brilho dos intelectuais em favor da cultura paranaense.

Em respeitadas homenagens póstumas aos acadêmicos que nos deixaram, a Revista acolhe pronunciamentos saudosos em reverências que enaltecem as suas memórias e o seu valor, firmando na história paranaense os traços de suas personalidades imortais.

Ao Editor da Revista, o Acadêmico Eduardo Rocha Virmond, expressão de dedicação e cultura entre nós, a Academia deixa aqui gravados os agradecimentos da Academia e os merecidos louros pela sua dedicação e competência.



PREÂMBULO

—•••—
EDUARDO ROCHA VIRMOND
Editor

Tivemos nesta jornada, desde a última Revista, duas perdas irreparáveis dentro de nossa Academia. O falecimento de Flora Camargo Munhoz da Rocha e de Valério Hoerner. A palavra irreparável pode parecer convencional. Mas não é, é verdadeira, pois ambos são de méritos insubstituíveis. Para honrar a memória de ambos, comparece no primeiro caso a filha de Flora e do nosso sempre lembrado Bento Munhoz da Rocha Netto, Suzana Munhoz da Rocha Guimarães (DNA duplamente enriquecido), por sinal foi muito hábil Secretária de Cultura do Estado do Paraná. No segundo caso, a acadêmica Clotilde Branco Germiniani se encarregou de fazê-lo corretamente. Perdemos de ambos a visão, a experiência, a vontade de ser útil, o pendão intelectual de que desfrutávamos.

Neste ano de 2015 há comemorações e lamentações a lembrar. Festeja-se pelo hábito de festejar, como aqueles acompanhantes que no Cemitério batem palmas quando o caixão desce às profundezas do insondável desconhecido.

A mais grave naturalmente é a memória de setenta anos do encerramento da 2ª. Guerra Mundial. Morreram nessa hecatombe mais de 52 milhões de seres humanos. A maioria civis, mulheres caseiras e do campo, homens de idade, crianças, todos inocentes. É lembrado sempre a morte covarde e cruel, detalhadamente planejada, de seis milhões de judeus. É preciso também saber que morreram 22 milhões de russos. Da Polônia foi a metade da população. As cidades da Europa foram devastadas, mais do que tudo os nazistas

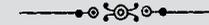
destruíram Varsóvia, Rotterdam e Stalingrado, cidades pacíficas habitadas por civis, que não tinham qualquer possibilidade de defesa. Assim também foi destruída pelos aliados a bela Dresden, cidade aberta, sob o argumento de que ali operava o centro de informações de Hitler. Na guerra do Pacífico, também essa destruição atingiu cidades que obtinham admiração pela sua cultura e desenvolvimento pelo trabalho, como foi a charmosa Manilha, cenário de duas obras de Somerset Maugham, considerada a segunda capital mais devastada do mundo, a primeira Varsóvia. Cidades menores, como Lidice na Tchecoslováquia foram eliminadas do mapa e tantas outras da Rússia. E muito mais. Em separado, breve nota sobre esse inesgotável panorama de catástrofe, um apocalipse que atingiu a todos, de uma forma ou de outra.

Esta Revista inclui trabalhos surpreendentes, pois é possível a todos os membros da Academia escreverem artigos, poemas, crônicas para a Revista. Neste aspecto, pois, esta se encontra recheada de manifestações, como é de seu caráter, de seu objetivo.

Ainda teremos a transcrição de duas novas posses; ambas enriquecem a Academia, como se verá de seus discursos, com manifestações criativas, em outras dimensões – que é sempre o que se espera de cada acadêmico, diga-se uma nova contribuição. Cada Revista será sempre um enriquecimento.



SETENTA ANOS DO TÉRMINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL



CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN
EDUARDO ROCHA VIRMOND
ERNANI BUCHMANN

Do homo sapiens à banalidade do mal.

É tarefa inexequível escrever ou falar sobre a II Guerra Mundial, em sua totalidade, dado os inúmeros aspectos, as diversas interpretações, de cada um dos terríveis acontecimentos que atingiram, de uma forma ou de outra, o mundo inteiro, inclusive a Bacia do Prata, inclusive o Brasil. Veremos, pois, alguns flashes.

Já em 1936, Winston Churchill havia advertido na Inglaterra que o conflito seria inevitável, eis que Hitler estava se preparando para, a título de vingança, tomar conta da Europa. Era muito mais que simples vingança, era a desmedida ambição de dominar a Europa, a Rússia e, por conseqüência, de todo o mundo. Começou pelo corredor de Gdansk, ou Dantzig na Polônia, continuou pelos Sudetos na Tchecoslováquia e daí foi abrangendo um por um os países europeus. Então usou de um artifício, em que era habitual, para dizer que a França é que tinha declarado guerra. No mesmo dia, a Inglaterra já havia declarado guerra, como todos sabem, ciente de que seria logo vítima de ataques; então não se sabia como, mas que se revelou pelo ar. Quando Hitler tomou conta da França, esses ataques ficaram mais intensos, pois os lançamentos saíam próximos da costa francesa. O propósito era o de destruir as grandes cidades da Grã-Bretanha.

Não poderíamos imaginar que essa guerra se estendesse ao Norte da África, onde se digladiavam de um lado os alemães e italianos, comandados por Rommel; de outro, os aliados, australianos

e ingleses, que vieram a se reforçar com o desembarque de soldados americanos em 1942. Nessas batalhas extremamente violentas, com tanques e armas poderosas, por fim os aliados foram vencedores, em Tobruk e El Alamein, o que provocou o reconhecimento de Winston Churchill, nesta lapidar sentença: “Isto não foi o fim. Não foi ainda o começo do fim. Mas é talvez o fim do começo”.

Churchill esteve mais de duas vezes na África, para estimular as tropas aliadas, ainda mais uma vez na reunião com Roosevelt em Casablanca. Antes, quando as coisas estavam pretas, ele disse, quando assumiu o cargo de Primeiro Ministro (1940): “Não tenho nada a oferecer senão sangue, suor e lágrimas” – sua frase emblemática.

Não iremos analisar, nem mesmo uma Revista inteira poderá fazê-lo; poderemos, ainda assim, traçar alguns “flashes”. Stalin, quando a Rússia foi invadida, proclamou “Morte ao invasor alemão”. Isso era um prognóstico e quase uma ordem, porém o povo não tinha como fazê-lo: os moradores dos campos e colinas da Rússia ocidental eram homens e mulheres da terra. Morreram mais de um milhão. Stalin teria se arrependido, pois não podia imaginar que fosse levado ao pé da letra. Deu outra ordem, de que as pessoas fugissem e destruíssem tudo, casas, campos, até vilarejos. Os alemães entravam e não encontravam nada, enquanto a frente de guerra se estendia enormemente, até chegar do mais norte, em Leningrado, até o Cáucaso, no sul. É celebre a declaração de um soldado alemão: “Ninguém nos disse e nenhum de nós poderia imaginar que a Rússia fosse tão imensa”.

Os alemães foram em frente, chegando às circunvizinhanças de Moscou, que era o objetivo de Hitler. Aí enfrentou o inferno, teve de parar, devido à reação imensa, voltando-se para dar atenção a Stalingrado, que era uma questão de honra. Chegou Hitler a proclamar a vitória, porém a resistência russa estava habitando as ruínas e ocupava ainda cinco por cento da cidade. Stalin tinha ordenado: “Nenhum passo a mais para trás”. Zukov projetou a pinça que se estenderia por quilômetros, dos dois lados, com o Exército Vermelho.



Quando as duas extremidades se tocaram, houve enorme alegria dos soldados se abraçando, os alemães definitivamente encurralados. No final, foram aprisionados entre 120 e 250 mil soldados alemães e seus oficiais, o Marechal de Campo Von Paulus à frente. Hitler havia ordenado que ele resistisse até o último homem, mas ele não obedeceu e se entregou ao comando russo. O Comandante russo que recebeu o Marechal não sabia o que devia fazer, se devia matá-los todos. Consultou Stalin, que mandou que recebesse os inimigos com as honras militares. O frio já estava a mais de 30 graus abaixo de zero, foram morrendo os prisioneiros de frio, doença e fome, a alimentação era escassa. Pulando para frente, assinale-se que Von Paulus prestou em Nuremberg contundente depoimento contra Hitler e o nazismo. Depois foi morar na Alemanha Oriental até a década de 70, quando faleceu.

Houve a batalha dos tanques, em Kursk. Alguns historiadores, como J.A.P. Taylor consideraram que essa teria sido a mais importante batalha da Guerra. Hitler preparou-se, denominando-a “Operação Cinderela”. Stalin ficou ansioso e ordenou a Zukov que tomasse a iniciativa. Mas Zukov não obedeceu, esperou que os tanques alemães penetrassem longamente, havia aí caminhos possíveis. Chegou ao ponto desejado e Zukov, que estava no campo de batalha, determinou aos tanques russos a reação. Os tanques russos eram mais leves que os alemães, deslocavam-se em qualquer lugar. Quando a batalha estava no auge, Stalin mandou vir tropas da Sibéria, acostumadas ao frio intenso. E vieram essas tropas rudes e indestrutíveis, que suportavam as mais difíceis condições. Em documentários é possível ver milhares de soldados siberianos, inteiramente de branco, com as armas tremendas, espantando os alemães. Daí em frente os russos não pararam mais até Berlim, também praticando atrocidades. Sabiam o que as tropas alemãs infringiram ao povo, torturando o que encontrava, matando sem piedade. Significativa a declaração de uma alemã: “Prefiro um russo na minha barriga do que uma bomba americana em minha cabeça...” Os soldados russos não perdoavam, estupravam as mulheres possíveis e outras degradações.

Leningrado foi cena de grande heroísmo, cujo povo suportou, sem nunca se render, novecentos dias de cerco; os alemães, perdidos, foram embora sem conseguir penetrar na cidade, que hoje se chama outra vez São Petersburgo (aliás tem a mesma idade de Curitiba, trezentos e tantos anos...).

Chegou o dia D, o dia de Eisenhower, que no princípio cautelosamente tinha o plano B de voltar atrás. Estava apanhando no primeiro desembarque. Mandou que os canadenses invadissem as praias mais ao sul, que estava limpo, e voltassem para mais ao norte, surpreendendo os alemães pelas costas, transformando as dúvidas em triunfo de Eisenhower, enfim dos aliados, que tiveram duras missões até o fim da guerra.

Não poderemos jamais desvalorizar a contribuição da Força Expedicionária Brasileira, que teve papel muito relevante na Frente da Itália, valente e gloriosa.

No Pacífico, onde também os japoneses estavam ganhando, houve batalhas cruéis e sangrentas, selvas povoadas de doenças, aranhas e répteis furiosos. MacArthur conseguiu reverter a posse das ilhas, mas somente as duas bombas atômicas foram decisivas. Apesar de hoje haver críticas negativas, por um lado supostamente humanitário, na época até os expedicionários brasileiros não foram contra a bomba atômica, aqui mesmo houve apreciações, na sede da FEB, todas as vozes foram favoráveis: calcularam na época que a invasão do Japão custaria a vida de pelo menos um milhão de americanos, pelo menos cinco milhões de japoneses, além da destruição de uma cultura histórica. É sempre oportuno lembrar as palavras de MacArthur na assinatura da rendição incondicional do Japão, em agosto de 1945, que se deu perante os representantes dos países aliados, da China, com as autoridades japonesas, além de milhares de marinheiros e soldados, a bordo de um imenso porta-aviões. Disse MacArthur: “Hoje, as armas estão silenciosas, a grande tragédia acabou. Falo em nome de milhares de lábios selados no meio das selvas, das praias, nas profundezas das águas do Pacífico, que

marcam o caminho. Rezo para que a Providência convoque as pessoas de boa vontade para a compreensão da essência da futilidade máxima da guerra (...). A guerra, a doença mais maligna e o maior pecado da humanidade, não pode mais ser controlada, apenas abolida. Estamos em uma nova era. Se não acharmos um modo maior e equiparável para acertar as discórdias entre Nações, o Armagedon estará em nossas portas. Temos agora a nossa maior, a nossa última chance”.

Apesar de tudo isso, as guerras não acabaram. Todos os dias temos notícias as mais berrantes e mais inconsequentes de guerras violentíssimas travadas em alguns lugares do mundo, palco de inimagináveis crueldades contra povos indefesos e inocentes.



ESTÃO VOLTANDO AS FLORES



Por LAURO GREIN

Na hierarquia nacional, à luz dos vários itens classificatórios, saúde, educação, economia, desenvolvimento, riqueza, qualidade de vida, o Paraná aparece em quinto lugar abaixo de São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul. Em termos de avaliação, carece o Estado de um realce próprio, uma projeção específica que o destaque entre os demais.

Lembro, há muitos anos, em roteiro, a bordo do “Ana Nery”, rumo a Manaus, os sucessos de um show, que me marcou a ponto de não querer rememorar.

O maestro em busca de uma animação mais contagiante solicitava a procedência dos passageiros, no propósito de homenageá-los com as canções de seus pagos.

Numa sequência regional de alegrias e empolgações, ouvimos: - Cidade Maravilhosa dedicada aos passageiros do Rio de Janeiro, Cidade da Garoa - São Paulo, Paraíba Masculina - Paraíba, Peguei um Ita no Norte - Pará, Oh! Minas Gerais - Minas, Mulher Rendeira - Ceará, Barril de Chope - Santa Catarina, Evocação - Pernambuco.

Ao chegar no Paraná, a orquestra estacou de súbito, silenciosa e confusa. Não tínhamos uma composição, uma toada, um cântico que nos representasse. Acabaram executando “Maringá”, criação do médico mineiro Joubert Gontijo de Carvalho (Uberaba, 1900), que a compôs em 1932, muito anos antes da fundação da cidade.

Ao comentar o episódio numa reunião da Academia de Letras, surgiu a ideia de adotarmos como canção paranaense, “Estão voltando as flores”, esplêndida marcha-rancho do conterrâneo Paulo Gurgel do Amaral Valente Soledade, (Paranaguá, 1919), recentemente falecido. Idéia

coincidentemente surgida numa reunião dos Amigos do Hospital das Clínicas, a ratificar a beleza da magnífica composição.

Em 1944, quando estagiário do Hospital Miguel Couto, do Rio de Janeiro, ao lado de médicos vindos de todas as partes do Brasil me ressentia a falta de honrarias locais que pudesse apresentar e me vangloriar.

Enquanto cariocas, paulistas, mineiros, riograndenses, maranhenses, cearenses, pernambucanos, alagoanos, etc. cantavam seus vultos, na ciência e artes, alardeando presidentes, ministros, escritores, poetas, embaixadores, em buscas e cismas infrutíferas, me calava.

Em verdade, não tinha cacife para ombrear com Castro Alves, Ruy Barbosa, Casimiro de Abreu, Alvares de Azevedo, Olavo Bilac, Raimundo Correia, José de Alencar, Machado de Assis, Deodoro e Floriano, Prudente de Moraes Campos Sales, Barão do Rio Branco, dezenas e dezenas de figuras, nacionalmente, proclamadas e reverenciadas.

Apelava então para Emílio de Menezes, famoso personagem das rodas intelectuais cariocas, único varão paranaense, reconhecido e admitido naquele cenáculo de celebridades, não tanto por seu patrimônio literário, mas pela sua verve, sátira e boêmia, acervo de histórias sempre contadas e festejadas.

Cinquenta e cinco anos rolaram, distanciando evocações que o tempo sepultou e esqueceu.

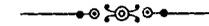
Ao curso desse período, o Paraná, às expensas de uma evolução que o engrandeceu sob múltiplos aspectos, granjeou a posição que hoje desfruta no seio da Federação.

Em cinco décadas e meia, politicamente registramos, três ministros da Educação, Flávio Suplicy, Ney Braga e Euro Brandão, um da Previdência, Reinold Stephanes, dois da Agricultura, Bento Munhoz da Rocha Neto e Ivo Arzua, um da Fazenda, Carlos Rischbieter, um do Esporte e Turismo, Rafael Greca de Macedo, e três da Saúde, Aramis Athayde, Luiz Carlos Borges da Silveira, e Alcení Guerra, prefeito de Pato Branco, a quem devo o início da construção do novo centro cirúrgico da Cruz Vermelha.

Além disso, a Diretoria da Itaipu, está hoje nas mãos de Euclides Scalco, substituto de Ney Braga e Álvaro Dias, gente nossa.

Se a conquista dessas posições está aquém das ambições que desejamos e sonhamos, não há dúvida de que representam muito mais do que alcançamos tempos atrás.

Curitiba, novembro de 1999





COISAS QUE NÃO VOLTAM MAIS

Por LAURO GREIN

Estava no meu gabinete, com o Aurélio na mão, à procura da palavra pic-nic, como se escrevia no tempo de Dona Carola, quando entrou um jovem médico da Cruz Vermelha, cardiologista de trinta e quatro anos.

Disse-lhe o que buscava, notando estranheza diante da palavra que anunciei, alto e bom som.

Piquenique? Nunca ouvi falar nisso.

Expliquei-lhe que era uma excursão festiva no campo entre pessoas de várias famílias, com refeição, bebida, sobremesa, cada um levando sua parte.

Eventualmente música, flauta, violão, bandolim, gaita, citara...

Pelo repertório dos instrumentos, o jovem notou que era algo fora de moda, coisas do passado. Disse-lhe que sim, mas muito frequente nas cidades do interior e que deles tinha várias fotografias, das décadas de dez e vinte, em álbuns do Rio Negro.

Explorando o assunto, perguntei-lhe se sabia o que era “footing”.

Não, nunca ouvi falar.

É um passeio a pé que se faz em determinadas horas, onde se encontram jovens de ambos os sexos para se verem, se olharem e até flertarem. Aqui, em Curitiba, eram tradicionais depois das missas das dez e meia na Catedral e onze no Bom Jesus, e à noite das oito as dez, todos pela Rua 15, da Ébano Pereira à Barão do Rio Branco.

E “da pontinha”, já ouviu alguma coisa sobre isso?

Também não.

-Pois da pontinha é algo que é bom, que agrada bonito ou gostoso, que se dizia tocando com os dedos na ponta da orelha.

E Tarzan o filho do alfaiate?

Talvez uma piada?

- Pode ser. Nos fins da década de trinta, em virtude da grande repercussão de Tarzan, o Filho das Selvas, na literatura e no cinema, houve uma tendência de se parecer mais forte. E a solução imediata foi apelar para os alfaiates solicitando-lhes paletós mais amplos, inseridos de “enchimentos” projetando tórax e alargando os ombros, a simularem uma robustez não existente. Surgiu, então a figura de Tarzan, o filho do alfaiate.

Aos poucos, fui me dando conta de que não podia esperar de um moço de trinta e quatro anos, o conhecimento de fatos anteriores ao seu nascimento.

Mas seria possível admitir que soubesse os folguedos da minha infância, pião, gude, peteca, caracol ou amarelinha, bilboquê, diabolô, bete, mãe de salva, caçador, pular sela ou corda.... Nada disso: ou desconhecia, ou não havia praticado.

No entanto, a segunda quadra da Rua Ermelino de Leão era, no meu tempo, palco de todas essas modalidades, com meninos e meninas cada um na sua, congestionando a rua e fazendo tudo o que sabiam.

Para finalizar, inquiri o doutor sobre os prazeres de sua meninice:

- estudei inglês e francês, pratiquei tênis e natação.

Lembrei então que a educação das minhas filhas, com idades aproximadas, decorreu de maneira semelhante. Elas além do curso superior, estudaram línguas, e desportivamente fizeram natação, tênis e golfe, amealhando mais de uma centena de medalhas em várias competições. O mesmo sucede agora com os netos, nos estádios, nas quadras e nas piscinas, acrescidos dessa parafernália eletrônica, vídeos e computadores com suas dezenas de jogos, entusiasmos que a idade, felizmente, aos poucos arrefece.

É evidente que as exigências de hoje, não permitem à infância as folgas de ontem, quando tudo era risonho e franco e o acervo de conhecimentos não tinha as proporções atuais.

Há de se vir, desde cedo, dedicando um coeficiente ponderável de horas ao estudo que enriquece a mente e ao esporte que aprimora o

físico. “*Mens sana in corpore sano*”, como inscrevia meu quadro de formatura do ginásio em 1935.

Ao curso de meio turno, os usos e costumes mudaram e incessantemente mudam e criando modas e abolindo outras, transformando e revirando a face da terra a atingir o homem da infância à senilidade num crescendo que tudo altera, varia e desfigura.

Anos atrás, o compromisso dos pais para com os filhos e vice-versa não ia além de estudo formal, primário, secundário, às vezes superior.

Hoje, se acrescentam inglês, espanhol, francês; nas academias, ação, musculação, judô, karatê, tênis, balé, informática, ginástica e hidroginástica, odontopediatria, ortodontia, rino e outras plastias, etc.

As atenções dos pais para com os filhos aumentaram geometricamente, criando a responsabilidade de leva-los à idade adulta, fortes e bonitos, cultos e aptos para a luta pela vida.

O curso de medicina, que se resumia em seis anos, passou a doze no sentido de uma capacitação passível de alcançar notoriedade e esperar êxitos. O mesmo vale para outros setores, tomando a existência mais dura e a qualificação mais árdua.

Bem por isso, os mais velhos recordam com saudades os tempos louvando em versos as coisas que não voltam mais:

Vasos de flor na janela, galã de flor na lapela,
charrete com a moça bela, espera o trem na cancela.
Juras de amor na sacada. Versos no chão da calçada,
duendes e contos de fada, noites sem medo de nada.
Lua no céu sem fumaça, doce sorvete na taça.
Fruta caindo de graça. Namorados no *footing* da praça.
Pegava o bonde e sorria, a gente se conhecia,
silêncio no fim do dia, hora da Ave-Maria.
Chuva juntando as crianças, água desmanchando as tranças,
vida fugindo tão mansa, pena que já não se alcança.

A moça conta, um pecado, a banda chora um dobrado,
o velho fisga um dourado, no rio do mu passado.
Coisas que não voltam mais. Coisas que não voltam mais...

Curitiba, 11 de dezembro de 2000



CAMINHOS DE BUSCA

Por ÍRIS ÉRICA K. BIGARELLA

O ser humano é único.

Fisicamente consegue viver em todos os ambientes geográficos e climáticos do planeta e psicicamente é capaz de superar as limitações de seu corpo e estar aberto a novas percepções de conhecimento e expansão da consciência.

O enfoque árido da ciência materialista não considera a magnitude extraordinária da natureza humana, pois conseguimos – **as únicas criaturas da Terra** – mudar nossa biologia pelo que pensamos, sentimos e realizamos.

Como explica sabiamente o médico, físico quântico e terapeuta indiano Deepak Chopra: “Em essência nossos corpos são compostos de energia e informação, não de matéria sólida. Esta energia e conhecimento são manifestações dos infinitos campos de energia e conhecimento que alcançam todo o universo.

... A bioquímica do corpo é produção da consciência. Crenças, pensamentos e emoções criam as reações químicas que sustentam a vida de cada célula... *todos nós estamos ligados a padrões de inteligência que governam o cosmos*. Nossos corpos são parte de um corpo universal, nossas mentes são aspectos de uma mente universal. ⁽¹⁾

Embora isto possa soar um pouco brega para nossas sofisticadas mentes ocidentais, no fundo, bem no fundo, todos desejamos ser felizes. Desfrutar serenamente das alegrias desta vida e aceitar os

1. Chopra, Deepak, M.D., Corpo Sem Idade, Mente Sem Fronteiras – (A alternativa quântica para o envelhecimento) Editora Rocco Ltda. Rio de Janeiro 1994 – pág. 17 (grifo nosso).



sofrimentos como desafios pra o crescimento. Como uma tarefa magnífica, como uma caminhada de busca.

Porque, afinal, somos livres.

Sim, *somos livres*.

Quando se foge desta realidade contida profundamente em nós, a tendência é sentir-se vítima. Ai, minha infância infeliz, as injustiças que me fizeram, o meu trabalho aborrecido, esta família, esta carreira, este país... e as centenas de milhares de complexidades que a vida vai criando, incessantemente, todos os dias.

Não somos vítimas, somos vencedores!

Se assim não fosse, aquele ser – o humano – que há milhares de anos se ergueu sobre dois pés e olhou longe, para cima, para o alto e enfrentou com inacreditável coragem as mais tremendas dificuldades, não teria chegado onde está hoje.

Nossa existência é vivida principalmente pelos constantes desafios do dia a dia: interação com o meio e nossos semelhantes e as complexas turbulências de nossas emoções que isto desperta.

Somos imperfeitos e vulneráveis.

Porem, ao mesmo tempo, dentro das limitações de nossa natureza, somos livres para tomar consciência de nossa força e nosso poder.

Um poder extraordinário.

Que podemos acessar todos os dias, todas as noites incessantemente.

Qual seria este poder?

É o poder da boa-vontade.

A boa vontade é como uma “ chave mágica que abre todas as portas” como dizia uma velha sábia. Qualquer tarefa, caminhada, enfrentamento de uma situação de conflito pode ser resolvida usando boa vontade. O desejo de encarar tudo com disposição para o sucesso, alegremente ignorando dificuldades reais ou imaginadas.

Diz um velho adágio:

“Quando entro com a coragem, Deus dá a força.”

A vida diária vai apresentando, incessantemente, novos problemas, situações imprevistas, notícias assustadoras de ambientes próximos ou distantes – e que a mídia com sua ganância por impactos a qualquer custo – divulga de maneira berrante. Constituem os nossos desafios, os nossos caminhos de busca para uma tranquilidade mais serena para viver os agitados dias atuais..

Certamente não existe uma “receita”, por assim dizer, para encontrar um caminho certo e único, um caminho de busca válido para todos.

Mas... só o querer encontrar é um aceno de esperança.

“ Ora, se tantos conseguem, por que eu não?”

As pessoas e seus temperamentos variam imensamente, como se sabe e, vai daí, as buscas sempre são outras. É importante aceitar a busca de cada um, o seu modo de ser, as suas convicções, mesmo que sejam completamente diversas das nossas. E considerando, sem pieguice, que existe sempre a linguagem do amor. Ah, o amor..

Que palavra mais mal usada e banalizada... E linguagem do amor, então... Quantos entendimentos tolos, até mesmo estúpidos. E que confusão chamar de amor essa fortuita e muitas vezes passageira atração sexual de duas pessoas com tudo que de encantamento e decepção pode conter... O chamado amor romântico.

O amor, o verdadeiro amor, encerra uma gama imensa de sentimentos do mais elevado significado para o bem estar e a convivência entre nós, seres humanos. A sua forma mais elevada e completa se expressa nas palavras do grande nazareno Jesus, de há apenas dois mil anos atrás. De alguma forma, muitas religiões sugerem que não se deve infligir ao outro o que nós mesmos não queremos sofrer.

Mas o ensinamento de Jesus vai muito além. Procura acolher o outro como “teu irmão, amando-o como a ti mesmo”... Uma intenção complexa porque pode sugerir egoísmo, mas em sua forma adequada significa reconhecer o “nosso irmão” como uma criatura

igual: o porteiro do prédio, o gari da rua, o carrinheiro... Com seus defeitos e qualidades iguais às nossas. O amor em sua forma direta e simples.

E que, levada para o dia a dia por meio de paciência, muita paciência e tolerância, perdão perante as falhas dos outros e compreensão das próprias deficiências, pode realmente criar um ambiente de harmonia e delicioso equilíbrio.

Não mais um caminho de busca, mas de encontro!

Que fez o conhecido escritor e médico neurologista Oliver Sacks exclamar: "A vida é um grande privilégio e aventura" e isto aos 81 anos quando descobriu que tinha um câncer terminal.

Encarou a busca como caminho.

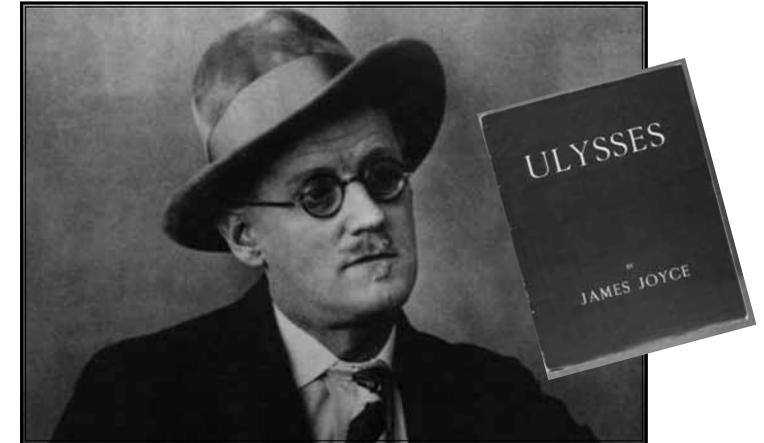
A uma mente sempre aberta, aparecem novas sugestões e novas formas de encontrar amigos, experiências e aventuras, grandes ou pequenas, e os meios para alcançá-las. Livros, cursos e reuniões e, um intenso desejo de cuidar de si e dos irmãos de caminhada.



ULYSSES - TRADUÇÕES



Por ERNANI BUCHMANN



Neste 2015 comemoramos 70 anos da primeira tradução em espanhol do *Ulysses*, de James Joyce. A história é curiosa. Consta que o governo argentino andava interessado em promover uma tradução de *Ulysses* na língua pátria.

Como é comum nos governos, mandou-se formar comissão, para a qual, ao que consta, foi nomeado, entre outros, Jorge Luís Borges. Certo dia, a comissão reunida, alguém comunicou que já havia uma edição argentina da obra, surpreendendo o grupo. O autor era um professor autodidata, desconhecido, chamado J. Salas Subirat.

Subirat traduzia e escrevia manuais da área de seguros. Por conhecer a língua inglesa, deu-se ao trabalho.

A comissão desapareceu, mas o trabalho de Subirat veio à tona. Em meio a inúmeros desafios propostos pela tradução, ele abriu o livro com uma apresentação das suas principais dificuldades. Em diversas passagens, transportou a linguagem das ruas de Dublin,

materializadas por Joyce, para a língua do povo de Buenos Aires, tanto o dialeto lunfardo quanto o *vesre*, a ciência popular de trocar o começo pelo fim das palavras. Borges elogiou o resultado, ressaltando que Subirat errou bastante. Mas quem não erra ao traduzir *Ulysses*?

Os espanhóis, que durante muitos anos foram obrigados a se valer a tradução argentina, jamais gostaram da obra de Salas Subirat. Hoje existem outras três traduções disponíveis em espanhol, além de uma em galego e outra em catalão.

Mas, a questão que persiste é por que *Ulysses* é tão valorizado pela comunidade acadêmica. De todos os personagens literários do mundo ocidental, apenas Don Quixote pode se comparar a Leopold Bloom, o protagonista de *Ulysses*. Excetuando-se Jesus Cristo, se o considerarmos personagem literário e não histórico.

O livro está entre os mais cultuados da história. Jamais vendeu tanto quanto a Bíblia, as *Mil e Uma Noites*, o Quixote. No entanto, desde que foi lançado, em 1922, tornou-se objeto de estudos e análises.

Joyce, ironicamente, declarou que, com sua obra, deixaria os professores e estudiosos ocupados por séculos. Calculou 300 anos. Já estamos há quase cem desde seu surgimento e continuamos a discuti-lo.

O escritor cultuava suas próprias tradições. Era um supersticioso profissional, dedicado à análise da repetição de datas e nomes. De tal forma que sua obra criou uma tradição literária única, com a celebração, a todo dia 16 de junho, do *Bloomm's Day*, comemorado com eventos em todo o planeta.

Ulysses é um livro fenomenal, livremente baseado na Odisseia, de Homero. Jean Paris, um dos biógrafos de Joyce, chamou-o de incomensurável. A obra é escrita em diversos estilos, pelo menos um a cada capítulo. Ali há drama, poesia, ensaio, crítica literária, farsa, narrativa, reportagem, entrevista, dialética, catecismo, sermão, apologia, tratado, ciências matemáticas. E, no recurso mais incensado de todos, revela-se o monólogo interior, responsável por um dos grandes debates que cercaram a obra: o próprio Joyce tratou de apontar o inventor da técnica. Eduard Dujardin, escritor que, assim, estendeu a imortalidade de sua obra.

Jean Paris escreveu que, em *Ulysses*, “cem estilos se misturam: do elegíaco ao chulo, do jurídico ao pastoral, do religioso ao erótico, do científico ao demencial, convocados como que por uma perpétua magia”.

Só o capítulo VII traz 96 diferentes figuras de retórica: metonímia e metáfora, sinédoque e anacoluto, a obra incorpora trocadilhos, cacófatos, hipérboles, redundâncias, metáforas, onomatopeias.

Joyce apropria-se da linguagem musical, ele que era um tenor de bons recursos e pianista de festas, para dotar a linguagem de *Ulysses*, por exemplo, de fugas, trinados, rondós, stacatto, martellato, pizicato.

Tudo pensado e desenvolvido entre 1914 e 1921, a partir de Trieste – onde se radicou depois de deixar a Irlanda com Nora Barnacle – passando por Zurich e, enfim, Paris. Em grande parte da vida foi professor de inglês, função que deixou de lado já em Paris, quando sua fama começou a crescer e ele teve condições, enfim, de viver da literatura que produzia.

A fama foi sofrida, ainda que ele soubesse ser duradoura. (A propósito, só o Yahoo, *site* de buscas na internet, traz 92 milhões de referências a James Joyce). Para chegar ao ápice, suplicou, brigou, ameaçou, processou, escarneceu, ridicularizou, blefou, transgrediu (e não só a sintaxe, mas as convenções sociais, a religião e os poderes políticos), deu calote, desesperou-se, mas, antes de tudo, trabalhou. Para sustentar a família e criar sua literatura, usou de todos os meios à mão, inclusive o de viver graças à ajuda do irmão, Stalislus, e de amigos, como Ettore Schmitz, judeu de Trieste que mais tarde se tornou um escritor reconhecido em todo o mundo com o nome de Italo Zvevo.

Joyce transformou recordações em obra literária. Viveu os últimos 30 anos de vida sem pisar na Irlanda, escrevendo todos os dias sobre a própria Irlanda. Desprezava sua terra e vivia escravizado por ela. Sua mente jamais deixou a terra natal.

Criado nos cânones da igreja católica, ela se mostra onipresente nas suas obras, impregnadas de resquícios do ensino jesuíta. Stephen Dedalus é o mais evidente, mas Leopold Bloom, judeu, foi batizado três vezes.

Joyce confundia questões ideológicas com problemas pessoais. A agressividade era um de seus traços principais. Não apenas um agressivo retórico. Ernest Hemingway contava que saía muito com Joyce, para beber em Paris. A certa altura, o irlandês puxava briga. Quando a situação ficava feia, chamava Hemingway para que resolvesse o problema.

Passou a vida sentindo-se traído. Pela Dublin que não parava de desprever, pela Irlanda, pelos colegas de juventude, pelos políticos, pelos amigos, pelos editores, pelos tipógrafos, pela censura, pelos governos, pelo irmão, pelas suas mecenas, por Nora Barnacle, pelas suas próprias palavras.

Ciumento de todos, invejoso da fama de outros escritores, crítico ferino da obra alheia, ego centrado em tempo integral, Joyce não era pessoa fácil.

Poliglota capaz de se expressar em mais de dez línguas, fluente em francês, italiano, alemão e dinamarquês, talvez sua genialidade justificasse tudo. Na redoma em que enclausurou a família, só havia lugar para a própria arte. Nora Barnacle, que reconhecia nunca ter lido nada do marido, respondeu assim quando lhe perguntaram o que achava da obra de André Gide:

- Quando se é casada com o maior escritor do mundo não se presta atenção aos menores.

Seus livros foram publicados com grande atraso, às vezes auxiliados pela superstição. Assim é que *Ulysses* foi publicado na França, em primeira edição, em 2 de fevereiro de 1922, dia em que comemorava 40 anos, exigência sua.

O livro foi proibido nos Estados Unidos e na Inglaterra. Só em 1934 é que foram liberados para publicação na América do Norte. A edição inglesa demorou outros dois anos para vir à tona. Durante esses anos, a obra saiu em edições piratas no Japão, duas traduções diferentes, e nos Estados Unidos – por um editor chamado Samuel Roth.

Em 1929 veio à luz em francês aquela que é considerada ainda hoje a melhor tradução de *Ulysses*, até porque contou com a

supervisão do autor da obra. Auguste Morel, Valery Larbaud e Stuart Gilbert fizeram o trabalho.

A edição que está no mercado, de Jacques Aubert, incorpora a tradução original de 1929, dando o crédito exigido.

As traduções em outros países europeus de sucederam. Em outras línguas latinas, Carlo Linatti, amigo de Joyce, já havia adiantado alguns episódios em italiano.

Em 1966, saiu a primeira tradução brasileira, de Antônio Houaiss. Foi uma empreitada, sem trocadilho, homérica. Houaiss, diplomata afastado pelo regime militar, enfrentava problemas financeiros. Ênio Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira, homem de esquerda, preso mais de uma vez por crime de opinião, ofereceu ao amigo a tarefa impossível. Houaiss não só aceitou como atingiu a meta em 12 meses – tempo em que também trabalhou em outras atividades.

A tradução carece de algumas qualidades. O tradutor era linguista, não poeta ou romancista. A obra deu ofereceu ao público é de andamento difícil, como se o tradutor estivesse mais interessado em criar neologismos e poemas concretos do que traduzir a linguagem joyceana. Há um acento pernóstico na tradução que não existe no texto original.

Mas Houaiss precisou escavar na rocha para chegar ao fim da tarefa. Suas referências eram poucas, além do texto da primeira edição. Não teve a seu favor nem as correções e acréscimos que *Ulysses* recebeu ao longo dos tempos.

Sim, porque o texto, mesmo depois da morte de James Joyce, continuou a ser revisto. O autor era tão perfeccionista quanto míope, corrigindo as provas do livro à exaustão. Mais ainda, suas cartas aos editores, parentes e amigos traziam capítulos inteiros da obra. Além disso, *Ulysses* vinha sendo publicado em episódios, na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde estava o chamado “Manuscrito Rosenbach”, comprado do autor por U\$ 1975. Por último, existiam erratas nas primeiras edições, não consideradas posteriormente.

Nos anos 70, o professor da Universidade de Hamburgo, Hans Walter Gabler, reuniu uma equipe entre alunos e estudiosos para corrigir e ampliar o texto existente, com base no material disponível. No início da década seguinte o texto corrigido foi publicado, com o título de “correct text”, hoje conhecido como a Gabler Edition. Aí se iniciou uma polêmica com o professor de Harvard John Kidd, que alegava ter Gabler se utilizado de cópias e não apenas de originais para as suas correções. Ao final, a versão Gabler terminou aceita, quase na totalidade.

Existem inúmeras edições em inglês do livro. As que foram lançadas pela Penguin Books trazem uma introdução valiosa do professor Declan Kiberd, especialista em Ulysses. A mesma editora publicou uma edição anotada, para estudantes. É um primor, um catatau de 1200 páginas.

Em português, ficamos 50 anos com a tradução de Houaiss. Apenas em 2007 saiu pela Objetiva a tradução da professora carioca Bernardina da Silveira Pinheiro, entusiasta de Ulysses que trabalhou sete anos da obra para, como afirmou, “mostrar que a obra de Joyce não era uma aventura intransponível, difícil e pesada, mas uma linguagem coloquial, convidativa”.

Nesse sentido, sua tradução é facilitadora, o que nunca foi o objetivo do autor. Os atalhos linguísticos de que a tradutora lançou mão ajudam ao leitor iniciante, ainda que a tradução pareça, em termos de criação literária, um exercício reducionista do original.

Em 2012 saiu a terceira tradução brasileira, pela Companhia das Letras, do professor e escritor paranaense Caetano Galindo, a melhor das brasileiras. Galindo traz o ritmo que Houaiss não conseguiu e a erudição que a professora Bernardina não mostrou. A tradução também inclui a notável introdução do professor Kiberd.

Existem ainda duas outras traduções em português. A de João Palma-Ferreira, de 1984, e o ótimo trabalho de Jorge Vaz de Carvalho, publicado em 2013, com posfácio precioso de Richard Ellmann, biógrafo de Joyce.

Na Espanha, em 1976, foi publicada uma tradução de José Maria Valverde e, em 1999, um trabalho melhor concatenado, assinado por Francisco Garcia Tortosa, à frente de uma equipe de tradutores.

Antes disso, em 1980, veio à luz uma edição em catalão, obra de Joaquim Mallafré – edição seca, como a de Houaiss, sem nenhuma informação, nem mesmo orelha. Em 2013 apareceu a tradução galega, coordenada pela tradutora Eva Almazán, em edição luxuosa, capa dura.

As traduções de Ulysses, como vemos não param de sair. A chinesa e a romena são de 2011. Este ano surgiu a segunda tradução argentina, de Marcelo Zabaloy.

Ulysses está traduzido em inúmeras línguas. A russa só foi editada depois do fim do império soviético. Dinamarquesa, sueca, holandesa, alemãs, italiana, grega, árabe, o universo não para de crescer.

Jorge Luis Borges, em seu curto ensaio “As versões homéricas”, fala da superstição das traduções e analisa diferentes traduções de um capítulo da Odisseia, quando Ulisses comunica os fatos ao espectro de Aquiles. “Qual dessas muitas traduções é fiel?”, pergunta Borges. “Repito que nenhuma ou que todas. Se a fidelidade deve ser prestada às imaginações de Homero, aos irrecuperáveis homens e dias que ele imaginou, nenhuma pode sê-lo para nós; todas, para um grego do Século XX.”

Assim também se dá com as traduções de Ulysses, a obra incomparável de James Joyce.





HEIDEGGER E O NAZISMO



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

“Homo sapiens – denominação claramente prematura”

Millôr Fernandes

Tarefa mais difícil do historiador a de se colocar na atmosfera em que os acontecimentos ocorreram. “Toda história é história contemporânea”, disse uma vez Benedetto Croce, conceito de profundo significado, mas que, em uma visão mais ligeira, significa que a visão do historiador deve estar impregnada de contemporaneidade, para que, à luz da mais avançada historiografia, possa interpretar ou verificar os acontecimentos. É mais que evidente que o historiador não pode ser o juiz dos fatos passados. J.A.P. Taylor disse que historiadores frequentemente se desagradam com o que aconteceu ou desejam que deveria ter acontecido diferentemente. Quando a história entra na filosofia, a distinção é muito complexa, pois os juízos de valor são efetivamente os que vêm a importar com mais expressão. Pode-se tentar ser imparcial com Heidegger, mas não com o nazismo. A aproximação com Heidegger deriva do fato de que, por ter sido grande figura da filosofia de todos os tempos, queremos justificar, com as suas próprias explicações posteriores, os seus comprometimentos de natureza política, ou isolá-los dos arcaísmos de natureza filosófica. A edição do famoso discurso de Heidegger, em sua posse na Reitoria da Universidade de Friburgo em 1933, com a reprodução do original em alemão traduzido pelo Professor Fausto Castilho, tem por objetivo instrumentar a discussão sobre Heidegger e o Nazismo, cujos conferencistas são o próprio Professor Castilho e o Professor Zeljko Lobaric, no programa de filosofia da 1ª Feira Interamericana do Livro. Por que? O grande movimento político totalitário de extrema direita

que causou a terrível guerra com a morte de muitos milhões de seres humanos não só não deverá ser esquecido, mas lembrado. A pergunta é, no momento, de como intelectuais da maior sabedoria - seguramente Heidegger foi um dos três maiores filósofos deste século XX - puderam se impressionar com uma figura como Hitler e sua doutrina nacional-socialista? No caso de Heidegger, é evidente que ficou impregnado de inexplicável fanatismo, mesmo porque havia sido advertido por Karl Jaspers, que lhe perguntou, antes da nomeação para a Reitoria da Universidade: “Como um homem de tal maneira inculco como Hitler poderá governar a Alemanha?”. Heidegger lhe respondeu: “A cultura não conta (...). Olhe as suas admiráveis mãos!”. Se não fosse por isso (o filho Herman de Heidegger duvidou inutilmente de Jaspers) ficaria o “apelo aos estudantes alemães” em novembro de 1933, em que Heidegger escreveu a frase considerada fatal, na expressão de seu biógrafo Ruediger Safranski, em que ele disse: “Não tome princípios e idéias como regra de seu ser. Só o Fuehrer é ele mesmo a realidade e a lei da Alemanha de hoje e de amanhã”. Há várias explicações dadas pelo próprio autor, por alguns poucos de seus amigos, porém outros amigos e outros filósofos foram vítimas de suas delações, algumas delas repudiadas até mesmo pelos nazistas de então, mostrando o quanto Heidegger foi injusto. Os exemplos pululam nos dois sentidos, mas é importante ressaltar o exemplo fundamental de como um gênio da filosofia arriscou tudo para defender o obscurantismo - mesmo que tenha tentado se redimir depois da guerra perdida, no advento de cuja vitória foi encontrado entre os destroços, para nossa tristeza, o recibo de pagamento da última prestação de membro do partido nazista.

Theodor W. Adorno disse maravilhosamente o seguinte: “Uma das lições que a era hitlerista nos ensinou é a de como é estúpido ser inteligente”. E nessa nota arrematou: “Hitler era contra o espírito e anti-humano. Mas há um espírito que é também anti-humano: sua marca é a superioridade bem informada”. São estes os motivos que tomam tal discussão necessária: a arrogância e a prepotência, enfim a recusa

por alguns - quando intelectuais tanto mais grave - da democracia que significa tolerância, bondade, compreensão, respeito aos direitos dos divergentes.

Esclarecimento complementar. Este texto sobre Heidegger foi exposto na abertura de um Simpósio de apenas uma noite realizado dentro do programa da I Feira Interamericana do Livro realizada em Curitiba no ano de 1997. Foi incluído na pequena edição bilíngue da célebre aula inaugural proferida por Heidegger em 1933, que publicamos na Secretaria de Estado da Cultura com este texto e em seguida uma notícia do tradutor, o professor Fausto Castilho, que deu a ideia de tal publicação na qual o texto em alemão está em letra gótica. Uma grande novidade, jamais no entanto repetida. Fizemos uma noite de discussão, convidados o referido excelente professor e ainda o notável Zeljko Lobaric, para como que dirigirem os trabalhos. Contava-se a presença de vários intelectuais brasileiros, além de vários professores, Alberto Dines, Fernando Velloso, Orlando Soares Carbonar, João Luiz Fiori (que voltava para a Feira, representara o Presidente Fernando Henrique na abertura). Começando as 18 horas, continuou, em noite gélida no Barigui, até às 21.30, quando propus continuar a espetacular discussão em um restaurante, todos mortinhos de frio e fome, e nos dirigimos a Santa Felicidade, ao Restaurante Iguazu, porque todos os nossos visitantes queriam saborear o autêntico risoto. E lá ficamos até meia noite, embalados pela força da irrecusável demonstração de interesse e participação dos presentes, aguçados pela curiosidade sobre a profundidade dos trabalhos de Martin Heidegger, apesar de seu caráter que, para não sermos cruéis, diríamos errático. Há dúvidas porque ele nunca negou, nem confirmou a sua admiração por Hitler, de que foi demonstrativo o Discurso da Reitoria. Muitas foram as oportunidades para ele se pronunciar, mas ele dizia “não se pode negar a história”. De qualquer maneira, ficou horrível ele não se pronunciar, mas ficaria talvez pior se ele viesse a negar o seu envolvimento. Extremamente

difícil essa posição. Ficará bem para ele ter renunciado à Reitoria dez meses depois de assumir, e se recusado a permanecer no cargo? Ele não deu explicações, mas parece em seu favor que ele não se conformara com a ordem recebida para demitir dois professores judeus, que ele se recusou a cumprir. Como um homem de pensamento, ele não poderia deixar de ser incapaz de entender a expulsão de dois professores, por causas racistas, que nada tinha a ver com a missão da Universidade. Mesmo com essa atitude, muitos não lhe perdoaram, muitos intelectuais judeus mas nem todos, porque Jaspers, Hanna Arendt e seu marido Heinrich Blucher, afora outros notáveis das letras e da filosofia, na França, nos Estados Unidos, como Mary McCarthy, não levaram ao paroxismo as considerações negativas sobre a então aproximação de tal filósofo com o nacional-socialismo, acreditando que este fato havia terminado. Ele teria dito que não só não tinha vocação para a política, como também não conseguia entender perfeitamente o que se passava, parece desculpa esfarrapada. Faz-se necessária uma observação sobre Husserl: na edição seguinte, já imperava o nazismo, de sua grande obra “O Ser e o Tempo”, que fora publicada em 1927, Heidegger eliminou a dedicatória da primeira edição em favor de Edmund Husserl. Quando houve revolta, com acusações contra ele, as mais graves, ele explicou que se não eliminasse a dedicatória o livro não poderia ser republicado, mas que as homenagens a Husserl, as citações estavam inseridas e aperfeiçoadas dentro do texto revisto da referida obra. Essa explicação não foi aceita por nenhum de seus próximos filósofos. Tanto o próprio Husserl como ainda Jaspers, e mais a própria Hanna Arendt, reprovaram essa eliminação, outros ainda, não aceitando, portanto, que ele se submetesse a essa exigência das autoridades nazistas. Ele considerava que era indispensável a segunda edição da famosa obra, com os aperfeiçoamentos que nela registrou, mesmo com tal omissão. Se ele imaginasse a reação, teria insistido em publicá-la naquela oportunidade? Impossível ter-se uma resposta sobre isso. Ele era silencioso e não respondia a nada, salvo em sua última

entrevista para a revista “Der Spiegel”, em que ele se justificou por não encarar as violentas críticas, permanecendo outra vez omissos. Diga-se em seu favor que o seu trabalho “Sobre o Humanismo” (1949) é de tal clareza e profundidade, a ponto de despertar, a quem o enfrenta pela primeira vez, o interesse por suas obras em sua totalidade. Pessoa em si muito contraditória, mas que em suas obras não há qualquer resquício de contradições. Em face de todas essas contradições, podemos nos interessar por essa personalidade, não de modo a aderir, ao contrário, a seu comportamento, muito curioso em face do que produziu e do que disse (em suas cartas por exemplo), mas a seus trabalhos, a sua filosofia propriamente dita, que nos ensina a pensar, a refletir, mas não necessariamente a viver.

“Viver é um privilégio, mais que um direito”.

Provérbio indiano

HOMO HABILIS, HOMO MENSURA, HOMO SAPIENS. Todas estas expressões, desde Parmênides, se referem à criatura humana. Parmênides foi o primeiro, basta dizer que ele nasceu setenta (ou 55?) Anos antes de Platão. Foi Parmênides que fez com que “o ser” fosse o centro da filosofia. Parmênides não era somente filósofo, era poeta. Seus textos filosóficos foram escritos em versos, de que restam fragmentos muito elucidativos, só gente muito especializada conseguiu traduzir. Assim aprendemos com Jacques Brunschwig: “Parmênides deu à filosofia um objeto que devia restar para sempre em seu centro: o ser. Ele inaugurou assim a história do que se chama a ontologia ou ciência do ser”. O diálogo de Platão denominado Parmênides, faz crer que esteve com Sócrates, quando este tinha dezenove anos e Parmênides sessenta e cinco. Diz-se assim que não se pode levar Platão “à la lettre”, não se pode considerar exata a cronologia de Platão. Mas o diálogo com o nome do filósofo-fundador é dos mais sérios, mais complexos,

exigindo atenção desmedida para absorver o seu conteúdo. É muito difícil para um simples mortal, como quem está escrevendo este trabalho, para quem é bem conveniente aceitar a escolha de Merleau Ponty e de Adorno, como “não profissional”. Ambos estimam que não se pode desprezar um “não profissional” e a sua eventual clarividência.

“Homo mensura” veio do princípio de Protágoras, que significava ser a criatura humana, o ser, “a medida de todas as coisas, das que são em tanto que são, e das que não são em tanto que não são”. Este princípio “deu bode”, porque até hoje a filosofia o discute palavra por palavra, desde o próprio Platão, que disse “o deus é a medida”. É um assunto bárbaro, vamos adiante.

“Homo habilis” diz com a faculdade que o ser tem de manipulação. Manipulação material, física, não a manipulação mental que certos arrogantes fazem de seus semelhantes, muito habitual no Brasil.

“Homo sapiens” veio somente no século XVIII com Linneu, com quem aprendemos ser parte inicial do seu “Systema naturae”, que designa a espécie humana em primeiro lugar, vindo as demais espécies em seguida. Não é o homem, nem a mulher, com que os menos avisados pretendem se exhibir. Segundo André Lalande (“Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie”), “Linneu inscrevia na coluna reservada aos caracteres distintos da espécie: “nosce te ipsum”, conhece-te a ti mesmo (Sócrates). “Ele (Linneu) justifica a palavra “sapiens” por este caráter consciente da humanidade, pela faculdade de conhecer em geral: Primus sapientiae gradus este res ipsas nosse (ibid 10ª. Edição, I,7), por aquela de se elevar ao conhecimento de Deus, e pela posse da linguagem, a que ele ajunta ulteriormente a vontade refletida: Sapiens utique est qui fines recipit (13ª.ed., intr. I, 8)”. Assim, conhecendo tudo isso, o nosso incrível Millor Fernandes diz ser prematura a denominação de homo sapiens; revelando, pois, essa desconfiança (pé atrás, como se diz) sempre poderemos manter em relação aos seres muito inteligentes, como disse Adorno, não custa repetir: “Uma das lições que a era hitlerista nos ensinou é a de como é estúpido ser inteligente”.

A filosofia pode ser também muito objetiva, sem mistérios, tanto no princípio de Protágoras, na redução de Parmênides (o ser), como em algumas tiradas, como de Heidegger: “Pensar é uma atividade solitária. Pensamos, porque somos seres pensantes. Vivemos porque estamos vivos”. Antes ele havia abordado: “Pensar não traz conhecimento como fazem as ciências. Pensar não produz sabedoria prática utilizável. Pensar não resolve os enigmas do universo. Pensar não nos dota diretamente com o poder de agir”. Em outro contexto, Heidegger proclamou: “A linguagem é a casa do ser. Nessa habitação do ser mora o homem. Os pensadores e os poetas são os guardas dessa habitação”. Não poderemos esquecer de Hegel: “A liberdade é o conhecimento da necessidade”. Hegel se referia à liberdade de pensamento? Que governa todas as outras?

Kant chamava com ironia os chutadores de sua época de “pensadores profissionais”, que nós muito conhecemos os de hoje, os daqui do Brasil também. Hannah Arendt, admiradora de Kant, sobre quem escreveu muita coisa de extremo valor, não aceitava ser chamada “filósofa”, se recusou a se ombrear com aqueles ironizados por Kant. Voltemos ao nosso Millor Fernandes, que sabiamente, como um bom filósofo alemão, tal como Kant, disse: “- Dizes pensar livre pensar, mas livre pensar é só pensar”.

Hannah Arendt denunciou a banalidade do mal, a sua natureza radical, que inoculava em suas milhões de vítimas a crença de que eram supérfluos como seres humanos.

Quando deixaremos de ser “prematuros”? Pelo menos não seremos supérfluos?

Por fim, a volta à natureza, princípio de todas as coisas:

*“...et écouter les bruits du jour
Comme s'ils étaient les accords de l'éternité”*

Karl Kraus

REFERÊNCIAS

- Platão** - "Parmênides", diálogo (ed. admirável da PUC-Rio).
- André Lalande** - "Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie" - Ed. Societé Française de Philosophie.
- Martin Heidegger** - "Qu'appelle-t-on penser?" Ed. Puf, ÉPIMÉTHÉE.
- Rüdiger Safranski** - "Heidegger et son temps" (Ed. Grasset).
- Theodor W. Adorno** - "Minima Moralia", "Jargon de l'autenticité - De l'ideologie allemande", "Dialectique négative" (Ed. Payot).
- José Ferrater Mora** - Diccionario de Filosofia, v. 2, Espanha, Ed. Allianza.
- Jacques Brunschwig et Geoffrey Lloyd** - "Le Savoir Grec" (Flammarion).
- Hanna Arendt** - A Vida do Espírito, v. 1 – Pensar, v.2 – Querer (postfácio de Mary Mccarthy). Ed. Instituto Piaget, Portugal.– ver o filme imperdível.
- Martin Heidegger** - Conferências e escritos filosóficos – edição brasileira de "Os Pensadores" (Abril), Prof. Ernildo Stein – excelente e extraordinário trabalho de seleção do mestre filósofo do R.G.do Sul.
- Martin Heidegger** - "On the way to language" (Ed. Harper).
- G.S.Kirk e J.E.Raven** - "Os Filósofos Pré-Socráticos" (Ed. Fundação Calouste Gulbenkian), que contém textos em grego, para quem privilegiado puder fazer uso. Mas tem a tradução junto, para nós mortais.



TÃO LONGE, TÃO PERTO

Por SUZANA MUNHOZ DA ROCHA GUIMARÃES



Flora, minha mãe. No tempo real já fazem seis meses que ela morreu, mas no tempo do sentimento e da emoção, ela ainda está por aqui. Tão longe e tão perto.

Cuidei dela nos últimos tempos como quem cuida de um tesouro, coisa valiosa e rara. Tentei amenizar os estados desconfortáveis da velhice, a falha progressiva dos sentidos, a inevitável solidão. Prometi e cumpri duas coisas: ela não sentiria dor nem abandono. Não ficaria sozinha nem um instante.

Ao mesmo tempo que cuidava, sentia que uma experiência incomum acontecia comigo: eu estava aprendendo com ela como é que a vida termina. Como se distanciar das pessoas, se desprender das coisas, abandonar preocupações inúteis, perdoar e esquecer desafetos. Tudo isso é difícil de fazer em plena vida, e é preciso sabedoria e lucidez para fazê-lo no caminho final.

Ensina-me a viver já virou tema de filme, excelente aliás, mas eu estava vivendo o outro lado: *ensina-me a morrer*.

A morte nos amedronta, e instintivamente a afastamos, evitando pensar com seriedade e objetividade sobre ela. Só que aos 103 anos a morte não é uma hipótese distante, mas uma iminência real. A lucidez que resta se concentra tentando entender para onde vamos, um

lugar de luz e paz ou não vamos a lugar nenhum? Se é lugar nenhum, será muito difícil aceitar a morte pois ninguém sabe como se preparar para o nada. Será então o medo, tristeza ou desespero.

Mas se acreditamos que a alma sobrevive, a reflexão toma outro rumo. Minha mãe Flora era mulher de fé. Como todas as posturas que teve em vida, guardou a fé com firmeza.

Tudo bem, cremos na vida eterna, mas nada sabemos dela, e o desconhecido é bem desconfortável. Se não traz temor, traz momentos de ansiedade e dúvida. Sem saber o que dizer ante as interrogações da mamãe, muitas vezes deixei os argumentos por conta do meu marido e meus filhos, umbandistas e espiritualistas bem formados.

Uma vez, mamãe, que estava passando uns dias comigo, acordou no meio da noite sobressaltada. Chamei Leonardo que mora no meu prédio: *suba filho, e traga o violão para entreter a bisá*. Os dois ficaram um tempo sozinhos, e até hoje não sei o que conversaram, mas desde então ela não demonstrou mais temores, e dias depois faleceu serena, como uma vela que pára suavemente de queimar, simplesmente porque terminou. Privilégio morrer assim, morte sábia – aceita e preparada.

Para os que creem, a morte é a realização definitiva do chamado de Jesus aos apóstolos: *deixe tudo que é seu, e siga-me*. E Flora deixou tudo que era seu e seguiu acompanhada por seu mestre. Deixou o corpo cansado, os filhos amados, deixou Elenir, o anjo cuidador, e quase uma centena de descendentes. Deixou em todos nós a sua marca.

Na missa de sétimo dia, os netos Ricardo, Adriana e Florinha deram depoimentos emocionados de afeto e admiração pela avó Flora. Transcrevo parte da fala de Ricardo, meu filho, que conviveu bem de perto com ela.

Prezados amigos, parentes e admiradores de Flora, boa noite!

Gostaria de agradecer à minha família por me permitir estar nessa posição agora e poder falar algumas palavras, em meu nome e em nome

de todos, em homenagem a essa estrela brilhante chamada Flora Camargo Munhoz da Rocha.

Quero utilizar esse breve tempo que tenho para dividir com vocês as características dela que tanto prezo, admiro e respeito.

A começar por uma de suas principais características. Uma que nosso mundo aparentemente carece cada vez mais, a honestidade.

Minha avó podia até ter uma escala própria de valores. Suas decisões vinham de algum lugar profundo do seu ser, vinham prontas, claras e precisas e por vezes até inusitadas. Porém era certo que todos conheceriam suas decisões e seus motivos, pois sua alma era franca. Assim como franco era o seu afeto. Um afeto sem rodeios, sem metades, sem pintura. Flora era o que ela parecia ser. Suas palavras correspondiam exatamente ao que ocorria em sua alma. Pois Flora era feita por dentro da mesma matéria da qual que era feita por fora.

Uma segunda característica me vem rapidamente, pois chama muita atenção, que era a sua clareza mental. Mente prática, pura, capaz de permanecer em seu foco à qualquer custo. A vó era capaz de perceber detalhes de forma cristalina mesmo na complexidade das situações, na turbidez das águas e certamente também nos seus tempos de crise, detalhes que passariam ao longo do olhar da maioria.

Era capaz de antever situações de risco e se precaver, como no fato de levar sempre uma garrafinha de água, uma maçã e um martelo em sua bolsa se acaso tivesse que pegar um elevador em um prédio comercial numa sexta-feira... se o elevador parasse sem ser percebido sobreviveria até segunda-feira com esses recursos e poderia chamar ajuda martelando o metal da estrutura. Eu vi esses apetrechos com meus próprios olhos e digo isso pois essa era uma de suas muitas histórias lendárias.

Impossível de ser passada para trás, negociava com dureza e propriedade. Soube fazer seu patrimônio crescer, soube dividir, prover, manter e abastecer a sua família por gerações. O que lhe garantiu o título de Matriarca até seu último dia de sua vida.

Escritora, cronista, colunista, exímia contadora de histórias (talvez por isso eu adorava dormir em sua casa todos os finais de semana). Produzia textos limpos, objetivos e leves, carregados de simplicidade. Daquela simplicidade que costuma acompanhar os espíritos de luz.

Brilhou aí também. Eu a acompanhava em peregrinações pelas livrarias da rua XV e na Feira do Livro na praça Osório (FIEL) para ver se seus livros estavam sendo bem vendidos. Nem ligava para qualquer possibilidade de lucro mas adorava verificar que os livros rapidamente se esgotavam das prateleiras, principalmente nas datas festivas.

Mesmo no final de sua vida, já privada dos sentidos que mais utilizara, da visão, da audição, mantinha a centelha de sua consciência acesa, conhecia seu entorno, dava conselhos. Uma semana antes de partir desse mundo nós tivemos uma conversa. Nessa conversa eu não podia distinguir se era a centenária Flora que me falava ou a avó altiva e forte da minha infância, com seus conselhos práticos e opiniões contundentes, verdades indiscutíveis em sua essência... puro tesouro!

Flora era uma pessoa de peculiar generosidade. Um equilíbrio perfeito e por vezes difícil de ser entendido entre a pura austeridade e a nobre generosidade. Não perdia um centavo sequer desnecessariamente. Aversa ao supérfluo. Nunca negou ajuda a um dos seus.

Sua escala de valores era baseada neste equilíbrio. Abriu oportunidades na vida de vários dos seus descendentes com um leve toque de seus dedos. Mas mal disfarçava a indignação ao ganhar um presente de desnecessário luxo ou de custo-benefício duvidoso.

Ainda invejo sua capacidade de dividir tudo o que tinha, dizia e sabia perfeitamente bem o significado da expressão: “quanto mais se dá mais se ganha”. Um verdadeiro mistério para a maioria.

Respeitava seus recursos, entendia que os bens e as riquezas são meios para o desenvolvimento das pessoas.

Ganhou de Deus a graça de poder desprender-se suavemente, desapegar-se completamente da matéria antes de finalmente ser chamada para retornar ao Reino dos Céus. Fez uma passagem suave, e como uma brisa ela foi... digna, leve e pronta...

Amável, adaptável e benevolente. Orgulhou-se de ter passado a vida toda sem ter dito sequer um palavrão. Mas soube proferir palavras duras e cortantes, muito mais poderosas do que palavrões. Doce e paciente, amorosa, ao menos com essa criança inquieta e curiosa que não parava de fazer perguntas.

Nunca parei de lhe fazer perguntas pois muito me interessavam suas opiniões e sua experiência de vida. Não lembro de ter ralhado mais de uma ou duas vezes comigo em toda minha vida, mas lembro muito bem de suas palavras e sua voz quando teve de fazê-lo.

Foi capaz de adaptar-se ao mundo em cada volta que esse deu nesses últimos 103 anos. Viu profundas mudanças de valores ocorrerem na sociedade sem nunca julgá-los. Viu a evolução ocorrer sem nunca julgá-la. Esse é um grande mistério que sempre me intrigou. Acho que é mais uma evidencia de sua evolução espiritual, de sua antiga sabedoria.

Educada, elegante e forte. Mulher equilibrada, que frequentou os salões do poder, os bastidores da política do Paraná e do Brasil durante dezenas de anos de sua vida.

Bilingue, alfabetizada em francês e português pelas irmãs francesas do colégio Sacre Coeur, frequentou e transitou nos mais altos escalões da sociedade, no brasil e no mundo, acompanhando seu marido: Bento Munhoz da Rocha Netto, o vô Bento. Eu não estava lá, mas arrisco dizer que ela era para ele como um anjo da guarda. Um chão para seus pés, um porto seguro para sua alma e seu coração... ousou ainda dizer, sem medo de errar, que sem ela ele não seria o homem que foi, então talvez o próprio Paraná não seria o Estado que é. Neste contexto concluo que Flora é de fato um importante personagem político.

Cuidou de sua saúde com a mesma austeridade que cuidava de seus negócios. Nunca ficou doente, foi internada uma só vez aos 98 anos quando fraturou o colo do fêmur. Saiu-se maravilhosamente bem, viveu mais 5 anos com a máxima energia que sua idade lhe pode proporcionar. Finalizo essa singela homenagem dizendo que, Flora e eu, somos almas gêmeas e que nosso amor transcende os tempos.

Muito obrigado minha amada avó!

Sendo a única filha que mora em Curitiba, fiquei com a tarefa de esvaziar a casa. Dura tarefa. As coisas guardam semelhança com seus donos, e trazem lembranças às vezes dolorosas. Mamãe era muito organizada, tinha tudo guardado e etiquetado em estantes, caixas e gavetas.

No cantinho da Academia Paranaense de Letras estavam lá livros, artigos, revistas, convites, fotos, lembranças de amigos com quem partilhou o gosto da boa letra.

Anotações de leituras e de assuntos os mais diversos, como diversos foram seus interesses. Cartas, cartões e bilhetes de todos os tempos, até bem antigos. Coisas de nosso pai, Bento, também. Às vezes uma preciosidade saltava aos olhos e detinha minha atenção. Como uma oração à Virgem Maria, transcrita na ortografia de 1939 por meu avô Caetano Munhoz da Rocha. Se a tivesse encontrado antes, teria rezado com ela na despedida. Mas como para Deus o tempo não existe, eu o faço agora como se fosse então, em sua memória:

Oração para a última hora

Prostada a vossos pés, confusa por meus pecados, mas confiando em Vós, oh Maria, peço-Vos aceiteis a supplica que meu coração quer dirigir-Vos. É sobre os últimos momentos da minha vida, que venho solicitar Vossa proteção e Vosso amor maternal. Naquelle momento decisivo fazei, oh bôa Mãe, tudo o que Vossa afeição maternal suggerir em meu favor. Eu Vos consagro as últimas horas da minha vida; sêde ao meu lado para receber-me o último suspiro e, quando a morte romper o fio dos meus dias, dizei a Jesus, apresentando-me - Eu amo esta alma - . Isso me basta. Em Vós confio, Oh Maria, e espero que minha confiança não será van. Maria, minha Mãe, rogae por Vossa filha.

Onde você esteja agora, Flora mãe e amiga amada, não se preocupe mais conosco, estamos todos bem. Mas, se puder, vela por nós.

Curitiba, junho de 2015



DISCURSO DE POSSE



CADEIRA N.º10 DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
PRONUNCIADO PELA ACADÊMICA
FLORA CAMARGO MUNHOZ DA ROCHA
NO GRACIOSA COUNTRY CLUBE
NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2008.

Agradeço a presença dos Acadêmicos e demais autoridades. Amigas, amigos, parentes. Minha família - os que vivem aqui e os vinte que se deslocaram do Rio de Janeiro para esta cerimônia.

É uma alegria ver todos neste salão.

Começo fazendo referência aos acadêmicos que me antecederam cadeira nº 10.

PATRONO **TELÊMAGO BORBA**

Nasceu em 1840, em Borda do Campo, próximo a Curitiba. Aos 26 anos, iniciou uma vida sertanista. Conviveu com índios, aprendeu a língua e os costumes. Conduziu a expedição para o levantamento hidrográfico de todos os rios paranaenses. Foi quando deparou-se com as Sete Quedas, que hoje abastecem Itaipu. Escreveu o livro *Atualidade Indígena*.

Em 1882, aos 42 anos, ingressou na política. Foi prefeito de Tibagi e depois deputado estadual.

Em 1894, participou da Revolução Federalista, como Comandante de Fronteira, em Itararé. Fracassada a revolução, foi exilado. Em Montevidéu e Buenos Aires, integrou-se ao meio cultural, freqüentando museus e bibliotecas. Decretada a anistia, voltou ao Brasil e retornou à política. Reelegeu-se deputado e novamente prefeito. Faleceu em 1918 aos 78 anos, vítima de febre amarela.



FUNDADOR ERMELINO DE LEÃO

Nasceu em 1871, em Curitiba no local onde hoje é o Colégio Estadual do Paraná. Estudou na Bahia, no Convento da Graça de Salvador. cursou direito em São Paulo, e iniciou sua carreira como Promotor Público em Palmeira. Foi diretor do Museu Paranaense e do Arquivo Público. Jornalista e cronista. Abandonou a advocacia e ingressou no ramo do comércio, como diretor de várias firmas em Antonina.

Foi atormentado por audição deficiente que o fez isolar-se dos amigos e se retirar do convívio intelectual. Faleceu em 1932, em Curitiba, com a idade de 61 anos.

1º OCUPANTE FRANCISCO NEGRÃO

Paranaense, nasceu em 1871. Dedicou-se à pesquisa histórica. Sua notável contribuição cultural foi o lançamento da *Genealogia Paranaense* em 6 volumes. Escreveu-a no longo espaço de 24 anos e até hoje é consultada. Publicou ainda: *Memória da História Paranaense* — um conjunto dos seguintes trabalhos: *O Guarda-mór Francisco Lustosa*; *As Minas de Ouro da Capitania de Paranaçuá* e *Memória da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba*. Morreu em setembro de 1937, aos 66 anos de idade.

2º OCUPANTE ARTHUR MARTINS FRANCO

Nasceu em Campo Largo, em 1876. Fez o curso de Engenharia Civil em São Pulo. Elegeram-se deputado estadual em 1916 e federal em 1923. Escritor, professor, historiador. Como orador e conferencista, tinha o dom de arrebatar qualquer auditório, na magia de fazer vibrar os sentimentos paranistas. São inúmeras suas produções, como: *O Município de São Jerônimo*; *Em defesa 'do índio e do sertanejo*; *Dom Pedro II, o imperador magnânimo*; *General Carlos Cavalcante de Albuquerque*; *Coronel Telêmaco Borba*; *Zacarias Góes de Vasconcelos*; *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*; *Recordações da viagem ao alto Paraná*. Faleceu, em 1979, aos 102 anos.

3º OCUPANTE RUY WACHOWICZ

Nasceu em Santa Catarina em 1939. Foi Professor Universitário. Mestre em história do Brasil. Revelou sua nítida preferência pela temática da imigração polonesa e a influência cultural que ela exerceu sobre a sociedade paranaense. Descendente dos primeiros colonos de Tomás Coelho, descreveu uma colonização bem sucedida, não apenas na economia, como na arte e na literatura. Escreveu, entre outros, os seguintes livros: *Abranches*; *Orleans*; *Tomás Coelho*; *Norte Velho Norte Pioneiro*. Faleceu no ano de 2000, com 61 anos.

4º OCUPANTE RAYMUNDO NEGRÃO TORRES

Vou agora me referir ao meu antecessor, o Acadêmico Raymundo Negrão Torres, que faleceu em 2007, deixando vaga a cadeira n° 10 que passo a ocupar a partir de hoje.

Não tive a oportunidade de conhecê-lo portanto, minhas palavras são informações que obtive sobre sua vida.

Raymundo Negrão Torres, nasceu em Belém do Pará, em 1925. Estudou no Colégio Militar do Ceará e no Rio de Janeiro ingressou na Escola Militar do Realengo e de Rezende. Em Belém realizou o curso de Artilharia Anti-aérea. Em 1965, foi instrutor no exército americano, em Kansas.

Ao regressar serviu em Caxias do Sul, onde foi promovido a capitão. Neste vai-vem, voltou para o Paraná servindo na Lapa, onde foi promovido a Coronel. Nova promoção e tornou-se General de Brigada. Comandou em Curitiba e Porto Alegre.

Em 1987, solicitou sua passagem para a reserva, quando radicou-se em Curitiba e dedicou-se à literatura. Começou com os livros: *Meninos eu também vi e Por que morreram os americanos no Vietnã?*

Colaborou na Gazeta do Povo, com crônicas que reuniu em 2 livros *Para Collor ler na cama e De Fernando Collor a Fernando Henrique*.

Em 1998, publicou *A Epístola de um General de Pijama*. Em 2001 *Paraná Encruzilhada de Caminhos e O fascínio dos Anos de Chumbo*. O

acadêmico Raymundo Negrão Tavares, faleceu em 2007, com 83 anos de idade.

Creio ser caso inédito na história dessa Academia, nela ingressar aos 97 anos. Mas aconteceu e estou feliz. A iniciativa da minha candidatura foi das Acadêmicas Chloris e Adélia, que insistiram até me convencerem. Às duas, o meu especial agradecimento. Porém, foram os votos dos acadêmicos, agora meus confrades e congreiras, que me elegeram Acadêmica. A eles minha emocionada gratidão. De repente, já me vejo repaginada: fazendo lista de convidados, marcando a data, escolhendo o lugar para a cerimônia, decidindo o serviço do coquetel, encomendando a pelerine. Enfim, vivendo em função da posse.

Deduzo que a idade cronológica já não comanda, passou o bastão para a idade biológica e, foi devido a essa observação e a minha experiência de vida que registrei dedicando às minhas descendentes: filhas, netas, bisnetas e trineta - a mensagem intitulada a *A idade que a mulher tem*, que passo a ler.

A mulher tem a idade na qual se coloca. Se consente uma situação de bloqueio, de dependência, de satélite; se aceita a monotonia, o tédio, o marasmo, como uma constante - ela tem 100 anos.

Mas, se ela permanece num ciclo de renovação, num vínculo com a evolução da vida; se afirma que, entre sobreviver e viver, há uma grande diferença; se for receptiva, vibrar com a música, com as crianças, com a natureza, - ela tem 30 anos.

Se entrou no odioso processo regressivo e o que era pleno se desarticulou, perdeu a agilidade, a alegria; sobretudo assentou aquela angústia no olhar - ela tem 100 anos.

Mas, se ao contrário, brinda a vida todos os dias; se coloca um rouxinol cantando dentro do seu coração; se sorri e cativa; se for capaz de afetos de grande densidade, sem regras, sem receita e faz suas próprias leis - ela tem 30 anos.

Se é rígida, austera, amarga consigo mesma, esquiva, distante, encurralada no passado, resignada a uma opaca solidão - ela tem 100 anos.

Porém, se virar as páginas do passado sem jamais dizer no meu tempo que seu tempo é agora e cheio de preciosidades; se crê que a saudade não é acorrentadora e sim um sentimento de uma beleza infinita porque é a evidência de que amamos e fomos amadas; se certificou-se que ser só, confere um privilégio fantástico – o de uma liberdade de ação como nunca tivera - ela tem 30 anos.

Se ela se auto-desvaloriza e permite que se instale a insegurança como um polvo asfixiando com mil tentáculos - ela tem 100 anos.

Se, entretanto, descobriu que o grande segredo é amar a si própria crente de que merece o melhor porque tem obrigação de ser feliz até o fim, e sabe que é preciso se amar para ser amada, se respeitar para ser respeitada, se valorizar para ser valorizada; se acredita que ela é o carro-chefe que confere a seu mundo relevos coloridos - ela tem 30 anos.

Se estacionou, entrou em recessão, arquivou esperanças, desativou motivações, se foge das emoções como quem foge de carga pesada e, desequilibrada em corda bamba, permanece a espera de ajuda, tem 100 anos.

Mas, se tem um leque de planos, se enfrenta desafios e paga para ver; se estiver convicta de que a inteligência e o talento atingem sua plenitude na maturidade; se estiver convicta de que não se colhe experiência de repente, adquire-se gradativamente como correr da vivência, do observar, do derrubar barreiras, do contornar obstáculos - ela tem 30 anos.

Se distanciou-se da comunicação e se mantém sucinta com um mínimo de frases curtas, só se alongando para lamentações e que, enclausurada num viver ocioso, aliena-se porque ser avó é fim de carreira; se deixa que o envelhecimento se relacione com a data do nascimento, ocultando-se atrás de um mundo fugidio, antigo, reprimido - positivamente tem 100 anos.

Mas, se ela se recusa a hastear sua bandeira a meio pau e desfralda bem alto a bandeira branca de paz e amor, desfralda a bandeira verde da esperança e confiança - esta sim é uma mulher inteira. É uma mulher 5 estrelas.

Bem, estas foram as mensagens que deixei para minhas descendentes. Mas confesso haver ocasiões em que uma poltrona e o silêncio me são suficientes. Mas há também dias como hoje, de tanta emoção, alegria e participação, que o coração chega perto dos trinta.

O requisito mais importante para fazer parte de uma Academia de Letras é, sem dúvida, a comunicação através da palavra escrita.

Com freqüência me perguntam quando, como e porque decidi escrever. Isso vem de muito longe, do tempo de colegial. Como eu estudava num internato de freiras onde era proibido conversar, preenchia meus momentos vagos brincando com as palavras.

Enchia páginas de frases soltas, que soassem harmoniosas, num jeito simples e super coloquial. Entre sinônimos escolhia sempre o menos pomposo, por vezes aproximando palavras que não

costumavam andar juntas. E acho que esse lúdico exercício deu certo, porque nos meus boletins a nota mais alta era sempre na matéria Composição Literária.

Terminados os oito anos de estudos, voltei para casa. Logo me casei. As responsabilidades foram outras e muitas. Abandonei caderno e caneta pelas mamadeiras e fraldas, me dedicando aos filhos que chegavam seguidos.

Só muitos anos depois, quando pelo fato de ser esposa de um governador, fui nomeada presidente da LBA e atendendo diariamente mães e crianças necessitadas de ajuda, com seus problemas sem fim, comecei a publicar despreziosas crônicas, contando das lamentáveis situações na periferia de Curitiba.

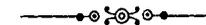
Foi quando a Gazeta do Povo me ofereceu uma coluna semanal e continuei escrevendo por dezenas de anos. Porém, o que incentivou mesmo a minha constância, foi saber que diziam ser Bento quem escrevia por mim. Fiquei feliz da vida. Se achavam que era ele nota 10 em erudição, sinal que minhas crônicas eram de boa qualidade e fui em frente, muito mais confiante.

No meu itinerário literário três fatos me comoveram fortemente: o primeiro foi ter o meu poema *Canção Nupcial* musicado e orquestrado pelo maestro Eliezar de Carvalho, cantado pela soprano Lia Salgado e apresentado pela orquestra sinfônica no Rio de Janeiro.

Em seguida foi quando a Rede Globo de Televisão comprou os direitos autorais do meu conto *Elisa* e encenou no Programa *Você Decide*.

Porém o fato que me enterneceu de maneira especial foi a surpresa ao apresentarem meu livro *O Armazém de seu Frederico* editado em braile. Saber que os cegos poderiam ler meus contos foi demais para minha sensibilidade.

Aqui termino, desejando a todos os presentes, que cheguem aos 97 anos de idade com minha qualidade de vida.



MARECHAL RONDON UM HERÓI BRASILEIRO



Por ERNANI COSTA STRAUBE



Não tenho a pretensão de apresentar a biografia desse ilustre e destacado brasileiro, mas lembrar e reverenciar a extensa atividade profissional de uma figura emblemática que neste ano completa o sesquicentenário de nascimento.

Uma biografia determinaria dezenas ou talvez centenas de páginas para descrever a figura de um indianista, probo, idealista e sobretudo humano que no desenvolvimento de sua carreira como militar e na atividade civil, soube mostrar a sua firme personalidade.

Nascido em 3 de maio de 1865 na Sesmaria de Morro Redondo, Mimoso, atual Santo Antonio de Leverger, Mato Grosso, registrado como Cândido Mariano da Silva, em cujas veias corria o sangue índio de duas bisavós maternas, não conheceu o seu pai pois este viria a morrer antes de seu nascimento, tendo recomendado ao seu irmão, Capitão da Guarda Nacional, no leito de morte que o levasse para a cidade, pois no local de nascimento, *“seria um vaqueiro, ignorante e na cidade poderia se preparar para servir melhor à nossa terra”*. Foi matriculado na escola particular de Mestre Cruz em Cuiabá, por insistência do seu tio. Concluído o curso primário passa a frequentar o Liceu Cuiabano, tendo-se formado com 16 anos como Professor. Era sua intenção ir para o Rio de Janeiro, solicitando o consentimento do tio. Para a transferência tinha um plano em mente: assentar praça e matricular-se na Escola Militar. Assim fez. Aceito na Escola Militar, ficou de dezembro de 1881 a janeiro de 1890, se formando e adotando então o sobrenome Rondon, como homenagem ao seu tio. De posto

em posto foi galgando a hierarquia militar. Promovido a 1º Tenente, designado Lente substituto da cadeira de Astronomia e Mecânica, aceitando o convite de Benjamin Constant.

Em 1892, deixa a docência, casa-se com Francisca (Chiquita) Xavier, é nomeado Chefe da Comissão encarregada da construção da linha telegráfica Cuiabá-Registro do Araguaia, seguindo-se novas designações como a de Chefe da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas do Mato Grosso em 1900. Em 1893 é promovido a Major do Corpo de Engenheiros Militares e em 1908 a Tenente Coronel, por mérito, criando então o Serviço de Proteção aos Índios sendo designado seu Diretor Geral. Esse Serviço pacificou os índios botocudos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Promovido a Coronel é nomeado para comandar a expedição que acompanhou o ex-presidente Theodore Roosevelt do rio Paraguai ao rio Amazonas, permanecendo de 1913 a 1914. Neste ano, a Sociedade de Geografia de Nova York inscreve Rondon como *“o explorador que mais se avantajou em terras tropicais”*. Desbravou o interior do Brasil, abrindo estradas, desbravando o interior, alargando as fronteiras ainda desconhecidas, sempre contatando com as tribos indígenas quando tentava pacificá-las e integrá-las à civilização. Reconhecia serem todos Brasileiros.

Recebe a promoção de General de Brigada em 1919 e em 1923 a de General de Divisão. Durante a rebelião do General Isidoro Dias Lopes, em 1924, participa da repressão comandando as Forças em Operação contra os rebeldes no Paraná e Santa Catarina.

Organizou em 1927 a recém criada Inspetoria de Fronteiras do Brasil e como chefe desse setor inspeciona as fronteiras das Guianas Francesa e Inglesa, Venezuela e Colômbia. Preside em 1940 o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e no ano seguinte tenta obter do governo o cancelamento da dívida de guerra do Paraguai. Encaminha ao Presidente da República o projeto de lei criando o Parque Indígena do Xingu, promovendo uma amostra da natureza brasileira. Por ato do Congresso Nacional é dado em sua homenagem o nome de Território de Rondônia ao antigo Território do Guaporé.



Descobriu e denominou rios, montanhas, lagos e vales, estendendo o nosso conhecimento do interior e através das linhas telegráficas propiciando e facilitando a comunicação entre os povoados, cidades e estados, integrando portanto grande parte do país.

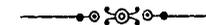
Justo seria a sua candidatura ao prêmio Nobel da Paz o que não se concretizou tendo sido alegada a sua condição de militar. Em 1925, o cientista Albert Einstein encaminhou proposta nesse sentido ao Comitê Nobel; seguiu-se em 1953 por indicação do escritor francês Charles Badet, com o apoio de entidades internacionais e brasileiras e em 1957, do Explorer Club de Nova York.

Recebe em solenidade no Congresso Nacional as platinas de Marechal do Exército, como tributo ao seu longo e destemido trabalho em prol da pacificação dos indígenas e os serviços relevantes ao país.

Faleceu no Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 1958, coberto de glórias, deixando seis filhas e um filho.

Em 1971 foi considerado o “Patrono das Comunicações Nacionais”, por proposta do Ministério das Comunicações, sendo designado o dia 5 de maio, data de seu nascimento, como o “Dia Nacional das Comunicações”.

O seu lema **“Morrer, se necessário for, matar nunca!”**, demonstrava o seu firme e humano desejo de pacificação e valorização dos nossos indígenas.



SABATINA OU INQUISIÇÃO?



Por RENÉ ARIEL DOTTI



A resistência heroica do Professor e Advogado Edson Luiz Fachin contra juízos temerários alimentados pelo preconceito de ideias e intolerância de convicções tem sido enfrentada com paciência beneditina e o vigor dos grandes espíritos.

Tenho confiança na prudência e na capacidade de avaliação dos Senadores da República que, certamente, não farão da sessão nobre de uma *sabatina* sobre a condição humana, social, política, intelectual e espiritual de um candidato a juiz, um simulacro de **inquisição** de Tribunal do Santo Ofício, com as mais variadas acusações para a excomunhão de apóstatas e hereges.

Felizmente, porém, não estamos mais no tempo das devassas produzidas pelos regimes autoritários religiosos, militares ou qualquer governo de força. No Brasil de hoje, a Constituição consagra liberdades públicas, direitos e garantias individuais, assegurando que “ninguém será privado de seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política” (art. 5º, VIII, do Título II, DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS).

A mesma Carta Magna, traz no preâmbulo a afirmação de que os representantes do povo brasileiro reuniram-se “em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma **sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos**, fundada na ordem interna e internacional (...)”.

Quais são as exigências constitucionais para o exercício do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal? **1ª** A cidadania (brasileira); **2ª** A idade superior a trinta e cinco e inferior a sessenta e cinco anos; **3ª** Notável saber jurídico; **4ª** Reputação ilibada.

Faltam ao cidadão e mestre de Direito Edson Luiz Fachin algum ou alguns desses requisitos? Obviamente não!

A discussão pública sobre a candidatura limita-se, apenas, a questionar sobre o último pressuposto, uma vez que o saber jurídico é público e notório. A imensa documentação da comunidade jurídica nacional e internacional atesta-o soberanamente.

Faltaria a ele a reputação ilibada? O que significa “**reputação ilibada**”? Os dicionários conceituam a palavra “ilibada”, como sinônimo de “**1 não tocado; sem mancha; puro; 2 que ficou livre de culpa ou de suspeita; reabilitado, justificado**” (Houaiss).

A única objeção foi apresentada com base em parecer do analista Dr. **João Trindade Cavalcanti Filho**, solicitado por um ilustre Senador do PMDB, afirmando ilegalidade na advocacia privada em conflito com o cargo de Procurador do Estado do Paraná. Contudo, tal objeção foi devidamente neutralizada pelo Consultor Legislativo **Fernando Trindade**, à luz da Constituição Federal, da legislação específica sobre impedimentos e incompatibilidades para a advocacia (Lei nº 8.906/1994) e reiteradas decisões do Conselho Federal da OAB demonstrando, exaustivamente, que não há nenhum óbice para o reconhecimento da reputação ilibada do candidato Fachin. Vale transcrever parte da conclusão afirmando a inexistência de incompatibilidade “*no período em que foi procurador do Estado do Paraná, pelas razões acima arroladas, em especial no item V, o nosso entendimento é o de que tal exercício encontra amparo no ordenamento jurídico do País, em especial na Constituição Federal, não se revestindo de ilegalidade*”.

Luiz Edson Fachin não é candidato ao cargo de Imperador para mudar a Constituição e o regime do nosso país como se o alto colegiado do Supremo Tribunal Federal pudesse ficar refém (!) de

ações totalitárias que nunca foram praticadas ou defendidas pelo Professor e Advogado Fachin. Ele não deve e nem precisa ajoelhar-se em um **Auto de Fé** e de **Expição** perante o augusto Senado da República brasileira, que num tempo de liberdades públicas, direitos e garantias individuais não está a procura de hereges de doutrinas oficiais e não é parceiro da intolerância. Os rastilhos da intriga, distribuídos como material de combustão para acender uma grande e luminosa fogueira, irão desaparecer com a Verdade e a Justiça de quem se propõe a assumir a missão mais importante de sua vida.





VELHO LEGAL



Por CLEMENTE IVO JULIATO

Era um sábado, em torno de 8 horas da manhã, quando tudo aconteceu. Sol maravilhoso, dia primaveril, daqueles muito apreciados em Curitiba.

Trata-se de um fato real acontecido, não de um conto, onde uma parte, ou mesmo o todo, pode ser inventado ou floreado.

Após o levantar, rezei um pouco e tomei o café da manhã. Logo pensei: que dia espetacular para fazer uma boa caminhada! Sem delongas, vesti o abrigo, calcei o tênis, peguei o relógio e o celular e sai. Tomei a Rua Reinaldo Machado, vizinha de casa, no Bairro do Prado Velho, a uma quadra do Teatro Paiol, onde moro. Peguei a direção sul, rumo do Carrefour.

Atravessei a primeira esquina, com a Rua Comendador Roseira e fui em frente. Percebi alguém mexendo no lixo, perto do Clube 21, localizado na mesma esquina, onde tinha havido um bailão na noite anterior. Como a pessoa não me falou nada, não olhou para mim, sequer me viu passar, segui caminhando.

Pouco depois, por trás, a tal pessoa me aborda dizendo: “Tio, me dá uma ajuda aí”. Por azar, eu não havia levado nenhum dinheiro comigo. Sei que é sempre bom ter um trocadinho no bolso para essas e outras ocasiões. É meu costume, mas, naquele dia, eu realmente não tinha nada comigo. Voltar para casa e pegar algo para dar, poderia ser pior. Então, a pessoa ficaria sabendo onde eu morava, o que não me pareceu conveniente.

Respondi então: “Olha moço, hoje não trouxe nada comigo. Sinto bastante não poder ajudá-lo!”.

Com bastante receio, pois a situação não me parecia nada boa (estavam presentes as características de um assalto), para despistar, fui caminhando e conversando com o assaltante. O rapaz realmente não demonstrava ter cara de muitos amigos... Andamos mais ou menos uns 300 metros. Era um moço alto, até mais alto que eu, um ‘cara’ novo que tinha, no máximo, uns vinte e poucos anos.

Disse-me logo: “Eu sou viciado em crack! Mas eu queria me corrigir...o máximo que consegui foi aguentar quatro dias sem cheirar a pedra. Depois, não aguentei mais. Comprei mais crack, mas fui assaltado e me roubaram tudo!” E mostrou-me um braço todo ensanguentado. O outro estava do mesmo jeito. Pelo visto, havia entrado em luta corporal com seu assaltante...

Percebi que o moço estava alterado. Isso estava na cara! Não me pareceu, entretanto, estar sob o efeito de droga. Parecia-me, sim, estar desanimado, possivelmente por não ter conseguido vencer o vício.

Enquanto caminhava, fui fazendo algumas considerações e dando alguns conselhos, do tipo: “Você é um sujeito novo, forte, simpático, tem tudo pela frente, precisa encontrar um rumo na vida e sair dessa etc. Falei tudo o que podia me ocorrer num momento como aquele. Confesso que eu estava bastante preocupado com o que poderia acontecer.

Depois de andarmos algumas quadras, (estávamos chegando próximo ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, insinuei que iria pegar outra rua. Então, ele me disse: “Mas o senhor não pode mesmo me ajudar? Eu quis assaltar o senhor, mas fiquei com dó... Vi que o senhor é um velho legal!” (Devo confessar que gostei mais do “legal” que do “velho”). Agradei o elogio.

Eu, na realidade, não sabia se ele estava armado ou não. Sei que numa ocasião dessas tudo poderia acontecer, inclusive morte... Talvez o moço estivesse armado. Mas se realmente estava, ainda não havia me mostrado a arma...

Fiquei até com dó dele. Tomei, então, o meu relógio marca “Citizen” e lhe dei. Pensei, com meus botões: se ele tomar meu celular, poderá sair mais caro. A hora, eu posso conferir no celular. Talvez, possa até levar um tiro, e aí sim... Imediatamente, ele me perguntou quanto poderia custar o relógio. Respondi que deveria custar uns 200 ou 300 reais, ou até mais, que não sabia ao certo, porque havia ganho de presente. Não lhe falei que ganhara no Japão, porque ficaria ainda pior...

O rapaz, então, ficou admirando o relógio e, muito inesperadamente para mim, tirou do bolso uma correntinha velha e meio quebrada e me deu de presente, dizendo: “Pendure aí uma medalhinha de Nossa Senhora Aparecida, que ela vai lhe proteger!”.

E, com um aperto de mão, nos separamos. Ele foi para um lado e eu, aliviado, para outro...

Depois, fiquei a pensar: esse foi um assalto um tanto diferente! Poderia ter acabado de outra maneira... Talvez o rapaz agiu assim, porque, antes, ninguém lhe havia dado atenção e eu lhe dei... Sei lá o que passou pela sua cabeça... Possivelmente, algo de bom em sua vida atribulada. Concluí também que a minha hora de passar para ‘uma melhor’ ainda não havia chegado! Por isso, também sou agradecido.

Por incrível que pareça, pouco tempo depois, fui ao México fazer umas palestras. Depois de uma delas, em Morelia, na Universidad Marista Valladolid, me presentearam com um relógio Citizen, por sinal, igual ao que eu havia dado ao assaltante. Conteí, então, a história do assalto.

São coisas da vida! Mas, foi assim mesmo que tudo aconteceu.





CEM PENSAMENTOS
DE UM FILÓSOFO APRENDIZ
PARA PROVAR QUE DESCARTES TINHA RAZÃO



Por CLEMENTE IVO JULIATO

“Je pense, donc je suis”

René Descartes

Sem amor – humano ou divino – a felicidade é simplesmente impossível.

Coisas do progresso tecnológico: começam a surgir no mundo os chamados “edifícios inteligentes”. Mas eu prefiro que seus moradores o sejam.

Quantas coisas adiadas para o dia seguinte não deveriam ter sido feitas na véspera?

O professor é o mais importante dos arquitetos. Só que, ao invés de casas, prédios, torres, constrói futuros cidadãos.

Em certos casos, é mais perigoso dar conselhos do que emprestar dinheiro.

Bens demais, consciência de menos?

A história não pode ser mera crônica dos tempos idos ou das gerações passadas, mas deve exercitar, através do historiador, os papéis de advogado de defesa, promotor público e juiz – lavrando sentenças de absolvição e de condenação.

Tempo é dinheiro? Então sou milionário.

São verdadeiramente grandes os homens que mostram – e demonstram – a grandeza dos pequenos.

Não, não tinha medo de ter medo. Tinha muito medo, simplesmente – era um covarde.

Há apenas duas maneiras de ganhar. A segunda é – saber perder.

É sempre fácil projetar o edifício do futuro; é mais difícil construir os seus alicerces, no presente.

Quando o otimista exclama: “Atingi o fundo do poço!”, o pessimista retruca: “Esse poço não tem fundo”.

Até os erros de alguns filósofos e os equívocos de alguns pensadores são mais luminosos – e iluminantes – do que muitas verdades corriqueiras.

A cada escola construída corresponde, quase simetricamente, uma cela de prisão desativada.

A verdadeira poesia não conta – canta; a grande prosa conta – cantando.

Feliz aquele que soube tornar-se homem de bens sem deixar de ser homem de bem.

É tão importante assegurar o direito ao exercício do trabalho, como exigir o cumprimento do dever de trabalhar. Assim, o desemprego deveria ser considerado, se não um crime, pelo menos uma contravenção do Estado.

O ócio de um sócio dobra o trabalho do outro.

Santos, heróis e gênios indubitavelmente engrandecem um país – mas são supérfluos; são os homens comuns que o constroem – eles são essenciais.

Creio que Deus existe? Não: sei que Deus existe. A verdadeira fé não se limita a acreditar – sabe.

Não há coisas grandes e pequenas, em termos espirituais ou materiais: elas têm a dimensão que lhes confere, não o olhar, mas a imaginação de quem as observa ou contempla.

O comunismo prometeu paraísos virtuais, em futuro próximo, mas construiu diversos purgatórios reais, no presente.

Na vida, muitas vezes nos enganamos, trocando ouro por ouropéis. Por que razão será que nunca acontece o contrário?

Vivemos a era da globalização tecnológica. Mas onde fica a globalização humanística?

Diz Goethe que é trágica a ignorância ativa. E o que dizer da sabedoria passiva?

Deus, a alma e o pensamento são invisíveis, imateriais, incorpóreos. Mas existe algo dotado de maior concretude?

Só sei que nada sei: assim falou Sócrates. O maior mentiroso da história?

Pipa, arraia, pandorga, papagaio – o pássaro da infância, em voo onírico, desatado, livre.

Depois de ter escrito uma dúzia de romances demolidos pela crítica, aquele escritor foi por fim aclamado como grande ficcionista – publicara a sua autobiografia.

Mais vale uma esperança na mão do que dois sonhos voando.

Sejamos rápidos para perdoar os outros e lentos, muito lentos para condená-los. Para nós mesmos, adotemos a estratégia contrária.

Não é fácil trocar os sapatos de salto alto da vaidade e da arrogância pelas franciscanas sandálias da humildade. Ao fazê-lo, porém, o homem fica mais alto.

Em briga de esculápios e causídicos, todos correm o risco de virar réus ou pacientes.

Crianças e adultos são igualmente empinadores – de sonhos e papagaios.

Fecundadas pelos votos, as urnas dão sempre à luz um eleito – que nunca chora.

É mais respeitável um analfabeto inteligente que um letrado estúpido.

Quantas definições de amigos existem? Dezenas. Eu direi apenas que uma das formas de ser pobre é não ter amigos.

O epitáfio é quase sempre um “post scriptum” existencial mentiroso – ou apócrifo.

Ao afirmar que poderia amar a humanidade inteira menos um americano, o grande escritor inglês Samuel Johnson merecia o Prêmio Nobel da... Xenofobia.

Para alguns, as Academias são como as uvas da famosa fábula de La Fontaine: estão verdes.

Porventura existiriam adutores se não existissem vaidosos?

Nunca está só o homem que tem memória – ou um livro aberto nas mãos.

A educação é uma espécie de ponte pênsil entre duas margens: o conhecimento e a ignorância. Mas atenção: o que importa não é a beleza ou a elegância das suas formas, mas a solidez e a funcionalidade da sua estrutura.

Não, excelente Descartes: nem “cogito ergo sum”, nem “je pense donc je suis”. Eu direi antes: amo, logo existo.

A morte nunca é um ponto final, mas vírgula – ou dois pontos. Pelo menos para o homem de fé.

Dependendo das circunstâncias, a solidão pode ser a melhor e a pior das companheiras.

Há livros cujo desconhecimento nos deixaria irremediavelmente mais pobres.

É bom, em certos momentos, pensar com o coração e sentir com o cérebro.

São sete os pecados capitais arrolados no catecismo católico. Seria bom acrescentar mais um: a ingratidão.

Um grande romance não é apenas vida copiada, imitada, inventada, recriada, mas vida autêntica, feita da carne, do sangue e dos ossos do verbo elementar.

Até imperadores, reis e presidentes são servos da consciência – se a têm – e escravos da ortografia, da morfologia e da sintaxe.

Para a criança, duas palavras se equivalem no seu valor semântico: Deus e mãe.

A lágrima é mais versátil que o riso. Afinal, nós podemos chorar de alegria, mas não rir de tristeza.

Da mesma forma que o homem é a célula da humanidade, a humanidade talvez seja um átomo do corpo de Deus.

Os motivos mais justos para fazer uma guerra não a tornam menos injusta.

Toda a fauna de vaidosos e gabolas lembra os tambores marciais – fazem muito barulho mas são ocos por dentro.

A escola é templo; o professor, sacerdote; a educação, liturgia transformadora, se não transfiguradora.

É melhor ignorar por inteiro do que saber pela metade.

Na estrada da vida, é melhor tropeçar nas pedras drummondianas, do que cair em buracos.

Rezar é fazer uma ligação telepática para Deus. Mas, apesar de serem incontáveis as chamadas, a linha nunca esta ocupada.

A verdade nada tem de pudica: está sempre nua.

Às vezes, tão importante como solucionar problemas, é problematizar as soluções.

Envelhecer exige ciência – e consciência. Já saber envelhecer, é uma arte.

Para quem tem fé, a esperança talvez seja supérflua.

A corrupção é uma espécie de dermatose – ou pior, lepra – do caráter. Não seria o caso de falar em leprosos morais?

Se, para Mário da Silva Brito, o absurdo é o mistério dos incrédulos e, para Ledo Ivo, é o sal da vida, para mim, embora gostando de mistérios e abusando do sal, o absurdo é simplesmente – absurdo.

Pessimistas crônicos, ou mesmo anacrônicos, nunca esperam o mau – guardam sempre o pior.

Teria porventura Thomas Jefferson se inspirado no Dr. Johnson, quando escreveu esta enormidade: “Tremo pela minha pátria quando penso que Deus é justo”?

Há uma diferença sutil – mas fundamental – entre líderes e chefes: estes são obedecidos, muitas vezes de cara amarrada; os outros são seguidos, alegremente.

A felicidade plena deve ser uma alegria tão grande, um prazer tão intenso, que só pode ser provisória, intermitente. Se permanente, constante, poderia tornar-se mortal.

Paradoxalmente, a coisa mais cara que existe é o dinheiro. Como custa consegui-lo, como é difícil ganhá-lo!

O progresso tecnológico promove uma grande metamorfose: transforma homens livres em servos de máquinas e apertadores de teclas.

Para procurar e descobrir seu pior inimigo, certos homens não precisam ir longe de casa: basta que olhem no espelho.

O neto é o pai do avô – ou quase.

O melhor professor é aquele que acaba por fazer do seu aluno seu mestre.

Todos os “ismos” do mundo – cristianismo, judaísmo, islamismo, budismo, bramanismo, xintoísmo, etc. – se concentram e confundem num só: humanismo.

O trabalho de Hércules do ocioso é não fazer nada – e procurar sempre fazer cada vez menos.

Só existe uma coisa que se aproxima, tangencia ou chega a identificar-se com a felicidade: o amor.

A pressa pode ser inimiga da perfeição, mas é amiga fraterna da virtude dos reis, a pontualidade.

As piores mentiras são as que merecem crédito – à vista ou a prazo.

Dinheiro não tem cheiro, dizia Vespasiano. Mas quanto mau cheiro ele não provoca, às vezes!

Tenho uma grande esperança – a de nunca perder a esperança. Não será a esperança uma espécie de saudade do futuro?

Era um espécime curioso de detetive-gramático: vivia procurando sujeitos ocultos nos versos de Camões.

Certas lembranças não passam de ferrugem no metal da memória.

Mais do que metafísica de tolos, a superstição é pseudorreligião de imbecis.

De quantos crimes, desonestidades e ignomínias não se fez a glória de alguns homens que, depois de mortos, viraram estátuas?

Quantos historiadores não foram admiráveis ficcionistas – mesmo escrevendo história?

Abrir certos livros é descerrar novos mundos.

Se o nascimento dá a vida, a educação dá sentido à vida.

A liberdade está para a cidadania assim como o oxigênio está para a vida.

Saber o que se ignora e o que se pretende conhecer – eis aí um dos princípios da sabedoria.

No livro imortal, não são Dom Quixote e Sancho Pança que falam – é Cervantes que dialoga consigo mesmo.

Através da arte o homem não apenas se ultrapassa, como diz Simone de Beauvoir, mas se transcende – chegando a tangenciar a própria divindade.

Ainda bem que Deus, Sumo Pintor de todas as paisagens, não cobra direitos autorais.

Cegos ou surdos espirituais, coxos ou manetas psicológicos – é desses que devemos ter pena. Os outros? Merecem respeito – e solidariedade.

É triste a situação dos sem terra e dos sem teto? Pior ainda é a dos sem esperança, mesmo tendo terra e teto.

Como seria bom se os rins, à maneira das ostras, produzissem pérolas e não cálculos...



ALBERT CAMUS E A PESTE (I)



Por JOÃO MANUEL SIMÕES

1

Releio, com um frêmito interior de emoção e deslumbramento, um livro cuja primeira leitura, inexplicavelmente, não me impressionou demais. Talvez porque o momento psicológico não fosse adequado. Ou porque o adolescente não estava preparado para o impacto das páginas fortes que lia com pressa. Não importa agora descobrir os motivos determinantes do fato. Basta apenas admitir que o fenômeno aconteceu. O que vale, a rigor, é a fruição de agora. O livro é *A peste*. O autor, Albert Camus. Livro admirável. Uma obra-prima do romance europeu do século passado. Belo e denso. De uma densidade grávida de beleza. Mesmo sendo um romance-tese, com raízes no ensaísmo filosófico camusiano, disposto a condensar e a encarnar – em termos ficcionais –, um universo conceitual, ideológico, é uma obra muito rica. Rica de seiva humana, de grandeza psicológica, de força estética. Livro noturno e, ao mesmo tempo, luminoso. Com algo de um sol negro nervaliano. Que, intermitentemente, ilumina e obscurece a alma de quem o lê. Sua leitura faz pensar. Suscita a reflexão. E o que é refletir? É voltar-se para dentro de si mesmo, numa espécie de ginástica do intelecto, de ruminação interior. É sondar-se, questionar-se, fazendo incidir a lanterna do autoconhecimento, da autorrevelação, nos interstícios obscuros da mente. Buscar seguir o fio de Ariadne no labirinto das ideias que se entrecrocavam, se degladiavam e conflitam. Tentando iluminar a própria percepção - dentro de mim, para mim mesmo. Não é outra, afinal, a finalidade das notas que se seguem, nascidas à margem da leitura atenta e da reflexão tanto quanto possível conscienciosa.



2

Há uma quase unanimidade da crítica internacional ao admitir que *A peste*, mais do que *O estrangeiro*, *O mito de Sísifo*, *Calígula* ou *O homem revoltado*, pesou de forma decisiva na concessão do Prêmio Nobel ao seu autor, pela Academia Sueca, em 1957. Se, de fato, o livro publicado dez anos antes pesou na balança decisória, mostraram-se então mais sensatos do que nunca os nem sempre conspícuos acadêmicos escandinavos. De certo modo, redimiam-se de alguns erros e equívocos anteriores. (Nos quais, diga-se de passagem, haveriam de reincidir, nos anos subsequentes. Mas isso é outra estória.)

3

A peste é uma daquelas obras de eleição, fundamentais, que, depois de lidas, meditadas – e “digeridas” –, nos deixam no íntimo uma impressão estranha. Qual? A de que o seu desconhecimento nos tomara irremediavelmente mais pobres em termos espirituais. A sua leitura não apenas ilumina, como enriquece a sensibilidade do leitor eventual. Alarga a sua cosmovisão. Aprofunda a sua compreensão desse “bicho da terra tão pequeno” que leva no frontispício o nome sagrado Homem.

4

A 16 de abril, o doutor Bernardo Rieux saiu do gabinete e viu no patamar um rato morto. Sem ligar importância ao caso, afastou o animal e desceu a escada. Mas, chegando à rua, veio-lhe a ideia de que o rato não estava no lugar próprio e voltou para avisar o porteiro. Ante a reação de velho Miguel, viu bem que o seu achado era realmente insólito. A presença do rato morto lhe tinha parecido estranha, e o porteiro a julgava um escândalo. Afirmou logo, categórico: não havia ratos na casa. O doutor assegurava que vira um no patamar, lá em cima, e a convicção de Miguel permanecia firme. Nenhum rato na casa. Certamente haviam trazido esse de fora. Tratava-se de uma pilhéria. No mesmo dia, à tarde, Rieux procurava as chaves antes de subir, quando viu, no fundo escuro do corredor, um rato enorme de andar incerto e pelo molhado.

O bicho parou, tentou equilibrar-se, correu para o médico, parou de novo, deu uma cambalhota e, com um gritinho, aquietou-se, os beijos tintos de sangue. O doutor esteve um momento a examiná-lo e depois subiu. Não pensava no rato.

Assim começa *A peste*. Tem algo de reportagem de um jornalista que se limita a narrar fatos, no tom neutro da impassibilidade. Nos dias seguintes, o número de ratos mortos, em toda parte, e nas casas da cidade argelina de Oran, vai crescendo. De dezenas passam a centenas, depois a milhares. Não há dúvida: é uma epidemia. Depois começam a morrer os homens, mulheres e crianças. Numa escalada progressiva, geométrica. É a peste. Toma-se necessário fechar, isolar a cidade. Ninguém entra e ninguém sai. A quarentena é total. Intramuros, começa a desenrolar-se a batalha contra o mal. Uma espécie de guerra. Com os heroísmos e as covardias, as abdições e as renúncias, as grandezas e misérias comuns a todos os confrontos bélicos. Até mesmo com o oportunismo dos que procuram faturar em cima deles, vencidos pela cupidez do lucro fácil. Há algo de dramático na luta, que lembra as clássicas tragédias gregas de Esquilo e Sófocles, documentando a luta dos homens com o destino imposto pelos deuses. Uma grandeza espetacular anima o embate em que tantos sucumbem, física e espiritualmente. Em que tantos desertam, tergiversam ou se omitem. Mas em que alguns, raros, se alteiam e agigantam, com algo de prometeico na estatura biopsicológica. E o caso do médico Rieux, comandante do exército que procura derrotar o flagelo, que nem por ser um estereótipo deixa de ser um personagem soberbo, na sua exemplaridade comportamental.

5

Camus é um narrador sóbrio, enxuto. Seu estilo tem a secura e a objetividade do repórter que se limita a descrever fatos. Aveso a filigranas mais ou menos retóricas. Refratário a malabarismos ou mágicas de prestidigitador verbal, florilégios e lantejoulas estilísticas ou rompantes demagógicos. Não há na sua prosa despojada fogos de artifício de pirotécnico que vê a página branca transformar-se

numa espécie de céu em noite escura. Não ouviremos grandes gritos, imprecções, apóstrofes veementes. O patético não é perseguido deliberadamente. Quando se verifica é por que se instalou – e instaurou – quase imperceptivelmente nas entranhas do texto. Toma-se presente – e visível – na exasperação surda, na crispação subterrânea, nos espasmos clandestinos que fazem estremecer e vibrar a epiderme textual camusiana, ao longo de uma *summa* portentosa do homem revoltado com a sua *finitud*.

6

Existe um posicionamento existencialista em Camus? Sem dúvida. Contudo, ele não deixa de ser, para lá de sua identificação filosófica (parcial) com Jean-Paul Sartre, André Malraux e Simone de Beauvoir, essencialista como Zola, Flaubert ou Balzac. Antes de mais nada, porém, ele é um esteta com perfeito autocontrole. Com autodisciplina. Não dá vazão a transbordamentos emocionais ou enxurradas históricas. Se grita, os seus gritos (contidos) são quase silenciosos. Talvez por isso mesmo mais terríveis. Pois não se limitam a ferir os tímpanos: esfaqueiam a alma.

7

A consciência de responsabilidade. A fé no homem. A urgência do compromisso, do engajamento. A transparência da ação. A convicção da necessidade da missão a cumprir. A plena certeza da dignidade humana. Tudo isso está presente em Camus. Tudo isso irriga os latifúndios do seu universo ficcional – romanesco ou teatral – e ensaístico. Integra, forma a infraestrutura do seu pensamento. Para ele, nada de aceitação tácita, de resignação implícita, de conformismo, imobilização, inércia. Nada disso. O homem, proclama Camus, tem que lutar. A revolta é a única saída que tem à sua disposição, excluídos o desespero paralisante e o suicídio, atentatório à consciência. A tragédia existencial tem apenas duas opções – *colabora-se ou combate-se* (escreve o romancista na sua *Carta a um desesperado*). A alternativa a

seguir, portanto, é clara. Sim, apesar das engrenagens que o trituram, apesar dos blindados que o esmagam, dos grilhões que o prendem, das mordanças que o silenciam e sufocam, das vendas que o cegam, dos cilícios que o dilaceram, o homem não pode deixar-se afundar no pântano de areias movediças do desespero. Ele tem uma saída à altura da sua dimensão demiúrgica. Qual é ela? Dizer *não*. Não aceitar passivamente. Não resignar-se. Não conformar-se. Pelo contrário, resistir com estoicismo, reagir com violência, lutar com denodo e bravura. Só através da luta o ser humano, pobre pigmeu, assume a estatura dos colossos, tomando-se Anteu ou Hércules. Tomando-se, sobretudo, digno de si mesmo. Poderá haver dignidade maior?



8

O que representa, em última análise, *A peste*? O romance é plurissignificante, polissêmico. Não será possível captar nele um significado, uma interpretação, uma “leitura” unívoca. Começa por participar do simbólico e do imagético. É fábula, alegoria, parábola. Mais do que isso: metáfora transparente. Suma antiteológica (fragmento da suma que é a *opera omnia* camusiana), reflexão pascaliana (só em parte, é claro) sobre a condição humana, grávida sempre de desespero, angústia e náusea em face dos espectros da miséria, do sofrimento e da morte. Em face de tudo aquilo que sitia a cidadela do humano e não permite que o homem consiga aquilo que mais deseja: ser feliz. *A peste* traduz também, sem ambiguidade semântica, sem alusões sibilinas ou subliminares, o nazi-fascismo hitleriano que invade a França. A luta contra a proliferação do mal configura a Resistência. Mas a peste pode ser também – e é – o símile de qualquer guerra. De qualquer ameaça à integridade do homem. À sua dignidade intrínseca. Aos seus direitos inalienáveis. Poderemos ver nela ainda a figuração da própria morte, para cujos vírus, bacilos e bactérias não existe – e não existirá nunca – a “vacina” salvadora. Simulacro do real, seja ele qual for, *A peste* é também a própria realidade viva, reconstruída, quintessenciada pelo milagre da criação estética. Esta, fundada na palavra essencial, sacralizadora. Essencialmente poética. Afinal, *poiesis*, em grego, significa criação.

9

Só há uma saída para a vida: é viver. A frase é de Pessoa. Poderia ser subscrita por Camus. De fato, para o homem, perdido na desolada terra dos homens, só há uma saída: ser homem. Não fechado em si mesmo, isolado na sua ilha privativa, na insularidade do seu egoísmo, do seu egocentrismo, da sua autolatria, mas em comunhão fraterna com os outros homens. Fazendo parte de um arquipélago – a humanidade. Parte do todo a que se referiu John Donne, só aí o homem se torna verdadeiramente imortal. Ainda que amputado de fragmentos do seu organismo, o todo não morre. Continua.

10

No universo camusiano, o homem é o centro. Tudo tende e converge para ele. Órfão do Deus morto de Nietzsche, incapaz daquela fé robusta que Kierkegaard canta no seu *Temor e Tremor*, exilado no mundo absurdo (que não é exatamente o de Kafka), caminhando em túneis de angústia rumo à morte a que está destinado e apesar de tudo buscando sempre o velocino de ouro ou o Santo Graal que é a felicidade, o ser humano tem, nesse percurso que vai do berço ao túmulo, a possibilidade de uma espécie de salvação pessoal. De redenção. Ela está no amor ao semelhante, ao companheiro de jornada, ao irmão. O que vale dizer: ao próximo. A fraternidade alicerçada na fé no homem, na crença na criatura humana – eis aí a única chave que pode abrir a fechadura da hipótese de ser feliz. Nessa concepção radical em que entronca Camus temos a imagem de um teísta. Não ortodoxo, é óbvio. Na sua heterodoxia, o Deus, mortalmente imortal, não é o Deus consuetudinário dos crentes de todas as religiões. É outro: chama-se Homem. Sim, o romancista possui a sua religião privativa: o humanismo. A obra de Camus, toda ela (e não apenas *A peste*) é a Bíblia desse humanismo que, encharcado de vitalismo, exorciza a suprema injustiça infligida ao homem: a morte. É nela, com ela e através dela que o artista exercita a sua liberdade de lutar. A liturgia de viver. Ainda que ameaçado pelos bacilos de todas as pestes, é importante gritar: estou vivo! Esse grito o salva.

11

Ver em Camus apenas um pessimista existencial à *outrance*, talvez seja um exagero conceitual. Se não retórico. Jamais poderá ser considerado vítima de um pessimismo mórbido quem escreve, em diversos trechos da sua obra, mormente na epistolografia: *O meu reino é deste mundo... Apenas falarei do meu amor pela vida... A minha felicidade não tem preço... Eu vivo com tal entusiasmo... É importante ser feliz acima de tudo... A felicidade é também uma longa paciência...* São colocações de um apolíneo. Que, como Janus, tem outra face: a dionisíaca. Esta, quiçá, de traços bem mais definidos. De qualquer modo, é impossível, no

caso de Camus, aceitar ou admitir uma dicotomia maniqueísta, vendo nele apenas uma das faces. Temos que enxergar, num mesmo golpe de vista, uma e outra. Ambas se complementam. Se completam. Da mesma forma que, no homem, o angélico coexiste com o demoníaco.

12

A *peste* tem algumas fontes (ou matrizes) perfeitamente perceptíveis ou detectáveis: Dostoievski, Daniel Defoe, Kafka, Unamuno – o Unamuno de *El sentimiento trágico de la vida*. Há outra raramente mencionada e no entanto vital: Blaise Pascal. Ainda que este, crente, pareça situado nos antípodas de Camus, ateu convicto, militante. A visão que ambos têm do homem é idêntica. Tanto um quanto o outro o concebem como um ser fragílimo, insignificante, aprisionado no seu labirinto existencial. Muda apenas a saída que os dois vislumbram. Enquanto, para Pascal, a redenção está em Deus e a saída, portanto, reside na fé, o romancista vê à sua frente uma única porta: a revolta, a insurreição, a rebelião. A luta. Não uma luta individualista, mas coletiva. Ao lado dos outros homens. De quem quer que sofra a dor da mesma ferida que é estar vivo. É na perpétua luta de Sísifo com o seu rochedo, montanha acima, que o homem pode obter um pouco de felicidade. Ainda que provisória. Mesmo precária. Sem a transcendência, pois, só o homem pode redimir o homem. Como? Através do amor, da solidariedade, da fraternidade. Curiosamente, as três palavras cristãs, que implicam uma quarta, não nomeada – caridade –, acabam por ser as palavras eleitas do ateu irreduzível. Assim, Camus dá-nos a impressão de ser um cristão às avessas. Um cristão que não crê em Cristo. Que não aceita Deus no seu universo. Mas crente, apesar de tudo, por paradoxal que isso possa parecer. Pois ele, embora negando-O, como o Ivan Karamazov, de Dostoievski, na medida em que não aceita a Sua omissão no cenário do sofrimento humano, na medida em que desejaria ver a Sua intervenção para derrotar a morte, acaba afinal por cumprir o Seu mandamento de ouro: amar o próximo. Tomando-se mais cristão do

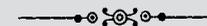
que muitos hipócritas que o são apenas de fachada, da boca para fora. Sim, mesmo negando a existência de Deus, Camus de certa forma aceita-O. Ao combatê-lo, segue-O. Vira-lhe as costas, mas cumpre os Seus ditames. Não é por acaso que Tarrou sonha ser “um santo sem Deus”. Ou seja, um homem que busque a perfeição e persiga a bondade sem cogitar de recompensas divinas – paraísos ou bem-aventuranças eternas. Mas sem temor também a penas e castigos – purgatórios breves ou infernos definitivos. Uma bondade e uma perfeição intrinsecamente puras. Sem premeditação. Sem cálculo. Despojadas de considerações prévias. Sejam elas metafísicas ou apenas pragmáticas. Como evitar a admiração perante esse tipo de santidade sem nada de interesseiro ou fisiológico?

(Conclui no próximo número.)





A ESCOLHA DE GETÚLIO



Por FERNANDO FONTANA*

Em 1897 chega ao Rio Grande do Sul um jovem pontagrossense de 24 anos e recém-casado. Ia instalar-se em Santa Maria, chamada “Capital Ferroviária” do Estado. Ali se entrecruzavam quase todas as linhas das mais importantes estradas de ferro gaúchas e eram sediados os escritórios das duas maiores empresas do setor, ambas de capital belga. A cidade vibrava e se desenvolvia rapidamente.

Já os Campos Gerais do Paraná não apresentavam a pujança dos tempos do tropeirismo, apenas modorravam, sem maiores expectativas de mudanças no curto prazo.

O advento da República e sua participação na Comissão do Empréstimo de Guerra da Revolução Federalista diminuíram o prestígio que seu pai, Augusto Lustosa Andrade Ribas, gozava no Império e limitaram suas atividades produtivas, em suma, a família começava a empobrecer.

Em Castro estudara por vários anos sob a direção do Professor Joaquim Serapião do Nascimento, ardoroso defensor de valores cívicos, éticos e patrióticos. Havia montado um armazém, e completava seus rendimentos com serviços de topografia. Era um trabalhador compulsivo e ambicioso. Casara com uma castrense, futura herdeira de grandes extensões de terra, que, na época pouco valiam e muito pouco produziam.

Tinha uma genealogia farta em antepassados ilustres como Baltazar Carrasco dos Reis e Benedito Mariano Ribas, fundadores, respectivamente, de Curitiba e Ponta Grossa, ou Ignácio Lustoza de Andrade, notável precursor das campanhas que almejavam a emancipação política do Paraná.

Chamava-se **Manoel Ribas**, em homenagem a seu avô, o Brigadeiro Ribas, que havia sido Vice-Presidente da Província.

Glórias passadas e benefícios futuros não resolviam os problemas do presente, pois Manoel queria mais e queria logo.

A mudança para o Sul não foi uma aventura, atendia um convite de seu cunhado, o engenheiro belga Gustavo Vauthier, ligado às empresas ferroviárias de Santa Maria. Na principal delas, a *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*, passou a exercer cargos de confiança, chegando rapidamente a Gerente, e, logo, a Diretor.

Após um período de adaptação, Ribas, por sua atividade laboriosa, personalidade austera e inviolável honestidade, passa a ser um de seus mais efetivos colaboradores.

Em 1906, uma tumultuada greve de seus empregados força a Auxiliaire a aceitar, como parte das soluções negociadas, a criação de armazéns geridos pela própria empresa para vender-lhes produtos básicos a preço de custo e com isenção da cobrança de fretes. Era o que os francófonos chamavam de ECONOMAT¹.

Nos nove anos passados entre sua chegada à cidade e aquela greve, Manoel incorporou a seu cabedal as técnicas administrativas da multinacional e aprendeu francês. Essas habilidades, somadas à experiência comercial de varejo que tivera em Castro, foram determinantes para sua designação como gerente do setor.

As primeiras unidades foram instaladas em Santa Maria, Rio Grande e São Leopoldo, e, com rápida expansão, outros municípios onde havia concentração da comunidade ferroviária, passaram a ter suas próprias unidades.

Em 1911, o comando das ferrovias passa a uma empresa americana, a qual, não concordando com o projeto, decide passá-lo adiante. O ECONOMAT é comprado por um abastado comerciante

¹ Estabelecimento no qual um determinado grupo de pessoas pode adquirir mercadorias a preço menor que no comércio local.

local, que, como condição do negócio, exigira que Manoel Ribas continuasse como gerente geral.

Com o custo adicional do frete, e a necessidade de imensos capitais para formar estoques, e o baixo percentual de lucro, a empreitada deixa de interessar ao comprador. Também os beneficiários do esquema queixam-se do aumento dos preços e de irregularidade nas entregas.

Presentindo o risco da extinção daquele exitoso modelo de integração social, Ribas propõe uma inédita solução, que conhecera em suas viagens de negócios à Europa: a criação de uma cooperativa de consumo, que pertencesse a seus associados, mantivesse a atividade comercial, não tivesse interesse em resultados financeiros, funcionasse quase como órgão de classe e atendesse as necessidades e aspirações das famílias.

A ideia foi rapidamente difundida e aceita pelos ferroviários, que tinham imensa confiança em Ribas pelo excelente trabalho que executara no Economat.

Em 28 de outubro de 1913, em assembleia, à qual compareceram cerca de 200 interessados, é aprovada, por aclamação, a proposta de criação da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – COOPFER, sob a direção de Manoel Ribas. Em sequência filiam-se quase 2.000 novos cooperativados.

Ainda assim, faltavam os recursos para aquisição da operação comercial e de seus bens e estoques.

A Auxiliaire, que havia reassumido a administração das estradas de ferro, adianta parte do capital necessário, ficando o restante a crédito do empreendedor privado.

Em apenas dois anos sob a administração de Manoel, os compromissos foram saldados, para surpresa até mesmo dos mais otimistas observadores.

Os objetivos que iriam nortear a entidade que estava nascendo e constavam em seu Estatuto eram: “1) manter os armazéns para o

fornecimento de produtos de primeira necessidade e de uso doméstico aos associados; 2) aplicar os lucros, rendimentos e patrimônio em benefício dos associados; 3) fundar, manter e auxiliar instituições de ensino de artes e ofícios; 4) estabelecer hospitais, farmácias e gabinetes odontológicos para atender aos associados e seus dependentes; 5) instituir gradativamente pecúlios pagáveis em dinheiro nos casos de morte ou invalidez do associado, sem que para isto fosse necessário o pagamento de taxas adicionais”.

Já no início da década de 1920 a COOPFER, contava com cerca de 7.000 associados, tornava-se a maior cooperativa de consumo da América do Sul e a maior empresa comercial da Região Sul.

Numa época em que era desconhecido o conceito de previdência social, a associação criou uma Caixa de Pecúlio, que atendia as melhores técnicas atuariais.

O maior primor dessa tentacular instituição foi a criação do Departamento de Educação que, através de escolas próprias ou conveniadas, ofereceu, gratuitamente, oportunidade de estudos a milhares de crianças e adolescentes.

Para se ter noção da dimensão desse empreendimento cooperativo é necessário arrolar as atividades desenvolvidas.

A análise de seus Relatórios Anuais mostra a diversidade e a extensão de suas atividades.

Na área comercial, chegou a ter 19 armazéns que vendiam quase tudo que uma família necessitava. Parte dos produtos era de sua própria confecção, pois possuía fábrica de massas e biscoitos, torrefação de café, matadouros e açougue, alfaiataria, lenharia, etc., que barateavam ainda mais os preços para os consumidores.

Teve uma rede de 17 farmácias que cobria toda a área geográfica onde atuava, e construiu um completo hospital próprio em Santa Maria.

O programa educacional, orientado pelos irmãos maristas, incluía duas escolas de artes e ofícios (masculina e feminina), onde

eram ministrados cursos que preparavam os alunos para as mais diversas profissões, em geral, ligadas às atividades da própria ferrovia.

Ao longo da extensa malha de estradas de ferro, sempre em lugares de difícil acesso, existiam as chamadas Turmas, grupos de operários que faziam a manutenção dos trilhos e dormentes. A Coopfer instalou 88 *Escolas Turmeiras* para dar acesso ao ensino básico às famílias que lá residiam e a seus vizinhos rurais.

Além dos estabelecimentos sob sua direção, tinha convênios com 117 escolas particulares visando atender seus associados em cidades não alcançadas pelo seu próprio sistema. Criou, também, dezenas de Clubes Agrícolas para completar, com verduras e frutas, a dieta de seus associados.

Paralelamente, consolidava-se o indiscutível poder político dos ferroviários, que, em conjunto, eram o fiel da balança em qualquer eleição.

A admiração e o respeito que esse enorme contingente de cidadãos tinha pelo Diretor Geral da Coopfer podia ser aquilatada pelas inúmeras expressões de confiança e carinho com que o cultuavam. Destaca-se, entre elas, a homenagem recebida em 1923, em seu quinquagésimo aniversário, quando mais de 6.000 ferroviários assinaram um manifesto de apoio e gratidão.

Apesar de relutante, Manoel Ribas cede à pressão de seus amigos e colaboradores e torna-se candidato a Prefeito, sendo eleito em 1927, com consagrada votação.

Sua visão da administração pública pode ser aquilatada por excertos de seu discurso de posse:

“Sou ainda antes de tudo um **delegado de vossa vontade**. (...)”

“(...) Admira que um país que tornou o serviço militar obrigatório a todo cidadão não haja também tornado obrigatório o ensino primário. Mais justo seria este anteceder aquele, pois que, só um indivíduo culto pode ter perfeito conhecimento dos seus deveres de cidadão”.

Em sua gestão (1927-1932), conseguiu atingir as metas que se propusera: conseguiu a instalação pelo governo estadual de duas Escolas Complementares e um Grupo Escolar, resolveu o problema do saneamento estendendo a rede de água a todo núcleo urbano da cidade.

Quanto às escolas municipais, “causava pena ver uma pobre criança jungida ao tronco da escola anos e anos para, afinal, ao sair, sabendo apenas riscar o nome. Nessas condições, a instrução primária é um castigo à infância; a escola, um cárcere; o professor, um algoz. Grande era o número de escolas; magnífica, a frequência! Mas o resultado muito aquém do que era lícito esperar”.²

Ribas tomou diversas providências para sanar o problema, como disse em seu primeiro Relatório anual, encaminhado à Câmara de Vereadores:

“O professor não ensina apenas a ler e escrever, ele é quem plasma o cidadão”.

“Os eleitores que a custo desenham o nome no papel são frutos das más escolas que encontramos, pois com tais professores não é possível conseguir-se homens realmente alfabetizados”.

“Seu primeiro ato foi submeter o professorado a exame, que constou simplesmente de leitura, ditado e aritmética até frações decimais. Foram reprovados nada menos de dez dos 49 professores existentes então! Alguns exerciam o magistério havia mais de dez anos”!³

Para unificar os procedimentos organizou o Regulamento da Instrução Pública Municipal, o Programa de Ensino Rural, e criou a Escola de Aperfeiçoamento dos Professores Municipais.

Sua obra foi perenizada com seu nome dado à maior escola estadual local: Colégio Manoel Ribas, e a outra municipal no Distrito de Santo Antônio.

² BELÉM, J. História do Município de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2000.

³ Idem.

Os reflexos de sua extensa e produtiva atividade comercial, social e política são reconhecidos até os nossos dias. Em novembro de 2014 a RBS – afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul – promoveu, com o título Grandes Nomes, um resgate histórico dos empreendedores que marcaram a história de Santa Maria.

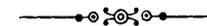
Apesar de Manoel Ribas ter deixado a cidade em 1932, passados 82 anos de sua última atuação municipal, seu nome foi incluído, demonstrando que ainda é objeto de respeito e admiração dos santa-marienses.

Embora querenciado e vitorioso no Sul, jamais rompera os liames emocionais e negociais com a região de sua infância e juventude.

Mantinha caloroso e permanente contato epistolar com sua mãe, Pureza Maria Branco de Carvalho Ribas, e a visitava periodicamente em Ponta Grossa, onde também se concentravam os bens da herança familiar de sua esposa, já bem mais valorizados, que gerenciava à distancia.

Como que preparando seu próprio retorno, em 1927, para concretizar seu domínio, envia seu filho Gustavo a Castro, refazendo, em reverso, a rota que fizera 30 anos antes.

Este foi o homem que, em 1932, Getúlio Vargas escolheu para governar o Paraná!



***Fernando Fontana** é advogado e pós graduado em administração, foi Secretário de Estado, presidiu o BRDE e o INSS, é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

DISCURSO DE SAUDAÇÃO A MARTA MORAIS DA COSTA



Por ADÉLIA MARIA WOELLNER
PALACETE DOS LEÕES
CURITIBA EM 22 DE OUTUBRO DE 2014.



*“O acaso é, talvez, o pseudônimo de Deus,
quando não quer assinar.”*

Théophile Gautier

Certamente, não é por acaso que estamos aqui,
hoje, para esta solenidade;
certamente, também não é por acaso que
esta solenidade de posse é realizada neste espaço.

Sra. Presidente da Academia Paranaense de Letras,
Prof^a Chloris Casagrande Justen,
ilustres autoridades que compõem a Mesa Diretora, já nominadas,
estimada Acadêmica Marta Morais da Costa,
confrades e confradeiras,
convidados que nos honram com sua importante presença.

Imponente e histórica, esta casa nos permite uma viagem no tempo, para reviver as conquistas que permanecem registradas e impregnadas nas paredes, porque os grandes feitos não desaparecem, não são desfeitos como tecidos que esgarçam, consumidos pela insignificância de momentos rotineiros.

Toda uma simbologia significativa nos conduz pelos espaços deste edifício, hoje destinado inteiramente à arte, à cultura, e que todos conhecemos como “Palacete dos Leões”. Certamente a escolha não foi um acaso...

Pela vez primeira, é aqui que a Academia Paranaense de Letras realiza uma cerimônia de posse; e posse de quem guarda, na sua essência, registros das vitórias alcançadas após lutas ingentes.

Juntando o esplendor deste local, sua hoje elevada função cultural, e a simbologia do leão que, em sua magnificência, é reconhecido como aquele que sobressai nos limites onde vive e exerce sua influência, certamente não é por acaso que este espaço seja o mais adequado para acolher a cerimônia de posse da Prof^a Marta Moraes da Costa.

Filha de Virgílio Antunes de Moraes (já falecido) e da hoje nonagenária Pierina Baretta Moraes, Marta nasceu com a primavera, no dia 21 de setembro, em Ouro, Santa Catarina. Ambas as situações pareciam prenunciar que o seu caminho deveria mesmo ser ornado com belezas e brilhos.

Mas para atingir o brilho dourado simbolizado pelo ramo que contorna a pelerine acadêmica, foi e continua sendo grande a luta leonina e a dedicação profunda de Marta. Cedo descobriu o fascínio das páginas dos livros e reconhece, ainda hoje, o quanto a leitura mudou a forma de ver o mundo, a forma de lidar com a falta e com o excesso, como conviver com as diferenças.

Sua história de vida, no sentido intelectual, é um percurso de muito estudo e trabalho que teve, como permanente motivação pessoal, a lembrança do que afirmava seu pai: “não vou te deixar herança material, mas, sim, o estudo”.

Além do berço familiar, impregnado de exemplos de corretas atitudes, sua vida escolar foi contemplada por assentar nas carteiras do Colégio Estadual do Paraná, não por acaso, vizinho deste Palacete, ali cumprindo os cursos Ginásial e o Clássico, porque este satisfazia sua preferência por literatura e a pluralidade de línguas: Francês,

Inglês, Latim, Grego... Sua vida escolar foi intensamente usufruída, pois, além do cumprimento da carga curricular, participou de vários projetos, como a de montagem de peças teatrais no Teatro Grego e no GRUTA, Grupo de Teatro Amador. Pelo colégio, guarda especial admiração. Ali, onde foi aluna dedicada, logo voltou como professora de Latim, Francês, Grego e de literatura portuguesa.

Carregou, no seu cadinho de experiências valiosas e no próprio coração, tudo o que presenciou e acompanhou no Colégio Estadual do Paraná que, afirma, era uma fonte de formação integral, com escolinha de arte, esporte, laboratório de Química, teatro em francês, grupo de cantores em língua inglesa, tragédia grega... o que representou, para os alunos, oportunidades educacional e cultural inesquecíveis, independente de sua classe social ou econômica, quer ali chegassem de automóvel importado, ou a pé. Era, como ainda é, escola pública... Escola pública de reconhecida qualidade, que gerou tantos e importantes cidadãos para o estado.

A experiência obtida nessa fase foi o firme alicerce a lhe dar segurança para crescer. Logo após formada em Letras, pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná, nela começou a lecionar. Atuou como professora na Educação Básica de várias escolas de Curitiba, que deixou para se dedicar à Universidade. Até agora, são 43 anos de magistério superior ininterrupto. Fez carreira com vários concursos e tornou-se Professora Titular de Literatura Brasileira. Fez, também, Pós-Graduação, em vários níveis, Mestrado e Doutorado na área de Literatura Brasileira, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com tese intitulada “Teatro em papel jornal”, abordando o teatro em Curitiba, no período de 1900 a 1930.

Seu mérito, reconhecido, conduziu-a, também, para a cátedra na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde lecionou diferentes disciplinas em nível de graduação, especialização e mestrado. No cargo de Diretora do Curso de Letras, por uma dezena de anos, criou e coordenou vários cursos de especialização, além do Congresso

SABERES. Dirigiu grupo de leitura, criou e participou do grupo de contadores de histórias. Foram dezenas de cursos de formação de professores, lecionados em todo o Brasil, sempre nas áreas de leitura, literatura, incluindo a literatura infantil e teatro.

Tudo isso ainda não bastava para a satisfação completa da professora Marta e a consequência foi participar, nas universidades onde trabalhou, de alguns grupos de pesquisa que, como afirma, “*é tarefa inerente e importante da carreira universitária e permite o intercâmbio com outras universidades brasileiras*”. Como decorrência, desde 2008, é Membro pesquisador da Cátedra de Leitura da UNESCO-PUC Rio, onde fez palestras e participa de projetos com pesquisadores de todo o Brasil.

Sua atividade não para aqui: é significativa sua atuação, participando em dezenas de cursos como professora ou coordenadora, formando profissionais de diferentes áreas que trabalham com o magistério, a editoração, a divulgação cultural, o jornalismo, a publicidade e outras áreas culturais. Atua, também, como consultora especializada e pedagógica de empresas e de revistas das Universidades de Maringá, Federal do Paraná, de Ponta Grossa, do Oeste do Paraná. Outra atribuição lhe tem sido solicitada: a de emitir pareceres para publicação de obras infantis e juvenis da editora Melhoramentos, de São Paulo, para publicação de obras científicas da editora Intersaberes (IBPEX), de Curitiba, e de obras literárias para a Editora Positivo.

As atitudes éticas, humanas, coerentes, não ficaram impercebidas. Natural, portanto, fosse chamada para assumir algumas funções administrativas, em que teve a “*oportunidade de gerenciar conflitos, orientar comportamentos de boa convivência, fazer cumprir normas federais e institucionais para a validação dos trabalhos docentes e discentes, conviver com profissionais e propor reformulações para a melhoria do curso e das atividades didático-pedagógicas*”.

Não foram, porém, apenas as universidades que desfrutaram das qualidades pessoais e profissionais de Marta Morais da Costa, pois sua carreira universitária não lhe “*impediu a integração com*

a comunidade intelectual e com a cultura fora do ambiente profissional de base”. Participou, portanto, “*de algumas atividades importantes na área de educação e da cultura*”. Além de trabalhar como consultora nas áreas de conhecimento afins com a sua formação, esteve, em dois períodos, “*comprometida com as atividades de cultura do Estado do Paraná, participando do Comitê Editorial da Secretaria de Estado da Cultura*.” Foi quando tive o prazer de conhecê-la e, mais do que conhecê-la, admirá-la. A cada parecer que apresentava, mais eu mergulhava na essência e na forma com que analisava as obras submetidas à sua apreciação. Sempre firme, não transigia com seus princípios e suas conclusões eram inquestionáveis. Era, sempre, uma verdadeira aula, que eu procurava usufruir integralmente. Aprendi muito, Professora Marta; e se não aprendi mais, registro o débito na coluna das minhas limitações.

A sua habilidade e competência em escrever, contudo, não ficam sufocadas pela tecnicidade, pelo academicismo. Longe disso! Poetisa da prosa, seus textos revelam sensibilidade de alma, externando a poesia da vida. Suas publicações possibilitam essa descoberta. Com que facilidade domina a palavra! Ama a palavra; vive a palavra. Entende a palavra. Em crônica publicada no jornal Estado do Paraná, alertou:

“O poder da palavra é infinito, e é com esse poder que nós, professores de Letras, lidamos.” (1)

E acrescentou, mais tarde:

“As palavras se gravam do mesmo modo que as preces: ambas são armas, ambas vencem o silêncio e a debilidade.” (2)

Como sua formação em mestrado e doutorado foi na linha de pesquisa da dramaturgia brasileira, encontrou, nessa vertente, o caminho amplo, ilimitado, para utilizar sua capacidade de usar a palavra, de acordo com sua concepção e, por isso, variada é sua produção de artigos e livros que tratam dessa área específica da literatura. Como

decorrência dessa especialização, publicou e orientou uma dezena de dissertações e teses que tratam do teatro brasileiro. Esse trabalho de pesquisa resultou no projeto de publicação da história do teatro em Curitiba, ao longo do século XX, e que se estende, por vezes, a outras regiões do Paraná. Sobre o teatro em Curitiba, produziu o volume publicado, em 2009, pela Universidade Federal do Paraná. No teatro, ainda, escreveu a peça **Femina**, uma versão atualizada de *Medeia*, de Eurípedes, cuja montagem foi apresentada em temporada pelo grupo Tanahora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Nas áreas de dramaturgia e literatura, possui, além de livros, elevada quantidade de participações em outras obras, periódicos e anais, e aproximadamente 150 crônicas, publicadas no Jornal “O Estado do Paraná”. Tem livros já escritos, à espera de publicação. Agora, vibra e revela toda sua emoção ao falar da sua mais recente contribuição para a área de educação: a Coleção “*Almanaque do leitor*”, com dez volumes, e o *Guia do Professor*, também com dez volumes, que fazem parte da *Coleção Tempo*, da Editora Positivo, destinada ao ensino integral brasileiro. São diferentes áreas contempladas pela coleção *Tempo*: Linguagens e leitura (formação do leitor e artes); Cidadania, sustentabilidade e criatividade; Vida, corpo e movimento; Identidade, alteridade e memória (história); Estudos orientados (português e matemática); Tecnologia educacional.

A criadora é quem nos informa sobre sua criação:

“Os almanaques são construídos a partir da leitura de um livro de literatura, do qual tomam assuntos, temas e espírito inovador e lúdico. São construídos por meio de brincadeiras, de motivação para a escrita e outras leituras, de forma criativa e instigante. Fogem ao modelo tradicional de livros didáticos e se destinam a diferentes estágios da familiarização com a leitura: leitor iniciante, em processo e autônomo. O tempo todo são feitas provocações aos leitores do ensino fundamental da escola integral, visando a compreensão dos diferentes gêneros textuais em múltiplas linguagens (cinema, quadrinhos, teatro, música,

jornalismo, ciências e outros). A orientação aos professores é de não repetir chavões, buscar formas criativas de expressão, sair da utilização da literatura como pretexto para lições de moral ou de disciplinas escolares. O objetivo primordial é tratar a literatura como uma linguagem específica, com sabores únicos e saberes múltiplos. Viagens, Imaginação, Desafios, Afetos, Contradições, são alguns dos temas da coleção de almanaques. Em cada almanaque o aluno é estimulado a criar um texto/livro vinculado à literatura e ao processo criativo e imaginário: um bichológico, a história de um circo com atrações incomuns, um arquivo de amigos reais e imaginários, e outros.”

Particularmente, tenho especial admiração por sua obra *Mapa do Mundo*, editada pela PUC-Rio, que traz crônicas sobre leitura publicadas no jornal *O Estado do Paraná*. Na apresentação deste livro, Eliana Yunes diz que as atividades de Marta “*permitem um retrato de sua seriedade e competência, associadas a uma grande lealdade de postura, em favor da leitura, de sua ética e de sua estética.*” Adiante, conclui que o livro testemunha ser, Marta, a “*leitora apaixonada e perspicaz, que se entendeu com a literatura e a palavra de forma vital e quer – ardentemente – comunicar aos demais esta fonte de juventude duradoura que é aprender continuamente dos outros...*”.

Disse eu, há pouco, que seus textos revelam sensibilidade de alma, externando a poesia da vida. *Mapa do Mundo* possibilita essa descoberta e é dele que me permito citar trechos de algumas crônicas, para comprovar o que afirmo:

“Uma das experiências mais prazerosas em qualquer trabalho de capacitação docente em que estive envolvida nos últimos anos tem sido a de ouvir relatos de rituais de iniciação à leitura de livros. Os olhos fecham-se, concentrados, enquanto viajam mundos interiores da memória, na tentativa de recuperar não apenas os fatos, mas a sensação que eles causaram. Emergem, inevitavelmente, associações de pessoas, intenções, afetos, querereres e objetos, em cirandas infantis, em rodas de

sentidos e símbolos. A recuperação desse instante revela subitamente ao adulto a força significativa daquele rito, depois do qual adentramos o paraíso e o inferno dos leitores. Os risos e os suores, as alegrias e os temores, as vitórias e as frustrações desfilam, num átimo de tempo, no painel da memória, amadurecendo a consciência de que, a partir daquele momento revelador, nunca mais fomos os mesmos.

É preciso viver a graça de observar o brilho dos olhos rememorativos, de sentir as palavras se adensarem de saudade e afeto, de trocar indiscretamente aquela história pessoal que vibra, retorna, cresce, desnuda-se impudicamente na força do relato. Pais e parentes, amigos e mestres, livros e histórias, poemas e cantigas, terrores e amores jorram, em ouro líquido, dos lábios dos recordantes. Alguns se descobrem, outros desdobram-se e os ouvintes respondem silenciosamente, em ecos interiores, com suas histórias particulares e todos se irmanam na lembrança de letras e livros.” (3).

Da crônica *Bibliotecas da Vida*, destaque:

“A biblioteca preserva as vozes com as quais nosso pensamento e saber conversam interminavelmente. Representa a comunidade que dá suporte e identidade cultural. Com ela dividimos saberes e somamos descobertas. São retratos encadernados da vida interior de seu proprietário. Duplicam em papel a nem sempre confessada, e muitas vezes oculta e silenciosa, vida intelectual. Os livros possuídos convertem-se em proprietários, pois se mostram como documento visível assinado por seu dono com a tinta invisível de uma história pessoal da leitura.” (4)

Essa paixão de Marta Moraes da Costa pela leitura, pelos livros, continua sendo enfatizada na crônica *A Casa do Livro*. Ela assim confessa:

“Diferentemente dos colecionadores de sapatos, de latas de alumínio, de botões e miçangas, de cartões telefônicos, quem deposita no livro seu amor e sua crença reconhece nele a possibilidade da interlocução,

da companhia, da diferença, da contradição, da aprendizagem. Uma parede com livros é porosa, maleável, intercambiável, jamais obstáculo. Ao mudarmos o livro de posição nessa parede, ele carrega consigo seus semelhantes, em bandos familiares e em comunidades. A migração reafirma o parentesco e confirma os laços de semelhança que nos fazem distinguir livro de livros.

Ah, a beleza da casa em que a única decoração consiste numa sequência organizada de estantes e armários e balcões e mesas cobertos de cor, textura, formas e volumes diversificados! Reconhecer no papel preenchido com letras o pensamento de irmãos escribas é aventurar-se na travessia do saber e da história. Viagem de argonauta, somente capaz de obter o toão de ouro com a ajuda das divindades da memória, da escrita, da arte e da comunicação. Além de estar exposto a todas as traições. Acima de tudo, porém, viagem de cumplicidade, movida pela festa dos olhos e pelo reconhecimento do estado e êxtase de ser leitor.” (5)

E a poesia se apresenta, sem subterfúgios, na crônica *Olhos atentos*, em que, de certa forma, a mulher-mãe se manifesta. Eis o início:

A câmera flagra o menino com a boca aberta e os olhos atentos enquanto os fogos iluminam a madrugada de um ano-novo. O céu riscado em vermelho, branco, azul, verde. Os olhos seguindo o movimento e a boca recusando-se à expressão de não-me-importo. O interesse é intenso e o corpo, ainda frágil, abandona-se esquecido no colo do pai.

Quantas milhares de vezes essa imagem se repetiu ao espocarem os foguetes no início do ano? Em quantos lugares do mundo? Foram protagonistas apenas as crianças?

As imagens deram conta de uma alegre irmandade: a dos adoradores das estrelas substitutas, dos arabescos sonoros e coloridos, construídos em luzes efêmeras, num ambiente intensamente eufórico. Os noticiários repetiram em cliques rápidos, mas eloquentes, a saudação ao novo ano nos mais variados pontos do planeta.

Passada a euforia, despertamos para o sol, a manhã, os problemas e os

propósitos, a continuação. Mas a memória reteve, fiel e guardiã, as luzes, o bem-estar, o encantamento. Afetados fomos, afetados continuamos. Essa é a essência do que chamamos 'celebração'. A noção de um novo ciclo, de outro período, de recomeço, é extremamente marcante."

Marta: sua sementeira foi incansável, o zelo pela produção foi constante e, portanto, não poderia ser outra a colheita, senão o reconhecimento, o aplauso que foram demonstrados pelas inúmeras homenagens e com a concessão do Prêmio Professor João Crisóstomo Arns, conferido pela Câmara Municipal de Curitiba e, no ano passado, o Grau de Comendador da Ordem Estadual do Pinheiro, outorgado pelo Governo do Estado do Paraná.

Continuo reafirmando: nada aqui é por acaso.

Solenizamos, neste momento, o ingresso de Marta Morais da Costa, na Academia Paranaense de Letras, que traz, consigo, não só o conhecimento, a competência, a sabedoria, a disciplina, a postura ética da professora, mas, também, a sensibilidade, a ternura, a dedicação da mulher e mãe. Casada com Édison José da Costa, partilha seu amor com os filhos Aruã (pai do seu primeiro neto, Guilherme), Fábio (casado com Asenath) e Thales (casado com Katia).

Nesta casa de cultura, posso afirmar que a nova acadêmica compartilhará tudo quanto usufruiu nas escolas da vida. E colheu muito, na sua caminhada. Colheu, porque plantou generosamente; colheu porque plantou com habilidade e competência.

Que o diploma que hoje lhe é conferido e a pelerine que agora a envolve simbolizem a admiração e respeito demonstrados pela sua eleição para a Cadeira nº 27 desta Academia Paranaense de Letras, que se engrandece com a sua chegada.

Seja bem-vinda, professora Marta Morais da Costa.

(1) Artigo *"Fábula com árvore, palavras e mel"*, jornal O Estado do Paraná, 05.11.06, pág. 23.

(2) *"A escrita é dom, arma e vitória"*, jornal "O Estado do Paraná", seção Educação, 18.03.2007.

(3) *"Mapa do Mundo – crônicas sobre leitura"*, Editora Leitura, 2006, páginas 21/22.

(4) Idem, página 38.

(5) Idem, página 72.

(6) Idem, página 58.

Outros textos em itálico são transcritos do currículo elaborado pela Prof^a Marta Morais da Costa.



DISCURSO DE POSSE



NA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
PRONUNCIADO POR
MARTA MORAIS DA COSTA
NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2014.



Saudação às autoridades e ao público presente.

Agradecimentos especiais a Ana Teresinha Ribeiro Vicente e a Evelise Campagnaro, pela generosidade do apoio e da amizade. Agradecimento à Adélia Woellner, madrinha de minha entrada na Academia Paranaense de Letras e à presidente da APL, Chloris Casagrande Justen, pelo acolhimento e pela direção segura e afetuosa desta instituição.

Em 9 de julho deste ano recebi a notícia da minha eleição para esta academia. A partir dessa data, sinto-me em constante indagação. Como e porquê cheguei a este lugar, nesta noite e com uma companhia tão acolhedora? Que qualidades as pessoas reconhecem em meu trabalho e – confesso, nem sempre reconheço nele e em mim, misturados que somos - e me fizeram merecedora de tão grande honra? Por que eu e não outros intelectuais de grande relevância existentes em nosso estado? Não tomem, por favor, essas perguntas como questões de retórica: são indagações surgidas pela natural comparação entre a escolha de um entre tantos outros nomes, de uma vida de trabalho entre tantas outras igualmente meritórias.

Em busca da resposta focalizo a memória do passado e procuro resgatar dele o que seria este tempo presente tão extraordinário. As imagens surgem tênues e vão aos poucos adquirindo mais nitidez para figurar ações, pessoas e sentimentos que correm em

paralelo com os registros de meu currículo e dos feitos tidos como verídicos. Essa combinação entre opacidade, clareza e permanência resulta na contabilização de muitos livros lidos, de interação com inúmeras pessoas, de dias e noites de trabalho, e, assim quero crer, no reconhecimento de um fazer que procurou e procura se renovar constantemente.

Invoco Lya Luft para pensar este momento e ela responde que:

“Somos as escolhas que fazemos e as que omitimos, a audácia que tivemos e os fantasmas aos quais sacrificamos a possível alegria e até pessoas a quem amamos; a vida que abraçamos e a que desperdiçamos. Em suma, fazemos a escritura da nossa complicada história.”

(em *Pensar e transgredir.*)

A verdade é que o rito de passagem representado por esta cerimônia, incluindo-me neste colegiado seletivo, confere relevância ao trabalho desenvolvido por mim ao longo dos anos. Continuidade que, entretanto, esbarrou em hiatos, paradas e tempos suspensos.

Um fragmento da obra “A terra dos avôs”, do escritor brasileiro José Ricardo Moreira, amigo de muitos dos aqui presentes, e cuja obra enriquece a literatura para crianças e jovens, contém uma fala do menino Tito, em conversa com seu avô. Ao falar sobre o relógio, o narrador criança não hesita em filosofar:

“Ele deve parar quando a gente está distraído. Ou dormindo. Deve parar de madrugada quando ninguém está prestando atenção. Assim: tic, tac, tic, tac, tic...tic. Viu? Fica faltando um tac. Deve ser o suspiro do tempo.”

Permitam-me sair em busca desse suspiro. Não para o devolver ao tiquetaquear mecânico do relógio, mas para tentar atribuir-lhe valor e sentido ao silencioso existir. A notícia dos fatos de minha vida, mais ou menos conhecidos e registrados, minha madrinha nesta

Academia, Adélia Woellner, acabou de enunciar. Mas e aquele “tac” suspenso, o que foi desperdiçado, o que foi omitido? E os fantasmas, onde ficaram?

Em que escaninhos da memória escondeu-se, por exemplo, a minha vivência nos palcos do teatro? A primeira experiência com o jogo, com a ilusão e com o retorno à realidade comezinha de uma peça escolar sobre a virtude e o Mal? As até hoje inacreditáveis montagens de tragédias gregas no Colégio Estadual do Paraná, com a ilusão elevada à enésima potência quando mulheres adolescentes representaram papéis masculinos, quando estudantes buscaram glorificar palavras que atravessaram séculos sem perder sua contundência e validade? Imagino o desconforto de meus pais ao verem aquele desfilar de amadorismo – de boas intenções e emocionado, claro – que retomava uma arte secular. Atuações indelevelmente marcantes para o resto das vidas das pessoas que sobre o palco se expunham.

Como toda caminhada move para outro lugar, adiante ou já percorrido, aquele teatro juvenil serviu como partida para aventuras mais profissionais na dramaturgia brasileira e na paranaense, como “O julgamento de Joana”, que o acadêmico professor Ernani Straube guarda em sua memória, montagem realizada a partir de texto de Eddy Franciosi e sob a direção de Telmo Faria.

Esse teatro, nunca traído, casou com a literatura em minha vida e ambos criaram prole em pesquisas, escritos e falas. E festejam hoje, comigo e neste momento, a honra de entrar para a Academia Paranaense de Letras, onde encontrarão, entre os acadêmicos, pares de história semelhante.

Por isso, é quando o passado retorna em ondas e fatos que o presente suspende seu fluir, a fim de permitir a narrativa do que foi. Em meu auxílio vêm os versos do poeta Paulo Henriques Britto,

“Sou uma história, a voz que a conta, e o imenso desejo de contar outra diversa, que porém não deixasse de ser essa.”

Acho que uma das respostas à minha indagação traz essa consciência de que fui essa “voz que conta”, que fui – e talvez continue sendo – uma fabuladora, isto é, alguém que narra, que compõe, que inventa fábulas. Talvez uma forma de contar as histórias do magistério, do teatro, da literatura e da leitura vestidas com o manto diáfano da fantasia, como definiu Eça de Queiroz. Fabulei, e continuo fabulando, as diversas histórias que me ajudaram a enredar nelas a minha própria história.

E hoje me proponho ser a voz que recupera quatro distintas narrativas.

A primeira é protagonizada por Domingos Virgílio do Nascimento, nascido em Guaraqueçaba em 1862 e falecido em Curitiba em 1915. Militar de fé republicana, poeta lírico, jornalista. Referem-se alguns historiadores ao fato de que fugiu de casa para estudar, tão grande era sua fome de conhecimento. E para saciá-la, buscou o saber primeiro em Paranaguá, depois em Porto Alegre e finalmente no Rio de Janeiro, na Escola Militar da Praia Vermelha.

Considerado um dos precursores do Simbolismo no Brasil, foi com Euclides Bandeira, um incansável fundador de jornais e revistas literárias entre 1893 e 1905, periódicos que enalteciam o Paraná no horizonte de literatura do início do século: *Folha Nova*, *A Tarde*, *A Avenida*, *A Notícia*. Sua produção escrita e publicada prolonga-se por um largo espaço de tempo: de 1883 a 1914. Como poeta publicou as coletâneas *Revoadas* e *Trenos e Arruídos*. Publicou também obras de cunho político e econômico, como *Pelo Dever*, sobre *Dr. Vicente Machado* (com outros autores), *O Sul* (obra de crítica política), *Flora têxtil do Paraná* e *Hulha branca do Paraná*. São de sua autoria os versos dos hinos do Paraná e de Paranaguá, em que a visão cívica do militar se encontra com a veia poética.

Insisto, porém, em sua poesia, de que recorto duas estrofes do poema “Sempre”:

SEMPRE

Quando outrora parti, era em plena alvorada,
A estrela-d’alva ardia ao cimo da montanha.
E do planalto olhando, oh surpresa tamanha!
Morria a estrela-d’alva à beira-mar tombada...

.....

Ó taças de cicuta! Ó flores de ópio! Trago-as
De parceiros em parceiros, de ilhotas sobre ilhotas,
Olhos para o alto-mar das infinitas mágoas!

O sentimento de derrocada, de queda e sofrimento, tão constante na poesia simbolista, se encontra nesses poucos versos a atestar sua filiação a um movimento que teve no Paraná um de seus centros culturais mais produtivos e reconhecidos na história da literatura brasileira.

A segunda, de feição diferente, é a história do fundador da cadeira 27, Omar Gonçalves da Motta (1910-1972), jurista, professor, promotor-geral da Justiça e Secretário do Interior e Justiça no governo do interventor Manoel Ribas. Sua ligação com o Círculo de Estudos Bandeirantes – hoje pertencente à Pontifícia Universidade Católica do Paraná - e com os intelectuais que dele faziam parte está na origem da criação da Faculdade de Filosofia, mais tarde Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – onde estudei e me formei na licenciatura em Letras.

Nos anos 30 e 40 especialmente, o Círculo representava no Paraná uma das poucas instituições de cultivo da cultura e da intelectualidade, de que foi referência. O Círculo de Estudos

Bandeirantes contribuiu para fundar as duas mais importantes universidades de Curitiba: a Universidade Federal do Paraná, e, depois, a Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras, origem da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde trabalhei um *curto* período de 23 anos.

A terceira história é a de Noel Nascimento (1925-2013), advogado, promotor do Ministério Público, historiador e romancista. Colaborou durante décadas em jornais e revistas com ensaios, poemas e textos literários. Publicou entre 1953 e 2006 *“Nuvens”*, *“Cosmonave”* e *“Coreto de Papel”*, todos livros de poemas. Também os ensaios de *“A Justiça e o fim da Repressão”*, *“A Nova Estética”*, *“A Escola Humanista”*, e, sobretudo os romances históricos *“Casa Verde”* e *“Arcabuzes”* e uma coletânea de *“Contos fantásticos”*.

Tomou posse da cadeira 27 da Academia Paranaense de Letras (APL) em 23 de maio de 1979 e a ocupou até 2013. Em 1995, foi o vencedor do Concurso Nacional de Romances promovido pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná com *“Arcabuzes”*.

Em *Casa verde*, romance de 1963 – bem como em *Arcabuzes*, editado 30 e poucos anos depois – transparecem as qualidades do ficcionista e do historiador. Neles, consagra-se o casamento da invenção literária com a pesquisa, resultando um texto cromático, com vigor narrativo e descritivo sem ser fotográfico, oferecendo aos leitores a informação colada à imaginação, o fato ao lado do fictício, a imagem abraçada ao sentimento.

Todo o cromatismo e as metáforas, tão presentes na herança simbolista do Paraná, transparecem em momentos de pequenos quadros impressionistas, miniaturas humanizadas e poéticas de imagens visuais poderosas:

O crepúsculo é belo no campo. O horizonte arde em rubras e douradas, quão tênues labaredas. O céu parece o prado a queimar nas noites de agosto, dando impressão de uma Roma em chamas ao

moroso viajor cavaleiro. O sol, pássaro branco do sertão, esvai-se em sangue, tombando no ocidente. O dia murcha como uma flor do ipê. A imaginação se livra do arreamento e foge, a galope, pelas coxilhas e canhadas, enquanto as aves adejam alvoroçadas, em bandos, como flores despetaladas no ar. (...) Há uma sensação de ocaso na alma, de fim, de morte, de saudade. No peito falece algo que nos é caro. Emoção de abandono e tristeza. É um adeus da natureza.

E a recuperação histórico-literária do mítico monge João Maria, uma espécie de Antônio Conselheiro dos sertões paranaenses, cristaliza-se no fragmento que leio a seguir:

Este cenobita, um velho rijo e seco, anda há quarenta anos perambulando por aquelas paragens: fura o sertão até a Lagoa Vermelha; de lá corta os Campos de Palmas; vai ao Tibagi; vence as florestas e as montanhas dos Agudos; interna-se no Paranapanema; faz por lá os seus milagres, as suas prédicas, as suas orações; dá seus bons conselhos, e retorna derivando para as margens do Iguaçu, Jangada e não sei por onde mais. Andarilho de primeira, erra por montes e vales, andrajoso e esqualido, com um bastão apenas por arma. Não há insetos que lhe mordam as carnes, nem feras que lhe moam os ossos.

Em *“Arcabuzes”*, Noel Nascimento somou-se aos romancistas épicos, como João Ubaldo Ribeiro e Antônio Callado, que redesenharam a história do Brasil, transformando os períodos de conflito de nosso país (como a Revolução Federalista e Contestado, por exemplo) em narrativas vigorosas e marcantes.

Da trança das três histórias, cuja marca e fios essenciais têm a ver com o Paraná, com a literatura enquanto forma de expressão estética, com o desejo de registrar o momento vivido, com a escrita a ecoar a experiência, resulta que a palavra é a forma de apoderar-

se da realidade e legá-la às gerações posteriores. Hoje, inscrevo-me nesta trança e sei que em algum momento futuro outro acadêmico virá arrematar a minha própria história, como faço hoje com quem me antecedeu. Amanhã que, espero, esteja distante...

A quarta história, ainda em construção, está alicerçada nas pessoas aqui presentes, na minha família de origem, na família a que demos origem, Edison e eu, nos amigos e companheiros com quem fraternalmente dividi e comi o pão do trabalho, às vezes ázimo, mas sempre indispensável, nutrindo a energia necessária para recomeços e ultrapassagens. São elos, são fios, são rede. Entretecidos, todos eles dão amparo, alento e esperança. Na voz do poeta João Manuel Simões,

“Só não se perca, irmãos, a esperança.
Ah, que ela seja sempre, sempre o norte,
a luz, a estrela matutina, o pão
que mata a nossa fome funda, antiga.
Sem ela, a nossa própria vida é morte,
o sonho, inútil, vão,
a flor, urtiga.”

A história que contei no que disse e escrevi durante os anos todos do exercício de minha profissão tem a marca da fé na literatura, na arte da palavra, na sempre possível fusão entre o pensar e o agir, na fusão entre o imaginar e a escrita, entre a leitura e o conhecimento de mim e do mundo. Ousando transgredir a ortografia, leitura para mim se escreve, representa e faz sentido como sempre viva, sem espaços, sem traços, sem frestas: a imortalidade em sua feição sem fronteiras de tempo e espaço. A leitura como um suspiro do tempo, como um tempo em que abdicamos de limites, em que ignoramos intencionalmente a debilidade humana e a impossibilidade de sermos ubíquos; a finitude, enfim. Mas é por meio dela, da leitura, que, contraditoriamente, aprendemos sobre tudo isso o tempo todo.

Trago para esta cadeira 27 meus parcos conhecimentos, trago para esta sequência de histórias do passado o mesmo desejo de contribuir para a cultura paranaense. Trago de meu passado para este presente o olhar e a ação da pesquisa, a paixão pelo teatro e pela literatura, o fazer pedagógico e, acima de tudo, a vontade de deixar uma história que possa ser contada por outros escritos, por outras vozes, por outro tempo.

Já em meus últimos capítulos de vida e com todo o tempo decorrido, na verdade, o sentimento é de que, como afirma a poeta Adélia Maria Woellner,

“Às vezes
me sinto
o esboço
de uma história
que começa
a ser escrita”

Mas a narrativa de hoje não pode se fechar sem um agradecimento que toma conta de minha mente, do coração e de minha esperança. São palavras cantadas emprestadas de Violeta Parra e de Mercedes Sosa:

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él, las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano y luz
Alumbrando la ruta del alma del que estoy amando
(...)
Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto

Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto.

Um canto à vida entrançada pela arte e que hoje exemplificamos aqui: “mi canto” e “el canto de ustedes” são “el mismo canto”.

A imagem da trança de gente copiei de Ana Maria Machado no livro “*Bisa Bia, bisa Bel*”. É a história de uma menina que descobre sua história a partir do momento em que ouve e vive em si a presença da bisavó. E no reconhecimento dos elos e da trança de pessoas de minha história, que hoje ganha uma temporalidade diferente, aqui denominada perpetuidade, quero homenagear o passado, o presente e o futuro de três mulheres aqui presentes: minha mãe, minha nora e a neta que se faz a cada dia mais presente.

E com elas, tenho dito o que escrevi.



O TEATRO EM CURITIBA EM 1919



Por MARTA MORAIS DA COSTA

Curitiba era, em 1919, uma cidade com menos de 50 mil habitantes, mas já apresentava características de cidade moderna e em busca de assemelhar-se aos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Nela, a burguesia e a classe média afirmavam-se como classes sociais influentes. O período de 1917 a 1920 registrou na cidade greves contínuas e de intensa participação do operariado - sinal de que as categorias sociais se digladiavam, porque eram dessemelhantes e porque usufruíam de partes desiguais dos benefícios do capitalismo. Havia uma intensa campanha pela imprensa para que a capital se modernizasse, não apenas no aspecto urbanístico como também nos costumes e comportamentos, pois o final da Primeira Guerra trouxera acentuadas ideias de renovação e de progresso. Também porque havia um anseio de substituição dos horrores da guerra por um viver menos trágico.

Os jornais diários que circulavam em 1919 acompanhavam noite a noite os espetáculos teatrais na cidade. Naquela época, as temporadas eram compostas por peças diferentes e em quantidade suficiente para evitar reprises, aceitas apenas em casos de homenagens a atores - os então denominados *benefícios* ou *festas artísticas* - ou em razão do sucesso obtido na primeira representação. Isto porque um grande número de reprises de espetáculos já estreados indicava a qualidade inferior da companhia teatral, na ótica do público e da crítica da época. Parece justo, de vez que os frequentadores habituais dos espetáculos eram em número reduzido, porque a arte dramática em Curitiba - e provavelmente em todo o Brasil - sempre teve menor frequência de aficionados do que o cinema ou o circo, para ficar

apenas no terreno do espetáculo. Os jornais da grande imprensa progressivamente acentuaram a evolução do gosto da classe social dominante, mas relegaram a esquecidos cantos de página as notícias sobre o teatro operário e, muitas vezes, lhe dedicaram o mais expressivo silêncio.

Eram comuns nos palcos curitibanos as companhias estrangeiras, em especial no período anterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nos dois anos seguintes após o término dos conflitos, foram 17 as companhias visitantes, brasileiras ou não, a se apresentar na cidade. Esse movimento, digno de nota até mesmo para os dias de hoje, fornecia material para notícias e críticas jornalísticas intermitentes. Por isso, os periódicos mantinham em suas páginas espaço cativo para os textos que tratavam dessas temporadas.

Até 1918, as companhias dramáticas brasileiras evitavam o adjetivo pátrio no nome; após esse ano o qualificativo “nacional” passou a circular com orgulho e familiaridade nos anúncios e cartazes às portas dos teatros, nas críticas jornalísticas e no aplauso dos espectadores. Eram já os indícios do nacionalismo, que se tornará uma conceito-força cultural a partir do Modernismo brasileiro de 1922.

Nos anos iniciais do século, os jornalistas elogiavam ruidosamente e sem muito critério os espetáculos, principalmente quando se tratava de companhias estrangeiras. Com o tempo, a experiência e o refinamento do gosto do pequeno público, houve maior parcimônia no uso de adjetivos e um maior comprometimento com a observação minuciosa da linguagem teatral.

Hoje a pesquisa nos periódicos antigos é de fundamental importância para o resgate da cronologia dos acontecimentos relacionados ao teatro e, sobretudo, para compreender a recepção que os espetáculos tiveram por parte dos públicos diferenciados, incluídos os jornalistas que então se manifestaram a respeito da arte. Eis porque a fundação de um novo periódico, a *Gazeta do Povo*, em 3 de fevereiro de 1919, trouxe mais um veículo com voz particular para tratar dos fatos em geral e dos acontecimentos teatrais especificamente. O novo

jornal veio se somar especialmente ao *Diário da Tarde*, *Comércio do Paraná* e *O Dia* como fontes de registro de espetáculos, companhias e recepção do público. O teatro em Curitiba, como de resto em todo o Brasil, mantinha com a imprensa uma relação de solidariedade, o que já havia se manifestado em anos anteriores. Não poucos jornalistas se tornaram dramaturgos e muitos se dedicaram com seriedade à crítica teatral. Em Curitiba não foi diferente.

Cinemas, teatros e livrarias atraíam a frequência de intelectuais mais aquinhoados. Para as camadas populares, o *footing* - assim mesmo, denotando já a imitação de comportamentos e os empréstimos linguísticos provindos do Estados Unidos, via cinema - as paradas cívicas, as bandas, os festivais esportivos e as homenagens à bandeira constituíam divertimentos gratuitos e acessíveis, embora um tanto raros.

O ano teatral de 1919 começou com uma advertência do jornalista Gastão Faria pelas páginas do *Diário da Tarde*, em 7 de janeiro, sobre as armadilhas preparadas pela imprensa do Rio de Janeiro ao elogiar imerecidamente artistas e companhias que, ao pagar a publicidade, obtinham em troca elogios retumbantes. E essa avaliação sem critério artístico era utilizada nas demais cidades por onde a companhia se apresentava e funcionava como cartão de visita e chamariz para o público e para os outros jornais. Advertia o jornalista: “Não nos subordinemos às opiniões lá [no Rio de Janeiro] emitidas. Analisemos acuradamente de um modo todo pessoal. O Rio mente.”

A chamada à independência de juízo a respeito da arte e dos artistas feita por Gastão Faria descreve a atmosfera das relações entre artistas, público e os veículos de comunicação, no momento em que o jornalismo curitibano vivia a expectativa da criação da *Gazeta do Povo*.

A imprensa cumpria seu papel de meio de comunicação estabelecendo o contato entre o artista e o público, mas, ao solidarizar-se com os textos de colegas de outras plagas, avalizava por vezes a mediocridade e despertava o descrédito. Entre os motivos para a advertência de Gastão Faria estavam sem dúvida a temporada da

Troupe Norte-Americana Wolky que, em março de 1918, anunciava no elenco o cômico Carlitos. Foi um autêntico conto do vigário passado ao público: nem Carlitos era Chaplin, nem Carlitos era ator. Os espetáculos foram um fracasso artístico e de bilheteria.

Em dezembro de 1918, a cidade abrigou a Troupe Guanabara. Capengando entre atos de cabaré e revistas, urbanas e sertanejas, montadas sem luxo, representadas sem competência, a companhia desintegrou-se a 7 de janeiro de 1919. Após aquele infausto ano sem espetáculos de real valor, a pobreza e o despreparo das companhias parecem ter influenciado a desilusão do jornalista Gastão Faria com os artistas itinerantes.

A programação do ano de 1919 começou com a visita da Companhia Irmãos Karr, que se apresentou em Curitiba de fevereiro a março. Sem grandes méritos artísticos, o elenco apresentou um conjunto de comédias e *vaudevilles* desconhecidos e inexpressivos, dirigidos a um público interessado exclusivamente em divertir-se. Era comum no período esse tipo de temporada, recheada de cenas cômicas, de cantos e danças e de quase nenhuma arte teatral. O ano não começava bem.

Até setembro de 1919 os palcos da cidade apresentaram espetáculos de amadores curitibanos. Foram diálogos, canções, declamações, comédias curtas, festivais lítero-musicais, conferências, concertos e espetáculos de magia. Apresentaram-se elencos amadores com algum currículo como o Grupo Dramático 14 de Julho, o Grêmio das Violetas, o Grêmio Estrela d'Alva e o Centro Artístico, e também escolares, militares, operários, comerciários.

Pela enumeração verifica-se a variedade e a amplitude de interesses e origens dos artistas locais. Ao longo de toda a história do teatro na cidade, eles foram responsáveis pela manutenção do atrativo pelas artes cênicas, produzindo algumas vezes espetáculos memoráveis, como a ópera *Sidéria* (1912), o cine-teatro *Bennot* (1916), além da importante dramaturgia de José Cadilhe e a vitalidade da centena de espetáculos da Sociedade Dramática Renascença, de Salvador de Ferrante.

Com a proximidade da primavera, passado o implacável inverno curitibano, que com a chuva, o frio e a lama inviabilizava os espetáculos noturnos, chegaram à cidade duas companhias. Uma delas, a brasileira sob o comando do ator Pinto Filho, com muitas revistas, comédias e burletas de assunto sertanejo ou urbano, destinada a públicos populares. A outra, a Companhia Alexandre Cuno, com uma dramaturgia francesa de linha cômica. As duas ocuparam teatros secundários: o Central e o Palácio. O Teatro Guaíra, mais nobre, esperava a chegada da Grande Companhia Mexicana de Operetas Esperanza Íris.

A companhia mexicana cumpriu temporada de 22 de outubro a 12 de novembro de 1919 e foi a primeira a desgostar e revoltar os frequentadores assíduos e jornalistas pelo alto preço dos ingressos. A imprensa esfalfou-se em adjetivos superlativos à qualidade do elenco, à cultura do público e à necessidade de demonstrar o alto nível cultural da cidade a fim de justificar a polpuda quantia que diariamente passava pela bilheteria do Guaíra. A Prefeitura dispensou a companhia do pagamento dos impostos municipais, o Estado lhe deu passagens de Santos a Curitiba e liberou os custos do aluguel do teatro e da iluminação e eximiu-a dos impostos estaduais. Em retribuição, Esperanza Íris apresentou espetáculos de grande luxo, muita animação e bom desempenho. O Presidente Afonso Camargo não perdeu um único espetáculo. Entre os poucos descontentes incluíram-se os porteiros do Guaíra - à exceção de um solitário discordante - que fizeram greve contra a companhia já no segundo espetáculo da temporada. O motivo justificava a atitude: enquanto companhias mais pobres e menos festejadas lhes pagavam por noite de dois a quatro mil réis, a Íris se recusou a pagar mais do que mil e quinhentos a dois mil réis pelos mesmos serviços. Entre o guichê e a porta do teatro a distância media-se pela intensidade da exploração do operário por seu momentâneo patrão.

Embora tivesse havido problemas, a temporada de 1919 abriu uma época de esplendor para os palcos da cidade. Apesar da crise

econômica, a classe média e a burguesia investiram inusitadamente no teatro. Gastão Faria comentou com propriedade o progresso de Curitiba face ao antigo núcleo urbano quando “Não havia entusiasmo, não havia ruído de festa. Tudo permanecia em estado irritante de pasmaceira. A arte não tinha cultores apaixonados.”

O momento demonstrava a existência de dinheiro e de gosto nas classes abastadas que se dispunham a esbanjá-los com o teatro. Em 5 de novembro, o *Diário da Tarde* chegara a afirmar que o entusiasmo pela Companhia Esperanza Íris convertera-se em uma “nevrose da arte”! Esta demonstração de progresso cultural e econômico foi desmascarada pela *Gazeta do Povo* que denunciou o entusiasmo dos repórteres e críticos do *Diário da Tarde*, atribuindo-o a uma linha de subserviência do jornal, subvencionado pelo poder estadual. Contradizendo o concorrente, os jornais *Gazeta do Povo* e *Comércio do Paraná* referiam-se à ausência de público, às “meias-casas”, à frieza das reações do público. Mesmo após a temporada, quando a companhia já se apresentava nos palcos cariocas, a imprensa local dava notícias do sucesso dos espetáculos e da boa receptividade da então capital federal aos artistas.

Dois novas companhias vão alegrar as noites curitibanas nos meses de novembro e dezembro: a Companhia Italiana de Operetas e Óperas Cômicas Clara Weiss e a Companhia Nacional de Operetas e Revistas do teatro São Pedro, do Rio de Janeiro. No repertório da primeira, todos os grandes sucessos do teatro musicado vienense: *A Viúva Alegre*, *A Casta Suzana*, *O Conde Luxemburgo*, *A Duquesa do Bal Tabarin*, *A Mascote*, *A Princesa dos Dólares*. Já a companhia brasileira do Teatro São Pedro cumpria seu papel de divulgação da arte nacional e trouxe as peças mais representativas do teatro ligeiro da época: *A Capital Federal*, *O Maxixe*, *Tim-tim por Tim-tim*, além de farsas e comédias recheadas de personagens cômicos e típicos do que se acreditava então ser a identidade brasileira: o sertanejo, o caipira. Não se pode esquecer que o sucesso da obra *Urupês* (1913), de Monteiro Lobato, ajudou a divulgar a imagem do Jeca Tatu como representativa do homem brasileiro.

Os jornais acentuavam em Clara Weiss, além da qualidade artística, a empatia que conseguiu junto ao público. Dizia o *Comércio do Paraná* a respeito da atriz cantora: “Admirada e querida da nossa plateia onde colheu os melhores aplausos (...) dócil e amoldável às mais finas caracterizações (...) encantadora de verve e graça na travessura constante de seu olhar e sua maneira adorável de dizer, (...) vence pela doçura e delicadeza de seu canto (...)”. As palavras elogiosas dão conta da sedução em que se deixou envolver o jornalista, fazendo entrever a adesão do periódico que representava à companhia. A salientar os critérios que deixavam o jornalista embevecido: verve, graça, doçura, delicadeza são qualidades muito pessoais para os ingredientes da arte teatral, a saber, caracterização de personagem, dicção e canto. São modos de entender que não passam por uma análise objetiva, e, sim, pela afetividade e pela concepção do que fosse uma atuação feminina, a provocar o “admirada e querida” inicial.

Em relação aos atores e espetáculos brasileiros, a imprensa derramou elogios de outra natureza. Em primeiro lugar, salientando a comicidade familiar, sem palavrões e obscenidades, as intenções de valorização da dramaturgia nacional, a seriedade do trabalho, representada pelas montagens integrais e sem cortes das peças encenadas. O sucesso se deveu, sobretudo, à identificação de tipos, situações e linguagem com o público da época, demonstrando a importância, naquele momento histórico, da construção da identidade nacional.

O ano teatral terminou com a visita da Companhia Dramática Portuguesa Maria Mattos que, ao longo do mês de dezembro tentou, sem muito sucesso, dar a conhecer alguns textos do repertório cômico europeu como Hennequin, os irmãos Quintero, Júlio Dantas e Gavault. Esse repertório, embora recheado de comédias – consideradas “altas comédias”, em que o riso é apenas de canto de boca -, era mais sisudo e distante e não atraiu o público, nem a crítica jornalística. Os curitibanos preferiam as revistas musicais e as operetas, revivendo tardiamente um gosto da ‘belle époque’ francesa, trucidada pelos canhões da guerra.

É possível concluir, por intermédio do relato sucinto dos espetáculos teatrais, que o ano de 1919 apresentou, ao menos, duas faces opostas. A primeira representa a continuidade do que anos anteriores já anunciavam:

a preferência pela comédia e pelo teatro musicado;
a alternância de companhias nacionais e estrangeiras na cidade;
a presença constante dos amadores nos vazios da programação das companhias profissionais;
o público seletos mas diminuto, os jornais cumprindo o papel de cronistas da movimentação teatral na cidade.

A segunda face trouxe novos ingredientes:

mudanças nas relações entre o poder público e a arte - intensificando a política de subsídios ;
a acentuação gradativa das características diferenciais da nacionalidade emergente;
a crise econômica favorecendo a escolha dos espetáculos com melhor qualidade estética.

Em qualquer um desses elementos, salienta-se sempre a função da imprensa como registro imprescindível da memória dessa época, necessário ao desenho diário do contexto histórico. Será esse registro fonte inestimável a permitir uma definição mais precisa dos valores sociais e artísticos que circulavam na recepção dos espetáculos teatrais apresentados em Curitiba.



DISCURSO DE SAUDAÇÃO A NILSON MONTEIRO



Por ERNANI BUCHMANN

Senhoras e senhores, autoridades nominadas,
colegas acadêmicos, familiares, convidados.

Nilson Monteiro Menezes. Brasileiro, nascido em 26 de outubro de 1951, em Presidente Bernardes, estado de São Paulo, filho de Florêncio Monteiro e Damaris Rosa de Menezes Monteiro. Cidadão honorário de Londrina, de Curitiba e do Paraná. Em ordem cronológica, professor, jornalista e escritor.

Conhecido na Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, o falecido DOPS, em prontuário de 13 páginas, como “fichado”, autor de atitudes subversivas de franca conotação esquerdista, como participar de missa em intenção a Aliomar Baleeiro, jurista e deputado federal baiano, missa na qual, segundo o DOPS, “não atingiu seu objetivo, pois a promoção foi um fracasso, sem presença de grupos políticos e nem de outros elementos de tendências subversivas, não houve distribuição de panfletos e nenhum incidente”.

E ao fazer referência à ficha de Nilson no DOPS, presto minha homenagem a Belmiro Valverde Jobim Castor, este Himalaia da inteligência, para usar uma expressão do acadêmico João Manoel Simões. Belmiro iniciou seu belo discurso de saudação a Léo de Almeida Neves nesta Academia, no plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, em 2006, lendo sua ficha de *subversivo*.

Belmiro que, hoje, é sucedido por Nilson Monteiro. Que também foi perigoso a ponto de incorrer nos severos crimes de receber correspondência do então deputado federal Alvaro Dias, e pedir aplausos aos Irmãos Maristas, que haviam cedido um salão

para o lançamento do livro *Liberdade para os Brasileiros*, entre outras *gravíssimas ilegalidades*.

Tudo isso porque o velho Florêncio Monteiro resolveu afastar seu filho da profissão que havia escolhido. Fez com que estudasse, o que nos privou de conhecer um profissional das carnes.

O próprio Nilson confessou seu sonho no livro *Entrevista Coletiva*, publicado em 2003 pela então Unicenp. “Eu queria ser açougueiro, minha grande paixão era ser açougueiro. Tenho a maior inveja dos açougueiros, acho uma poesia como eles conseguem descarnar, desossar. Mas meu pai me colocou na escola. E eu estudei. E, em um certo ponto da minha vida, virei jornalista. Mas já que ia ser jornalista, tinha que ser um bom jornalista”.

Foi mais que isso. É um exemplo para a profissão, desde os tempos do jornal Poeira, na UEL, em Londrina.

No semanário Novo Jornal, fez parte de um batalhão de uns três ou quatro repórteres, sob o comando do capitão Domingos Pellegrini. Ele, Marcelo Oikawa e Roldão Arruda, segundo Domingos, “eram tão iniciantes quanto talentosos. Aprendiam uma regra de redação agora, dali a pouco já queriam modificar a regra”.

Nilson queria mais. Queria mudar o mundo, o que começou a fazer ao povoá-lo com seus genes e os de Cleusa, sua mulher desde 1973. Assim, vieram os filhos, Rafael, Tiago e Ana. E as noras, genro, netos.

Povoou o mundo também com sua obra. Jornalista, cronista, poeta, biógrafo, romancista, o teclado é o seu chão desde os tempos das velhas máquinas Olivetti.

Já começou mostrando a que vinha no jornalismo ao escrever o *lead* brilhante da matéria para o jornal Panorama sobre a geada de 1975: “O céu estava azul; de repente ficou vermelho. Aí virou um inferno”.

O Paraná virou o inferno e aproveitou-se disso para mudar a própria história. O que já é outra história.

Sua carteira de trabalho deve estar na quarta ou quinta edição, tantos os empregos em que desempenhou sua profissão, desde que viu improvisado um atestado de bons antecedentes com o qual assumiria cargo de professor.

Passou pelos jornais Panorama, Movimento, O Estado de S. Paulo, Folha de Londrina, pela revista Istoé, pelas TVs Tropical, Alvorada e Paranaense e fez história na sucursal paranaense da Gazeta Mercantil.

Para dar conta de tantas funções, zanzou de lá para cá, mesmo que Londrina siga a ser sua terra, não considerando que vive em Curitiba há quase 30 anos, como bem notou Miguel Sanches Neto, escritor que se declara irmão de Nilson Monteiro por parte do Norte do Paraná:

“As suas Crônicas são uma forma de manter pulsando todo um mundo de camaradagem, de alegria e poesia que conheceu em sua juventude londrinense. É por isso que, mesmo nascendo no interior de São Paulo, Nilson declara que continuará morando em sua Londrina ubíqua: ‘Moro em Londrina todo santo dia, onde estiver’”.

O próprio Nilson faz o adendo em seu livro *A Pequena Casa de Jornal*, título que é um achado pelo seu duplo sentido:

“Moro em Londrina há de 40 anos, desde que nasci em outra cidade, e, neste barreiro vulcânico, braços de mais de 30 raças levantavam ranchos de palmito, substituídos, tempos depois, por casas de madeira encardida. A chuva respingava a cor do chão para enrubescer a pintura, qualquer uma. Morar em Londrina é do espírito”.

O escritor José Antonio Pedriali disse o mesmo ao conceituar a expressão *pé vermelho*, no *Jornal Nilson Monteiro*, uma edição especial em oito páginas que Márcio Renato dos Santos editou e fez publicar quando da entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná a Nilson:

“A origem da expressão *pé vermelho* diz respeito à cordialidade, força de trabalho, cosmopolitanismo e inquietação cultural do povo do

Norte do Paraná. É mais que um comportamento e uma cultura. É um estado de espírito”.

As palavras de Pedriali estão no número da revista Helena dedicada a esse estado de espírito *pé vermelho*. Nilson foi um dos seus entusiastas desde que lhe falei do projeto, desmantelado depois de quatro números históricos.

Florêncio, Damaris e família chegaram a Londrina depois daqueles tempos em que valia tudo. O escritor João Antônio, que lá trabalhou, no jornal Panorama, utópica invenção de Paulo Pimentel que sobreviveu 20 meses, escreveu que ali “corria um tempo em que, como se diz, se amarrava cachorro com lingüiça e se ganhava dinheiro a rodo. Amavam-se mulheres finas, admiráveis, beldades que se revezavam, lindas e muitas, trazidas e chegadas de todas as partes. Havia chilenas, argentinas, mexicanas, bolivianas, as melhores cariocas, gaúchas, paulistas e uruguaias. Só se bebia champanhe francês e scotch importado. Os cigarros eram americanos e acesos, alguns, ao fogo das notas enroladas de cinco mil réis, no meio da penumbra das mesas ricas dos bordéis de Londrina”.

Nilson se destaca pela sensibilidade com as palavras, própria do poeta que habita seu coração. Conforme Paulo Brigue, um coração de passarinho, ornitológico, com aquela pulsação rápida e forte. Seria um pardal, como ele cantou nesta poesia tão singela?

“Os pardais, párias das pátrias, pontes e parques,
Me comovem os pardais.
Ciganos, mutantes,
Errantes à procura de nada, nem sentimentos, nem pouso, nem paz
Querem os pardais,
A voar pela vida e pelos quintais
Filhotes dos ais
E dos pios atonais.”

Poucos jornalistas têm tantos talentos. Sua generosidade é inversamente proporcional à altura, miúda como as dos meninos passarinhos, a mesma de Mário Quintana e de Manoel de Barros, que semana passada também bateu asas e voou em direção a alguma árvore distante.

Já na pesquisa histórica, Nilson é rigoroso com os fatos e límpido com as palavras, como neste trecho de Madeira de Lei, sobre a vida do madeireiro Miguel Zattar:

“Os carroções não são meros figurantes na paisagem do Paraná. Antes de virarem peças de museu ou inspiração para pintores ou fotógrafos, com o sépia recortando seu vulto, atravessaram o mato, sacolejando, e amassaram barro, enfiados no trabalho como instrumentos essenciais para a vida das pessoas. A caravana, às vezes com uma dúzia de carroções, seguia sempre o mesmo trilho, abrindo dois profundos sulcos em meio à lama.”

As palavras que escreve, como se vê, também abrem sulcos desvendando o passado. É a razão pela qual recebeu encomenda para diversas obras institucionais, como *Itaipu, a luz e Um novo rumo para o Paraná*, sobre a Ferroeste, e o monumental *Pedaços de Muita Vida*, sobre os mais de 120 anos de história da Associação Comercial do Paraná, lançado em uma noite inesquecível no Museu Oscar Niemeyer, durante a gestão de Edson José Ramon na presidência da ACP.

A obra é fonte permanente para historiadores, pesquisadores, sociólogos, cientistas políticos e estudantes interessados em conhecer fatos relevantes do desenvolvimento do comércio paranaense, além do relato circunstanciado das consequências da Revolução Federalista em Curitiba, das quais resultaram a morte do Barão do Serro Azul, fundador da entidade e patrono do comércio paranaense, inclusive desta entidade que hoje nos recebe, a Federação do Comércio do Paraná.

Nilson é eclético. Trafega pela prosa, a exemplo de *Pequena Casa de Jornal*, como pela poesia, como na coletânea de poemas que

chamou de *Simples*, com a mesma fluidez, dando a falsa impressão de que escrever é a coisa mais fácil entre as inventadas pelo ser humano.

Melhor ainda, escreve na primeira e na terceira pessoa, como se fosse mais de um. Nessa questão, é mediúnico: interpreta o objetivo dos outros sem deixar as próprias impressões.

Sua obra é cheia de ouros. Prosaicos, por assim dizer, e poéticos. Atenção para o trecho abaixo:

“A manhã arfava sobre as ruelas magriças, aqui e ali mais calorentas, a torre indiferente da igreja e seus sinos silentes, botecos ainda de bafos ardidos cheirando à ressaca, o lenga-lenga de carroças e os olhos parados de um cachorro à beira do açougue. Olhos parados nas lingüiças penduradas. Ossos descarnados jogados às moscas atrás do balcão. O caminho lerdo pelo som do silêncio, leite entregue em litros de pinga, quem diria, João, que as delícias de uma cidade grande o seduziriam a ponto de apagar, em choques na cabeça, esta vida passando devagar nas janelas e pelas paredes tingidas de visgo da terra?”

Eis a prova, em um parágrafo do Romance *Mugido de Trem*. Uma novela fantástica, em todas as acepções que a palavra permite. Roberto Gomes resumiu:

“Parece um caleidoscópio. É um caleidoscópio. Cada um dos blocos narrativos ameaça saltar de nossas mãos e sumir no espaço com um rodopio súbito. Vamos de salto em sobressalto, muitas vezes sem saber onde acabamos de estar e onde vamos parar”.

Para o professor Aroldo Murá, no volume seis de seu *Vozes do Paraná*, “*Mugido de Trem* é obra e graça deste Nilson transbordante de sensibilidades, o amigo que flagro chorando em certo momento de uma entrevista, quando ele falava do tema fraternidade”.

Como se sabe, Nilson carrega um mar dentro dele. Chora por tudo, chora por nada. Entre os tantos mares da terra (o Negro, o Cáspio, o de Bahrens, o Báltico), a ciência precisa incluir o Mar do Nilson, fonte permanente de doces lágrimas salgadas.

Será coincidência ou ironia estarmos aqui, neste auditório localizado na esquina da Rua Fernando Moreira, conhecida como a “rua dos chorões”?

Qualquer um que tenha a ventura de conviver, minuto que seja, com o nosso novo acadêmico, já terá dada a vida por válida. Seu destino estará para sempre traçado pela amizade instantânea, as linhas cruzadas como se o barulho do trem se atracasse no pensamento.

Vem colecionando prêmios ao longo da vida de faiscador das letras. A Câmara Brasileira do Livro lhe premiou pela Melhor Cobertura da Bienal Internacional do Livro, em 1984; a FIEP, como autor da Melhor Reportagem Econômica, em 1995, quando dirigia a redação da Gazeta Mercantil no Paraná; A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial pelo Melhor Livro Empresarial, *Itaipu, a Luz*, em 1999. E vai levar para sempre a glória de haver paraninfado, com apenas 30 anos, a turma de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina, em 1981.

Nilson Monteiro me conheceu algum tempo antes da recíproca. Eu havia publicado um livrinho, com projeto gráfico do Miran, do qual fiz farta distribuição aos amigos. Eram 500 exemplares, nenhum deles presenteado ao Nilson, pelo simples motivo da desconhecença.

Certo dia, leio uma resenha da obra na Folha de Londrina, que terminava assim: “Desce redondo feito cachaça”. Marcamos um encontro que não terminou ainda, 30 anos depois, em bares de todas as estirpes, principalmente aqueles sem nenhuma.

É provável que nosso colega jornalista Jaime Lechinski tenha resumido em poucas palavras o talento do nosso novo acadêmico. Conforme Lechinski, “Ele manda, as palavras obedecem. A uma ordem sua, elas comemoram, emocionam, fazem rir, entram em

ordem unida. Nilson Monteiro, general das palavras, 40 anos de boas batalhas, sem esmorecer, sem perder a pontaria”.

A Academia Paranaense de Letras também tem acertado sua pontaria. Mirou em Nilson Monteiro, por obra de Dante Mendonça, René Dotti, Eduardo Rocha Virmond e eu mesmo, até que ele, enfim, veio fazer parte desta nossa trupe de garimpeiros da palavra.

Finalizo saudando o poeta com um de seus próprios poemas, o que não deixa de ser insólito. Porém, nada mais apropriado do que este auto-retrato em quatro estrofes:

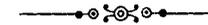
“Reina em mim
um moleque
esquecido atrás do nó
da gravata e
do lustre dos sapatos

Trago dentro de mim
um demônio de
jeans e tênis rasgado,
cúmplice dos excluídos, maltrapilho e maltratado,
bêbado, mal traçado,
não raro adormecido
e acordado.

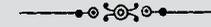
Reina em mim
cinótica paixão pela vida
destilada em dores e cores,
curtida, em mentruz e mentiras

Trago dentro de mim
o sono roto das janelas
o sonho vivo das estrelas,
amante das loucuras,

vira-mundo, vira-lata, vira-vira,
iluminado.
Reina em mim
Este moleque, amém.”



DISCURSO DE POSSE



NA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
PRONUNCIADO POR
NILSON MONTEIRO



Boa noite.

Primeiro, um recado aos acadêmicos e acadêmicas:

Vocês não me receberam de braços abertos.

Receberam de almas abertas.

E não pensem que é esta uma figura de linguagem ou bondade literária.

Este é o sentimento que tive desde o primeiro momento em que se aventou a possibilidade de eu integrar este colegiado.

Por isto, me sinto literalmente em casa.

Muito obrigado.

Não sei por onde começo este discurso porque as palavras fogem de meu controle e a emoção me estrangula.

Minha oratória gagueja.

Talvez seja herança dos meus avós, um vindo da Espanha e outro, da Bahia. Ambos muito bravos e, ao mesmo tempo, muito derretidos, com os olhos sempre prestes a verter lágrimas.

Outro provável motivo desta dificuldade é o fato de mostrar-me sempre sem disfarces, com a paixão como principal ingrediente de todas as minhas atividades. Não acredito em nada feito sem paixão. Nem na paixão sem paixão.

Por isto, peço, sobretudo, compreensão de todos os presentes.

Senhores e senhoras,

É difícil para um jacuzinho, nascido na escaldante e calorosa Presidente Bernardes, no cotovelo Oeste de São Paulo, na esquina com

Mato Grosso, receber tanto carinho como o que recebo nesse Estado desde que aqui morei pela primeira vez, nos anos 50, em Maringá, depois em 1963, quando residi em Curitiba, e, a seguir, em Londrina. E finalmente em Curitiba, há 28 anos.

Filho de caixeiro-viajante, que morou em várias cidades, também assumi minha alma cigana, gira-mundo, pousando aqui e ali, mas alma de alguém cuja identidade é, desde o nascimento, verde e amarela. Disto não tenho nenhuma dúvida.

As palavras, com a textura das letras e as emoções nelas embutidas, começaram a me provocar desde cedo.

Comecei a lidar com as palavras e seus sentimentos quando tinha sete anos e morava longe da casa de meus pais, que mudavam para lá e para cá e, por causa das dificuldades que nós, crianças, tínhamos para frequentar o então Grupo Escolar, ficávamos por longos períodos, eu e um irmão, na casa de minha avó.

Escrevi, aos sete ou oito anos, com a letra bordada, uma carta para minha mãe, contando-lhe de nossa vida - minha, do meu irmão Nivaldo, dos meus avós e dos cachorrinhos que tínhamos - e perguntando-lhe sobre os outros dois irmãos - Nilton e Florêncio - que moravam com ela e meu pai em outra cidade. Escrevi-lhe também sobre a eficácia de um xarope antigripal, Germose, se não me engano.

É uma carta carinhosa, que guardo até hoje, pois revela, além da paixão por meus queridos pais e irmãos, a minha dedicação às letras, que já se prenunciava. Tenho certeza que esse grude à escrita, aos livros e ao seu conteúdo, começou nessa correspondência com letrinhas infantis.

Quando menino queria ser açougueiro, como muitos de meus primos. Queria ter a destreza de descarnar e deixar os ossos nus, limpos do peso que lhes protegia e lhes dava a roupagem de músculos e carnes. Depois, sonhei em ser jogador de futebol, hábil como os craques em transformar sonhos em gols. Ou vice-versa.

Mas, meu pai, um espanhol teimoso, colocou-me na escola e exigiu, além das tarefas escolares, a leitura. Para mim, os livros

deveriam, isto sim, adormecer nas prateleiras das bibliotecas. Mas, para ele os livros e os cadernos eram a fórmula de concretizar sonhos.

Acabei me apaixonando pelos livros e pelas palavras.

Elas têm alma. Em seu tear, há corpo, espírito e a divindade de aprender sempre.

No Paraná, meus destinos foram se entrelaçando. Em Londrina, pedaço encarnado do mundo, cheguei aos 12 anos e me tornei para sempre “pé vermelho”, paranaense desde a raiz. Como sou agora, ainda mais, depois de minha volta para Curitiba.

O Paraná me deu sempre a vida, pedindo em troca apenas a dedicação à própria vida.

O Paraná me deu profissão.

O Paraná me deu companhia, Cleusa.

O Paraná me deu filhos, Tiago, Rafael e Ana.

O Paraná me deu noras, Rafaela e Cíntia.

O Paraná me deu maravilhosos netos, Lia e Lucca.

O Paraná me deu milhares de amigos. Um bom número deles está aqui.

O Paraná me deu sua terra como sepultura para minha avó Braulina e meus pais, Florêncio e Damaris.

O Paraná me deu seus rios, ritos, rumos, rimas e desafios.

O Paraná me deu seus contornos, tanto geográficos como humanos.

O Paraná me deu suas dores e alegrias.

O Paraná me deu sua história.

O Paraná me deu identidade.

O Paraná, senhores e senhoras, me ferve à flor da pele.

E hoje o Paraná me dá esta honra, a possibilidade de convivência com este conjunto de inteligência, privilégio de poucos, soma de diversidades ideológicas, religiosas, intelectuais, filosóficas etc., como deve ser uma sociedade que se pretenda verdadeiramente democrática.

Modestamente, sem os malefícios e as tentações da demagogia, tão encravada e disseminada em nossos dias, reconheço que há muitos outros nomes que, mais do que eu, merecem conviver com os senhores e as senhoras neste colegiado.

Um colegiado que reúne não só mágicos das letras e suas combinações, mas expoentes ímpares do Direito, da Medicina, da Música, do Magistério, da Filosofia, da Ciência, da Política, do Jornalismo, da Antropologia, da Geologia, das Artes, de áreas diversificadas, enfim, do conhecimento e da condição humana.

Posso citar praticantes do ofício literário, sem medo de errar, merecedores do ingresso nesta Academia, tais como Miguel Sanches, Cristóvão Tezza, Domingos Pellegrini, Roberto Gomes, Rodrigo Garcia Lopes, Eloi Zanetti, Aroldo Murá, Marco Cremasco, entre outros, tantos outros.

O Paraná, senhores e senhoras, é um latifúndio fértil para as ideias e a criação nas Letras.

Porém, por cumplicidade de alguns - Dante Mendonça, René Dotti, Eduardo Rocha Virmond, Ernani Buchmann e Chloris Casagrande Justen -, cumplicidade depois estendida à maioria dos componentes da Academia, aqui estou, imberbe em suas reuniões, mas cômico de minha responsabilidade e de meu papel, desde hoje, como membro de uma instituição como essa.

Como escreveu o anjo Carlos Drummond de Andrade, em seu poema “Mãos Dadas”, *“O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”*.

Tenho absoluta convicção de que passo a fazer parte nesta noite da Academia Paranaense de Letras, sem preconceitos ou arrogância, para caminhar de mãos dadas com seus partícipes e seus propósitos.

Agradeço sinceramente as indicações e a aprovação deste colegiado para que eu fizesse parte dele.

Assim como faço questão de agradecer a entidades e instituições que se manifestaram, apoiando esta indicação assim que souberam da notícia.

Muito obrigado à Associação Paranaense de Imprensa, presidida pelo jornalista Rafael de Lala; à Associação Comercial do Paraná, na pessoa do então presidente, Edson Ramon, e do presidente interino na época, José Eduardo Sarmento; à Assembleia Legislativa do Paraná, por iniciativa do então deputado Gilberto Martin; à Academia de Letras de Londrina, presidida por Leonardo Prota; à Associação Comercial e Industrial de Londrina, na pessoa de seu presidente, Valter Orsi, e à Câmara Municipal de Londrina, por iniciativa da vereadora Elza Correia.

Muito obrigado a todos e a centenas de manifestações que recebi pelo mesmo motivo.

A responsabilidade de ocupar a cadeira número 28 desta Academia é grande, é “pesada”. Meus antecessores não admitem nenhuma dúvida sobre isto.

Porém, quero fazer de tudo para honrá-los e, se possível, colaborar para que sua herança intelectual se mantenha pulsante não só entre nós. Até porque tenho certeza que seus nomes já ultrapassaram fronteiras que nem sempre conseguimos aquilatar.

O fundador foi o farmacêutico, advogado, poeta e prosador Rodrigo Júnior, de extensa bibliografia e de intensa amizade com Dalton Trevisan e Helena Kolody, além de reunir, em seu redor, diversas gerações de literatos.

O primeiro ocupante da cadeira 28 foi o poeta curitibano Leonardo Henke, cuja sensibilidade nas letras misturava erudição, filosofia e bondade. Violinista concertino, tratava a poesia como a música, rimando e metrificando com maestria. A ele se referiu o poeta João Manuel Simões: *“é poeta clássico pela forma, clássico pelo espírito”*.

Um parêntese: obrigado João Manuel Simões por esta definição de Henke e também por seu trabalho como escritor. Seu conto ‘O homem que não sabia sorrir’ é um primor de sensibilidade e apuro estético.

Pois bem, meus amigos e minhas amigas, a terceira ocupante desta cadeira foi ninguém mais ninguém menos que a maior expressão feminina da poesia paranaense, Helena Kolody.

Ela foi a segunda mulher a ser eleita, em 1991, para a Academia Paranaense de Letras. A primeira havia sido Pompília Lopes dos Santos.

Em uma das poucas vezes em que estivemos juntos, nossa poetisa-mor, Helena Kolody, depois de ler alguns poemas que eu lhe entregara, pedindo o obséquio da leitura, brincou, com sua voz miúda: “o senhor já já vai virar nome de rua em nossa cidade”. Rimos e devolvi: “Helena, Helena, a senhora quer me matar antes da hora? Prefiro não virar nada e cometer alguns crimes poéticos como esses”.

Rimos de vez.

Sua letra, também miúda, está guardada em algumas dedicatórias que ela me fez. Tive a grande alegria de assinar alguns textos e de participar da Comissão Editorial da revista publicada pela Secretaria de Cultura do Estado e que lhe presta homenagem pelo nome escolhido – “Helena”. Parabenizo os responsáveis pela revista e pela escolha deste nome que é invulgar na cultura paranaense.

Nossa poetisa faleceu há dez anos.

Lembro, se a emoção e as lágrimas me permitirem, um poema seu, chamado “*Dom*”, propício para este momento:

Deus dá a todos uma estrela.

Uns fazem da estrela um sol.

Outros nem conseguem vê-la.

Se Deus me permitir, quero carregá-la em meu peito por muito, muito tempo, Helena, Helena, uma estrela, um sol brilhante.

Chegamos, enfim, ao meu antecessor direto - advogado, professor universitário, PHD em Administração Pública, presidente do Centro de Educação João Paulo II e intelectual de mil quilates Belmiro Jobim Valverde Castor. Infelizmente, ele nos deixou recentemente e deixou o Brasil órfão de sua inteligência e sapiência.

Belmiro havia tomado posse da cadeira 28 da Academia Paranaense de Letras em 2005.

Uma vez, o jornalista Luiz Geraldo Mazza, membro desta Academia, disse, em expressão bem humorada e séria, que o “Belmiro tinha a maior e a melhor cabeça do Paraná”.

Não sei se o tamanho da caixa craniana do Belmiro realmente merecia essa distinção, mas sei que ele tinha, sem qualquer resquício de dúvida, uma das melhores cabeças do nosso Estado. Era um intelectual dotado de raro brilho, assim como de robustez teórica e ética ímpar reconhecidas não só no Paraná, mas no País e fora dele.

Convivi com Belmiro, que era um dos diretores do Banco Bamerindus, onde trabalhei na Assessoria de Comunicação por dois anos. Seu brilho intelectual aliado à praticidade com que indicava caminhos nas funções que desempenhava o distinguia tanto junto a outros diretores quanto com todo o corpo funcional. Ou em outros ambientes.

Convivi com ele e com seus livros, artigos e palestras em vários lugares, inclusive como vizinhos na Rua Mauá, onde morávamos. E tive a grande satisfação dele ter prefaciado meu livro “*Pedaços de Muita Vida – os 122 Anos da Associação Comercial do Paraná*”, um histórico, com pretensões de linguagem literária, da existência de uma das entidades mais representativas de nosso Estado.

No prefácio, Belmiro escreveu, em 2012:

“A história da ACP, abordada neste livro, ‘Pedaços de muita vida’, escrito por Nilson Monteiro, é um relato rico da evolução econômica e social de um estado jovem, que viveu sua adolescência institucional quando a Associação Comercial do Paraná foi fundada”.

Um dos seus livros, “O Brasil não é para amadores”, cuja primeira edição foi publicada há 14 anos, revela sua sensibilidade diante do país e de suas necessidades. Belmiro era um profissional, um dos profissionais de maior demanda neste “País das Bruzundangas”, como definiu Lima Barreto.

Pois é, meu amigo Belmiro, a quem tenho a honra imensurável de suceder, há um verso de Drummond, que define este momento: *“tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo”*. Em contraponto, me socorrem as palavras dos versos do querido poeta mato-grossense Manoel de Barros: *“A maior riqueza do homem é sua incompletude”*.

Senhores e senhoras, a cadeira ocupada por esses meus dois antecessores, a quem conheci pessoalmente, é também abençoada, tenho certeza.

Passo a ocupá-la adotando o paradoxo de Sócrates - *“só sei que nada sei”*. Aliás, esta para mim é uma espécie de bússola de vida.

Para mim é a antena em 43 anos de minha profissão, prática demonstrada em milhares de artigos, reportagens, comentários etc., além de uma dezena de livros, que me trouxeram a este local.

Aliás, credito ao jornalismo e ao que fiz em seu meio nesses anos todos, sempre balizado pela honestidade profissional, o meu passaporte para a Academia Paranaense de Letras.

Vou lhes contar duas histórias no Jornalismo que demonstram **a certeza dessa dúvida socrática**.

A primeira, em 1971, quando um bando de meninos, eu entre eles, assim como Marcelo Oikawa, Roldão Arruda e Carlos Alberto Verçosa, chefiado pelo hoje escritor Domingos Pellegrini, trabalhava em um semanário chamado *“Novo Jornal”*, em Londrina. No aniversário de dois anos de o homem ter descido na lua, conversávamos, na reunião de pauta, sobre qual a melhor maneira de abordar o feito dos tripulantes da Columbia.

Os jornais e revistas já haviam dissecado o assunto. Decidimos que eu iria às ruas, perguntar às pessoas, sem importar-me com o seu grau de instrução, profissão ou nível de informação, se elas acreditavam no que tinham realizado os norte-americanos Amstrong, Collin e Aldrin.

Voltei, com muitas entrevistas, de carroceiro, professor, dona de casa, estudante, jogador de futebol, entre outros, e com a manchete pronta: *“Dona Maria não acredita que o homem foi à lua”*.

Nossa visão de mundo, jornalistas iniciantes, ficava anos luzes de distância da ótica das pessoas em geral. A reportagem teve boa repercussão, inclusive e especialmente em meu espírito.

Desde então, apurei minha intuição de sempre ouvir as pessoas, de aprender com elas, de prestar atenção naquilo que pensam, mesmo quando não estão falando ou expressando suas opiniões. Ou mesmo quando não estou perguntando.

De outra vez, em 1975, quando a geada sapecou impiedosamente as esperanças dos homens e da economia paranaense, torrando a cafeicultura, talvez eu tenha escrito, pela sensibilidade de um lavrador, um dos melhores títulos, senão o melhor, que fiz em matérias jornalísticas.

Apoiado em seu paierno, cigarrinho de palha que pitava em gestos quietos e pausados, desafiando o cristal gelado da manhã seguinte à geada, um lavrador me contou: *“O céu tava azulzinho. De repente, ficou vermelhão. Ai virou um inferno”*.

Em sua sabedoria popular, ele desnudou, a mim e a um companheiro de reportagem, Ricardo Kotscho, o que acontecera naquela madrugada fatídica de 18 de julho de 1975. O fenômeno meteorológico estava explicado pela sapiência e simplicidade de um trabalhador rural.

Publicada como manchete no *“Panorama”*, jornal em que eu trabalhava, e transportada, posteriormente, para o jornal *“O Estado de S. Paulo”*, onde trabalhava Kotscho, esta frase recebeu prêmio de jornalismo.

Assim tem sido ao longo de minha vida no jornalismo, na literatura e ao largo deles: aprendendo com as pessoas, independente de serem cientistas, doutores, médicos, políticos, pedintes, jogadores de futebol, donos de botecos, artistas ou de qualquer outra atividade.

Por isto, uma frase do advogado e acadêmico René Dotti marcou-me fundo na necessidade que temos de manter distância do obscurantismo, tenha ele o viés que tiver. Referindo-se a um momento político de trevas e não tão distante em nosso país, René Dotti afirmou: *“Era um tempo tão ruim que não tínhamos a liberdade de ter medo”*.

Prefiro, todos vocês que me ouvem, a liberdade de ter medo, a liberdade de ter coragem, a liberdade da convivência e do respeito entre contrários, a liberdade da justiça, a liberdade da solidariedade, da criatividade e da amizade que há na luminosidade do verso definitivo de Helena Kolody:

“Para quem caminha ao encontro do Sol é sempre Madrugada”.

Muito obrigado.



POEMAS



Por ADÉLIA MARIA WOELLNER

Surpresa

Plantei
carícias-semente
em tua pele...
Meus dedos
floresceram.

Passarela

Sob a luz da lua,
quadrados da calçada
enlaçam a casa
e se transformam
em passarela.

Os sapos desfilam...

Criação

O vapor da água
derrama-se na luz...
Apaixonados,
fecundam-se
em abraços.

Nasce o arco-íris.

Frustração

Armei armadilhas.
Fiquei de tocaia.
.....
Nem o vento passou.

Nascença

Desvelei o silêncio,
para revelar a palavra.

Desafio

Juntei
as migalhas que me deram
e me construí
nas formas de aceitação
que me ensinaram.

Esqueci
minha essência
de útero volátil, infinito.

Recolho
pedaços largados
no tumulto das horas.

Risco,
no pó da alma,
o desafio da sobrevivência.

Transgredindo
limites impostos,
parto ao encontro de mim.

Trama

Teço teia,
teço traço.
Nós da vida,
faço e desfaço.
De cansaço padeço
e na trama que enleia
me embaraço.
Teimosa, recrio
novos compassos;
me embalo
na teia e no traço
e me refaço.
Renasço...

Tempo

De nada serve
costurar mortalhas
com a linha da eternidade.

A LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO

Por CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM



A livre manifestação do pensamento deve ser praticada por todas as sociedades democráticas. Na história do direito e de outras ciências denominadas humanísticas, a luta pelo direito ao trabalho, ao livre pensamento constitui o alicerce das sociedades organizadas, que colocam em prática princípios que garantem aos seus cidadãos, através de suas Constituições, o exercício do livre pensamento.

Em nosso país, nem sempre ocorreu o respeito à manifestação livre de ideias e atitudes de intelectuais, escritores, poetas, artistas, jornalistas.

Em pleno século XX, em 1964, ocorreu um Golpe Militar no Brasil, que perseguiu e puniu as pessoas que tinham posições políticas diferentes das que eram pregadas pelos novos donos do poder. A cultura foi concebida pelo MEC como única, foram deixadas de lado as distintas culturas indígenas. Em todos os estados da nação, foram afastados das Universidades professores, pensadores que se opunham ao regime autoritário. No Paraná não foi diferente.

Intelectuais foram aposentados, sem justa causa, apontados por delatores de plantão e pelo DOPS, como homens que deveriam ser afastados e presos, julgados e condenados, devido à maneira de pensar distinta, sendo discriminados como comunistas, ateus, cidadãos perigosos, nocivos à convivência com outros membros da sociedade.

Para o notável pensador, Eric Hobsbawm, em obra publicada pela Companhia das Letras, **Tempos Interessantes, uma vida no século XX**, “o comunismo atraiu tantos dos melhores homens e mulheres de minha geração...a paixão política dominava o século XX...” Mais tarde, escreve sobre a utopia do comunismo. Registra : “hoje em dia o comunismo está morto”. (Hobsbawm, 2002)

Para conhecimento de meus confrades e congreiras da Academia Paranaense de Letras, cito como exemplo, o caso do filho do ilustre advogado e membro fundador da Academia, Ulysses Falcão Vieira, cujo primogênito, José Rodrigues Vieira Netto, foi afastado da Universidade do Paraná, em 1964, julgado por uma Comissão de Professores, nomeada pelo Reitor, que concluiu se tratar de Professor brilhante, mas que deveria ser afastado e aposentado, pois poderia influenciar com suas ideias os jovens estudantes de Direito.

Recentemente, por sugestão de familiares, de colegas, admiradores e amigos de Vieira Netto, registrei em livro: **José Rodrigues Vieira Netto, a vida e o trabalho de um grande mestre**, 2013, que Vieira Netto foi professor brilhante, advogado combativo e ex presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná. Em todos os órgãos e instituições onde exerceu a profissão sempre foi elogiado. A OAB/PR apoiou e difundiu a obra distribuída em todas as sedes regionais da OAB no Paraná.

Os meus comentários sobre A livre manifestação do pensamento, uma contribuição à Revista da Academia Paranaense de Letras é uma recomendação no sentido de que devemos estar atentos às atitudes de pessoas, de burocratas pouco esclarecidos que censuram e condenam obras como as do imortal Monteiro Lobato e de tantos outros intelectuais que entraram para a história como escritores brilhantes. Porém, foram discriminados e censurados, através de atitudes preconceituosas.

A UFPR, através de decisão de seu magnífico Reitor, Professor Zaki Akel Sobrinho, e de uma Comissão de ilustres Professores, organizou uma homenagem ao saudoso professor catedrático de Direito Civil, José Rodrigues Vieira Netto, reconhecendo a sua extrema dedicação ao exercício da profissão, em dezembro de 2012, na data do centenário de nascimento de Vieira Netto.

Este fato demonstra que a sociedade paranaense, notadamente os ilustres membros da UFPR e da OAB, registraram em eventos e publicações a importância de Vieira Netto como intelectual

humanista, independente de suas convicções ideológicas. Recebeu honrarias importantes, como a Medalha Clóvis Beviláqua e a OAB instituiu a outorga da Medalha José Rodrigues Vieira Netto aos juristas notáveis que se destacaram no exercício da profissão. Muitos intelectuais, juristas, têm escrito sobre o direito de nossos semelhantes à manifestação livre de seu pensamento. Vieira Netto foi um pensador que esteve a frente de seu tempo, devido às suas contribuições ao direito e à sua luta por uma sociedade mais justa.

Escreveu:

“Cada um e todos sabem que é patrimônio jurídico da humanidade o direito de pensar e de dizer. Há um direito de crer, de possuir convicções, de discordar de fórmulas milagreiras, de lutar pelas suas ideias, dentro da tolerância e do respeito pelas opiniões alheias, e isto não pode ser proibido, classificado como crime...”. Vieira Netto, 1964



A MENTE HUMANA E SEUS CONTEÚDOS TRANSCENDENTES



Por ANTONIO CELSO MENDES



A vida humana possui três dimensões: vida vegetal, vida animal e vida espiritual, em aparente conflito, por se constituírem como etapas dialéticas de uma realidade que se supera, de tal forma que cada uma parece ser autônoma em relação às anteriores. Dessa forma a vida espiritual representa o clímax de sua consistência, apesar de ser virtual e simbólica.

O dicionário de filosofia de Walter Bruggler (S.P. Ed. Herder, 1962, p.528) define transcendência como a capacidade humana de ultrapassar os limites dos sentidos externos, ou certa autonomia no perceber conteúdos tidos como *a priori* ou, finalmente, a elaboração de processos abstratos de nosso pensamento, superando a sua imanência sensível.

O reconhecimento desses casos é abordagem comum para todos aqueles que se dedicam a explorar tais fenômenos, que passamos a resumir:

1. O aparecimento das ideias: PLATÃO as chamou de *formas*, no sentido de realçar como elas estão implícitas em tudo que nós percebemos, sem as quais as coisas não seriam o que são, em sua originalidade (sic)! Como luz interior que ilumina nossa inteligência, as ideias são conteúdos espirituais de origens transcendentais, por não serem produtos apenas de nosso cérebro. Foi ARISTÓTELES quem separou as formas das coisas através da dicotomia entre matéria prima e forma substancial, o que não deixa de significar uma perda de seu sentido original, imiscuído na realidade de todas as coisas.

2. Os raciocínios lógicos, que dão origem às ilações, às noções de causa e efeito, limites, coerência e argumentação. A formação das ideias não teria nenhuma utilidade, não fosse a lógica que as sustentam.

3. Os princípios de ação, que orientam as atividades humanas, patrocinando a eterna luta entre o bem e mal, o certo e o errado, forjando o palco do mundo e construindo nossa civilização. Os princípios de ação é que fazem do ser humano uma pessoa ética, que deveria zelar pelo império do bem sobre o mal.

4. As aspirações de imortalidade, presentes em todos os níveis da evolução material, tornam-se cruciais na espécie humana, que procura superar os determinismos naturais, pela esperança de que a vida não se extingue com a morte, mas contém um gérmen positivo de que a permanência da vida é o ápice natural de um desejo que se constata universal.

5. As manifestações místicas, como consequência aos desejos de imortalidade, representam o fundamento para tudo que o ser humano concebe em termos de limites, superando-os, por seus contatos com entidades superiores, pródigas em distribuir graças e proteção às fraquezas que sempre estão presentes.

6. As manifestações artísticas e suas variações, criando formas de percepção simbólica, eivadas de alto grau de sensibilidade, presentes não apenas nas intuições de seus atores, como também em todos que as contemplam. Uma visão da perfeição do Universo tem por fim superar todas as suas contradições aparentemente paradoxais, criando o mito de sua integração a um propósito de arte, uma mística de criação divina.

Assim, pois, não há como negar que o ser humano carrega, em sua mente, a presença concreta de manifestações espiritualizadas, nossa marca indelével de anjos encarnados. Educar as pessoas enfocando suas origens espirituais é tudo o que representa uma autêntica pedagogia de salvação, o que significa o próximo passo em sua evolução, refém ainda de toda sorte de mal-entendidos políticos, ideológicos e culturais.



LAURENTINO GOMES E A COR DE CANELA

Por ADERBHAL FORTES DE SÁ JR.



*Salve a Princesa Isabel
Deu liberdade à cor
(...)
Hoje o preto
Pode ser doutor,
Deputado ou senador
Não há mais preconceito de cor.*

(Salve a Princesa (1948), de Paquito e Luis Soberano, gravado pelo Trio de Ouro - Dalva de Oliveira, Herivelto Martins, Nilo Chagas)

O novo trabalho de Laurentino Gomes é uma trilogia sobre a escravidão. Tarefa desse porte não pode ser feita apenas, nem principalmente, no Brasil – país que transformou a saga escravagista em samba-enredo e adotou o discurso cômodo da tolerância racial e da miscigenação bem-sucedida. Laurentino vai percorrer Europa, África e Américas atrás de documentos e análises. Os primeiros resultados aparecerão lá por 2021.

Tudo que se escreveu no Brasil sobre o processo escravagista merece uma grande consolidação. Com a história devidamente passada a limpo, vamos finalmente entender por que persiste entre os brasileiros, mesmo entre a inteligentzia, a marca indelével do cativo, que se traduz em dependência e resignação.

Os ingleses hoje dispõem de uma boa narrativa da escravidão, sem rasuras nem omissões. Parte das pesquisas está no Museu

Internacional da Escravatura de Liverpool. No site do museu, alunos de escolas inglesas e galesas são estimulados a discutir por que direitos fundamentais são diariamente desrespeitados mundo afora.

“A escravidão é proibida em todos os países, mas isso não significa que não exista mais. Hoje, cerca de 27 milhões de pessoas sofrem formas de tratamento que merecem a classificação de ‘escravidão’ – do mesmo modo que aqueles seres comprados e vendidos há 200 anos no comércio transatlântico de escravos. Muitas vítimas da escravidão contemporânea são jovens – da mesma idade dos alunos de escolas na Inglaterra e no País de Gales.”

* * *

A vinda de D. João VI ao Brasil, a independência formal e o golpe de estado que originou a República foram competentemente esmiuçados na trilogia anterior; agora é a vez de destrinchar o que aconteceu durante os três séculos em que o Brasil prosperou com o braço escravo.

Basta digitar “escravidão no Brasil” para o mecanismo de busca informar que há uma abundante bibliografia sobre o assunto. Começa no século 16, quando o padre Antônio Vieira escreveu que “sem negros não há Pernambuco”.

Após 13 de maio de 1888, racismo e preconceito traduziram-se em desigualdade econômica e social.

Pelo Censo de 2010, no grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentava o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram negros e 13,4% pardos.

Conforme informações do Datasus, do Ministério da Saúde, do total de 52.260 vítimas de homicídio no país em 2010, 4.071 eram pretos e 30.912 eram pardos, o que dá um montante de 34.983 negros mortos violentamente, representando 67% do total de assassinados no país. (Prof. Luiz Flávio Gomes, in JusNavegandi. Há mais em: <http://jus.com.br/artigos/23171/abismo-entre-brancos-e-negros-ainda-e-muito-grande-no-pais#ixzz3bgLlZODi> A mídia noticia toda noite mortes de negros “suspeitos” em confrontos com a polícia.)

O Instituto Ethos/Ibope encontrou no quadro dirigente das 500 maiores empresas brasileiras apenas 5,3% de negros e pardos, contra 93% de brancos. No chão de fábrica há 36% de negros e pardos contra 63% de brancos.

É um Brasil injusto, feito ainda de salões e senzalas.

A má divisão da renda nacional e o Brasil-que-não-tem-mesmo-jeito resultam, em boa parte, da omissão do governo. As escolas públicas não são boas – mas ficam piores nos bairros mais pobres. (*)

Interessa em especial para quem vive do trabalho intelectual, analisar a atitude de poetas, romancistas e jornalistas ante a escravidão.

É certo que o intelectual brasileiro do século XIX, como os pensadores europeus, era um libertário (as exceções são conhecidas) e abominava a escravidão. Mas, por timidez, vergonha ou medo, não conseguia explicitar sua posição. E alguns pareciam ignorar a realidade de seu entorno.

Um exemplo? O romance *O Guarani*, que José de Alencar escreveu em 1857, originalmente em folhetim, retratando os feitos do índio Peri. Estamos diante de um personagem de pele cor de bronze fortemente idealizado; um herói dionísio a quem Alencar atribui qualidades de heróis brancos. É forte, belo, inteligente e leal. Cecília, filha do fazendeiro Dom Antônio de Mariz, apaixona-se por Peri, no início contra a vontade do pai. Com o desenvolvimento da trama, Peri prova coragem e dedicação, salva o fazendeiro e termina fugindo com Ceci, a pedido de Dom Antônio. José de Alencar, nascido em Fortaleza, em 1829, era homem de elite. Filho de senador, muito moço ingressou no Partido Conservador; elegeu-se várias vezes deputado pelo Ceará, assumindo mais tarde o Ministério da Justiça. No Rio de Janeiro desde os 11 anos, trabalhou como jornalista e viveu um tempo de intenso debate sobre a Abolição.

Depois de fracassar na tentativa de conquistar uma cadeira no Senado, Alencar dedicou-se com fervor à literatura, muito estimulado por Machado de Assis, a quem sucedeu na Academia Brasileira de Letras.

(*) (Veja mais em http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/MH/a_familia_pobre_e_a_escola_publica.pdf)

Ao morrer precocemente de tuberculose, aos 48 anos, José de Alencar tinha assistido à promulgação da Lei Eusébio de Queiróz (1850), que extinguiu oficialmente o tráfico de escravos no Brasil, viu votar a Lei do Ventre Livre (1871).

O “patriarca da literatura brasileira” nunca teve a mínima vontade de questionar o problema dos escravos.

Profunda admiração unia José de Alencar a Gonçalves Dias, poeta da primeira geração romântica, embora fossem de diferentes origens. Antônio Gonçalves Dias nasceu em 1823, em Caxias, no Maranhão. Era filho de um comerciante português com uma mulata – união nunca oficializada.

Neto de escravos, vítima de preconceito, (por ser mulato, foi proibido de casar com Ana Amélia Ferreira Vale) seria natural que se envolvesse na luta pró Abolição. Em vez disso, foi para o Rio de Janeiro trabalhar como professor de História e Latim no Colégio Pedro II.

A biografia oficial, da Academia Brasileira de Letras, é cruel com esse poeta. Garante que ele “tinha consciência da inferioridade de origem”, versão antecipada do “complexo de vira-lata”, de Nelson Rodrigues.

O pesquisador David Brookshaw chama a atenção de seus leitores para o que escreve Joaquim Manuel de Macedo sobre a natureza passiva, suave e fiel do escravo, na peça *O Cego*: “Serei grato e fiel eternamente/Sou vosso escravo – não! Sou mais do que isso/Sou cão fiel, que a vossos pés vigia!” (*)

A ideia do “escravo fiel” é uma importação. Veio com *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, traduzida duas vezes para o português.

Pai Tomás é um negro que vive no Kentucky, na fazenda de Arthur Shelby. “Embora não seja mau patrão, ele precisa vender escravos para saldar dívidas. Pai Tomás vai passando de um dono para

outro até morrer de maus tratos. Arthur Shelby leva o corpo para a fazenda no Kentucky e liberta seus escravos.”

Esse relato de sofrimento, publicado em 1852, contribuiu para a decisão de abolir a escravidão e provocou a Guerra da Secessão, entre o Sul agrícola e escravagista e o Norte industrial. E incendiou a imaginação dos romancistas brasileiros.

O padecimento de escravos inspirou romances aqui. O mais aclamado, e talvez o mais doloroso, foi *A Escrava Isaura* (1875) de Bernardo Guimarães. (**)

Infelizmente, Isaura, a heroína, não era da cor de Pai Tomás, era branquíssima. “A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada”.

No cinema, o romance teve quatro versões, a partir de 1929. A mais conhecida é da Atlântida, com Fada Santoro como Isaura e Cyll Farney seu galã. A fotografia de Hélio Barroso ganhou prêmios. O Cineclick conta que a *première* do filme, em 30 de dezembro de 1949, no Cine Odeon, no Rio de Janeiro, foi só para quem se chamasse Isaura. Apareceram duas mil Isauras.

Na televisão, a novela *Escrava Isaura*, de 1976, foi produzida pela TV Globo, com adaptação do livro por Gilberto Braga. A alvíssima Lucélia Santos era a escrava. A novela percorreu o mundo inteiro. Há registro de apresentação nas televisões de mais de 100 países, entre eles Alemanha, África do Sul, China, Coreia, Ucrânia, Cuba (que suspendia o racionamento de energia para ninguém perder o capítulo), Indonésia, Madagascar, Quênia, Singapura e Turquia.

A TV Record fez nova versão em 2004, com Bianca Rinaldi, muito parecida com Lucélia Santos, no papel-título. Adaptada por Tiago Santiago e Anamaria Nunes, com colaboração de Altenir Silva. Dirigida, entre outros, por Herval Rossano.

Na Folha de S. Paulo, Bia Abramo diagnosticou: “O segredo do

(*) Raça e Cor na Literatura Brasileira, David Brookshaw, 1983, Mercado Aberto, Porto Alegre

(**) Guimarães, Bernardo. *A Escrava Isaura*. Rio de Janeiro. Ed. Ouro, pg. 24.

remake é disfarçar a questão racial. Como Isaura é branca, o sofrimento dela é o sofrimento de todos. O público revolta-se contra a injustiça, mas não contra o preconceito.” (**)

Outras heroínas do mesmo tipo tinham mais melanina na pele. Rita Bahiana, de *O Cortiço*, era absolutamente mulata. Assim como Isaura, de José Lins do Rego, e Gabriela, de Jorge Amado.

As personagens negras do século XX são também mansas e sensuais. Têm em comum o respeito pela rica herança cultural africana.

Gosto de *Xica da Silva*, 1976, de João Felício dos Santos, transformada em filme no mesmo ano por Carlos Diegues. Os atores principais são Zezé Motta e Walmor Chagas. Fotografia de José Medeiros. A produção recebeu dinheiro da Embrafilme. O filme coincide com o período presidencial do general Ernesto Geisel, chamado de “distensão lenta, segura e gradual” da ditadura militar, caminho que culminaria nas *Diretas Já* – embora todos concordem que a atual democracia brasileira está longe das culminâncias com que sonhavam os brasileiros naqueles anos 1980.

É um filme em tom maior. Reflete um regime que vinha num *adagio* e passa para *andante molto vivace*. Uma obra de exaltação ao orgulho negro. O diretor entendeu o que ele queria, chamou João Felício para ser coautor do roteiro, pediu uma trilha musical a Jorge Ben. Ficou bonito.

Xica, Xica da Silva, a negra

Muito rica e invejada, temida e odiada

Pois com as suas perucas, cada uma de uma cor

Jóias, roupas exóticas das Índias, Lisboa e Paris

A negra era obrigada a ser recebida como uma grande senhora

Da Corte do Rei Luis, da Corte do Rei Luis

Em seu *site*, na sinopse do enredo, João Felício dos Santos explica: “No auge da extração dos diamantes no Distrito Diamantino, em meados do século XVIII, uma escrava conseguiu o amor de João

Fernandes de Oliveira, o poderoso Contratador da Coroa. Dessa subversão da ordem, e da miséria em que viviam os negros escravos, brotou, com Xica da Silva e sua espantosa loucura, uma sociedade estranha de fausto, incultura, fantasia, capricho e desregramento. É dessa mulher singular, que chegava a usar simultaneamente três perucas onde prendia vagalumes para brilharem à noite e mil outras excentricidades que trata esse romance.”

* * *

No Brasil, o sucesso embranquece. É preciso descobrir as causas deste fenômeno.

Mario Filho, em *O Negro no Futebol Brasileiro*, fala sobre o êxito de Robson, um escurinho que atuava na ponta esquerda do Madureira. Jogava tão bem que um dia o Fluminense, clube da aristocracia, resolveu levá-lo para as Laranjeiras. Aplaudido pela alta sociedade, badalado nos jornais, Robson se transformou. Uma tarde, após o treino, tomando Mario Filho pelo braço, começou a contar uma história pessoal.

– Olha, seu Mario, no tempo que eu era negro...(*)

O sucesso embranquece; o sucesso absoluto embranquece absolutamente. Prova disso é que Joaquim Maria Machado de Assis é o mais famoso e universal dos escritores brasileiros. Mulato de origem humilde, o autor de Dom Casmurro foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras e, hoje, é reconhecido como escritor de primeira linha da literatura mundial. Alguns intelectuais contemporâneos de Machado de Assis, no entanto, tentavam sublimar

(*) (Há uma boa análise sobre o assunto na Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas. Procurar em http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/MH/a_familia_pobre_e_a_escola_publica.pdf)

suas origens étnicas e o passado humilde para incorporá-lo de corpo e alma ao universo dos brancos.

O escritor Joaquim Nabuco, por exemplo, em uma carta de 1908 adverte o crítico José Veríssimo por ter se referido a Machado como “mulato”, em artigo de homenagem ao escritor recém-falecido. “Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego,”

Tornaram-se “gregos” também Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), Luiz Gonzaga Pinto da Gama, José Carlos do Patrocínio, João da Cruz e Souza, Manuel Quirino de Magalhães, Mário de Andrade e João Henrique Lima Barreto.

Mário de Andrade deu um depoimento sobre preconceito:

Se qualquer de nós, brasileiros, se zanga com alguém de cor duvidosa, e quer insultá-lo, é frequente chamar-lhe:

– Negro!

Eu mesmo já tive que suportar esse possível insulto em minhas lutas artísticas, mas parece que ele não foi lá muito convincente nem conseguiu me destruir pois que vou passando bem, muito obrigado.

O sociólogo Guerreiro Ramos, negro, professor emérito da Universidade Southern Califórnia, em Los Angeles, envolvido com as lutas sociais, tinha uma curiosa tese sobre o assunto. Para ele, qualquer discussão sobre branqueamento deveria ter fim com uma constatação: o povo brasileiro é negro, porque negra é a sua mais importante matriz demográfica.

Fim de conversa.

* * *

O NEGRO NA LITERATURA INFANTIL

Não se pode falar de literatura infantil na América sem lembrar Monteiro Lobato. (*)

Nos Estados Unidos e no Brasil eles são amados e odiados alternadamente – e às vezes acusados de racismo. Lobato admirava Twain. A melhor tradução de *As Aventuras de Tom Sawyer* para o português é dele. A de Duda Machado (Carlos Eduardo Lima Machado) é considerada mais fiel ao original. A outra é de William Lagos, L&P Editora. Há também a tradução e adaptação de Edy Lima.

Na revista *Veja*, Maria Carolina Maia afirma:

“Nem só na terra da mítica democracia racial se censuram clássicos da literatura por termos julgados preconceituosos. *As Aventuras de Tom Sawyer* e *As Aventuras de Huckleberry Finn*, de Mark Twain (1835-1910), obras que serão lançadas num único volume nos Estados Unidos em fevereiro, terão seus textos alterados pela editora NewSouth Book. A companhia quer suprimir os termos *nigger* e *injun*, considerados sinônimos de teor negativo para negro e índio e, portanto, pedras para leitores e censores escolares politicamente corretos. Algo semelhante ao que aconteceu no fim de 2010 com Monteiro Lobato, que teve o livro *Caçadas de Pedrinho* desaconselhado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).”

Celso Masson, Humberto Maia Jr. e Rodrigo Turrer. (*Estão importando dos EUA o “politicamente correto”*, Revista *Época*) recontam o caso e comentam:

“Erro é rotular uma obra de arte e deixar escapar a complexa relação de seu autor com as ideias de seu tempo. Alguns dos maiores escritores do século XX, como o poeta americano Ezra Pound ou o romancista francês Louis-Ferdinand Céline, foram simpatizantes das

(*) (Taubaté, 1882 – São Paulo, 1948) e Mark Twain (Flórida, Missouri, 1835 – Redding, Connecticut, EUA, 1910).

ideias mais abjetas a respeito da superioridade racial europeia. Nem por isso suas obras deixam de ter um valor literário inestimável, seja ao inovar na forma, seja ao perscrutar a mente do homem moderno.”

Lobato era admirador de Mark Twain. Traduziu e editou outros trabalhos do escritor norte-americano, além de *As Aventuras de Tom Sawyer*, que se tornou mais popular aqui que as *Aventuras de Huckleberry Finn*, considerado o grande clássico da literatura infanto-juvenil americana.

Educadores defendem que, em vez de censurar, o certo é estimular entre as crianças a leitura crítica da obra de Monteiro Lobato, Mark Twain e todos os escritores acusados de algum tipo de racismo.

Em inglês, *nigger* é xingamento pesado. Está nas cenas em que o cinema e a TV mostram confrontos entre brancos e negros. Em *Huckleberry Finn*, *nigger* é presença constante, repetido mais de cem vezes em diálogos entre o menino Huck e o escravo Jim. Sem violência, pois na metade do século XIX, *nigger* não tinha o significado que tem hoje.

Comenta o editor do *New Statesman*, *Yo Zushi*: “Se houvesse necessidade de demonstrar o desejo de alguns americanos de minimizar a inegável história racista do país, este recente ato de revisionismo cultural deveria bastar.”

Como antecipando o que aconteceria no futuro, Mark Twain escreveu na introdução ao livro:

“Quem tentar achar um motivo para esta narrativa será processado; quem tentar encontrar a moral desta história, será banido; quem tentar achar um enredo será fuzilado.”

* * *

P.S.: Todos devem torcer pelo sucesso da aventura intelectual de Laurentino Gomes. Se tudo der certo, a trilogia será o alicerce seguro para o nosso Museu Internacional da Escravatura. Talvez melhor e com certeza mais colorido que o de Liverpool.

CARLOS DE CARVALHO, UM OUTRO RIO BRANCO?



Por RUI CAVALLIN PINTO

Devido a extensão do território e da gradativa expansão e conquista de suas fronteiras, os governos imperiais foram generosos na concessão de títulos nobiliárquicos aos senhores de terras, procurando se servir do prestígio desses oligarcas locais para consolidar seu domínio do país. Ou, como ocorreu a David Carneiro, para se assegurar do governo do seu Império. D. Pedro II se deixou levar pelo mesmo propósito político, de confiar a Presidência das Províncias a magistrados e homens da competência e sua confiança.

Carlos Araújo de Carvalho foi um deles. Carioca, advogado, nascido em março de 1851, assumiu a Presidência do Paraná próximo dos 31 anos e permaneceu por um período de pouco mais de um ano, marcado pela insurgência popular e a produção de choques armados, que exigiram a intervenção policial e o resultado foi um popular morto e dezenas deles feridos (foi a Revolta do Vintém), cuja proporção e grau de hostilidade levou o Presidente a renunciar o governo e deixar a Província.

Conta Rodrigo Octávio que Carlos de Carvalho era homem de temperamento ativo e sôfrego, mas metódico, forjado no apuro da disciplina do estudo. Não tinha maior vocação para a rotina das repartições e das procrastinações burocráticas. Se o pedido comportava solução, despachava ali mesmo, com prontidão e desembaraço.

Com sua nomeação para o Paraná, trouxe, porém, uma grave desventura. Era infeliz no casamento. Fruto de união familiar, casara com a prima, mas logo o convívio do casal se viu inçado de dificuldades e incompatibilidades. Foram inúteis as tentativas de reconciliação, e

ele se obrigou a assumir e a se conservar sozinho no governo. Voltou a casar e ter filhos, mas nunca pode legitimar sua nova união, porque nesse tempo não havia divórcio.

Conta David Carneiro que embora seu governo fosse curto, deixou sinalizado seu dinamismo pessoal e o ânimo de governar, seja para resgatar a dívida consolidada da Província, promover empréstimos ou a fundação de bancos e instituições de previdência e poupança, além de agências do Tesouro Nacional. Na educação, introduziu o ensino noturno para adultos e ginástica nas escolas.

Enfrentou, porém, graves problemas financeiros, à falta de recursos para seus planos de governo. Tentou então criar o imposto de 1,5% sobre as vendas do comércio e patentes, aprovado pela Assembleia, impondo multas e punições. Foi grande, entretanto, a reação que despertou na imprensa, comércio e lideranças da oposição local. Com a cobrança do imposto o povo foi às ruas e o comércio fechou as portas. Para a imprensa as ruas reuniram 500 ou 600 pessoas, para ouvir os discursos inflamados do advogado Sérgio de Souza Castro, mobilizando o povo contra o governo. Na tentativa de conter a revolta, uma comissão do comércio e representantes do governo se reuniu no salão Lindermann, da rua São Francisco, para solucionar o impasse. Porém, após seis horas de negociações, como não chegassem a um acordo, o povo se dispersou pelas ruas, e passou a praticar toda sorte de danos aos bens públicos e particulares, como casas de autoridades e homens públicos. Quebraram os vidros da casa de Generoso Marques e do seu sogro, além dos políticos que apoiavam o imposto. Diante dessas conseqüências, o imposto foi revisto em reunião extraordinária da Assembléia, fatos que levaram o Presidente a renunciar ao governo, passando-o às mãos do vice, Antonio Alves de Araújo, sob prenúncio de sofrer manifestações mais graves de impopularidade e desagrado..

A “Revolta do Vintém” de Curitiba é semelhante à “Revolta do Vintém” do Rio de Janeiro, entre dezembro de 1879 a janeiro de 1880, provocada pelo aumento de um vintém ou 20 réis, nas passagens do bonde urbano.



É claro que a revolta popular do Rio foi bem maior. A mobilização popular foi mais agressiva. No primeiro dia o protesto reuniu cinco mil pessoas no Campo de Santana sob a exaltação da voz de Lopes Trovão, José do Patrocínio e outros, pretendendo levar ao Imperador pedido de revogação do imposto. Chegaram até o Palácio da Boa Vista, mas foram sustados por cem agentes armados de cassetetes (as “bengalas de Petrópolis”) e por um pelotão da cavalaria, que acabou dispersando os manifestantes. Foi difícil, porém, conter a revolta popular, que se seguiu nos dias adiante, com a depredação de bondes, espancamento dos condutores e retirada de trilhos das ruas. Mataram animais. Fecharam as ruas e levantaram barricadas. Resistiam à intimidação da polícia com insultos, pedradas e tiros de revólver.

Porém, ao deixar o governo, Carlos voltou ao Rio, onde retomou suas atividades de advogado e a produção de obras jurídicas, instalando uma das bancas mais solicitadas da cidade. É dessa época seu: “Direito Civil Recopilado ou Nova Consolidação das Leis Civis”, com o qual se sagrou continuador de Teixeira de Freitas e serviu de nosso Código Civil por quase 18 anos.

Nomeado ministro do Exterior por Floriano Peixoto, ficou no cargo 17 dias, pois logo se dispôs com as arbitrariedades do Marechal.

Com a sucessão de Floriano, porém, voltou à pasta, reconduzido por Prudente de Moraes.

Foi nesse período que surgiu o caso Trindade, uma ilha do Atlântico, a 1.090 km da costa do Brasil, que em janeiro de 1895 a

Inglaterra ocupou com marinheiros do Baracowta, para a instalação de uma companhia telegráfica transatlântica.

A tomar conhecimento da ocupação, o Brasil reclamou sua restituição por via diplomática. A ilha fora território português e passara ao Brasil com a independência. A Inglaterra, por sua vez, já ocupara a mesma ilha anteriormente, em 1781, com tropas militares, à revelia de Portugal. Na ocasião houve protestos e negociações diplomáticas, durante as quais o vice-rei do Brasil, Luis de Vasconcelos, armou uma nau com 150 homens e partiu para expulsar os invasores. Porém, quando chegaram, os ingleses já haviam deixado a ilha.

O incidente de 1895 foi mais difícil. Os ingleses negaram a restituição e declararam a ilha território britânico. Tal como disse Castro Nunes, os brasileiros de hoje não avaliam o grau de superioridade e prepotência com que, antes das duas conflagrações mundiais, as potências européias tratavam os países sul-americanos, desarmados e inofensivos, impondo-lhe vexames e humilhações.

E então se dizia, à boca cheia, que não havia nada no oceano que a Inglaterra não pretendesse ou que deixasse de se interessar para seus propósitos.

O embate se travou pela via diplomática, com a insistência da Inglaterra de que se tratava de ilha desabitada e sem préstimo, a qual pretendia converter em objeto de proveito universal. Propôs, enfim, a solução por arbitramento.

Porém, Carlos de Carvalho agiu com firmeza e determinação. Recusou o arbitramento, invocando o incidente histórico anterior, do reconhecimento pela Inglaterra do domínio português retirando sua tropa da ilha. Nosso chanceler conseguiu também, confirmar nosso domínio, com a intermediação decisiva de Portugal, até então desavindo com o Brasil, desde o episódio da Revolta da Armada, que recolheu os revoltosos e os transportou para o Rio Grande do Sul. Certamente, Carlos de Carvalho contou também com o patrocínio de Rio Branco, Raul Pompéia e Joaquim Portela, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público.

Durante sua permanência no Ministério das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho deixou impresso nas atividades da Chancelaria fortes traços de sua independência e fidelidade aos princípios da justiça. Foi homem expedito, eliminando muitas práticas burocráticas e habituais vias sacras pelas mesas da repartição. Viveu também um período de grandes atividades, provocadas por reclamações de potências européias alegando prejuízos provindos da revolta da armada. Destaque também para os problemas com demarcações de fronteiras e assinaturas de protocolos e convenções. Foi árbitro no tribunal brasileiro-boliviano, relativo ao território do Acre e representou o Brasil na Conferência Internacional de Bruxelas.

Diz o Ministro Castro Nunes que, ao deixar o Ministério do Exterior, ficou de Carlos de Carvalho a memória de um dos seus maiores servidores, como basta ver seu busto em bronze, na casa de Rio Branco e na sala do Itamaraty que conserva o seu nome. Deixou também outras obras sobre divórcio, enfiteuse e estado de sítio, mas grande parte de sua contribuição jurídica está nos seus Pareceres, jamais publicados e possivelmente extraviados.

Para nós paranaenses foi especialmente importante não tenha guardado qualquer ressentimento dos dissabores que passou na presidência da Província, pois veio a substituir o Conselheiro Barradas, como advogado do Paraná perante o Supremo Tribunal, na questão do Contestado. Elaborou primorosos Embargos contra a decisão de 1904, mas morreu logo depois, e o trabalho acabou apresentado por Henrique Rodrigues, seu auxiliar.

Hoje o Paraná preserva parte do seu reconhecimento e gratidão, atribuindo seu nome a uma das vias principais e mais bonitas de sua capital.

O PROMOTOR E O CRIME DA BARONESA

Por RUI CAVALLIN PINTO



Em 1876, a baronesa Anna Rosa, esposa do presidente do Maranhão, matou a pancadas o menino Inocêncio, escravo de 8 anos. O promotor Celso Magalhães ofereceu denúncia contra ela, pelo art. 193, do Código Penal do Império, com pena de galés perpétuas, no grau máximo. O júri empolgou todo o povo do Maranhão, mas a ré acabou absolvida e o promotor demitido a bem do serviço público. Hoje ele é patrono do MP do Maranhão.

Era assim naquele tempo...

Em 14 de novembro de 1876, foi levado ao cemitério da Santa Casa de Misericórdia de São Luis do Maranhão, para ser enterrado, o corpo do menino escravo, de nome Inocêncio, de 8 anos de idade, que apresentava ferimentos generalizados, como contusões, três na cabeça, com derramamento cerebral; feridas e equimoses em todos os membros do corpo e até sinais de ruptura do reto, provocada (ao que se disse), pela introdução de um garfo no ânus - lesões essas produzidas, provavelmente, por pancadas, açoites, instrumentos contusos ou pressão por cordas, ou outro qualquer meio contundente de maior impacto.

Por opinião popular e delação o crime foi atribuído à proprietária do escravo, Dona Anna Rosa Viana Ribeiro, de 40 anos, casada com o médico Carlos Fernando Ribeiro, chefe do Partido Liberal da Província do Maranhão e pessoa de alto conceito na sociedade ludovicense, que chegou a exercer a presidência da Província, como foi agraciado, mais tarde, com o título de Barão do Grajaú, por D. Pedro II. .

D. Anna gozava, entretanto, de fama de ser mulher geniosa e ciumenta. Dela corria a versão de ter mandado arrancar a torquês os dentes da escrava Militina, porque a beleza e o brilho deles despertaram a admiração de seu marido. Fora envolvida também no maltrato a *escravos, que constavam de registro policial*.

Diante dos prenúncios do povo e precedentes foi aberto inquérito policial contra a baronesa e procedido ao exame cadavérico do menor, por dois cirurgiões e tenentes do exército, moradores em São Luis. Do resultado do exame concluíram os peritos que sua morte teria sido provocada por castigos repetidos e imoderados, aplicados no menor. A instrução que se seguiu ainda trouxe à baila que o sepultamento fora promovido às pressas, aproveitando a alvorada do dia. O caixão fora feito pelo escravo Sebastião, no próprio local, dispensando o trabalho usual dos armadores e levado fechado da casa do vizinho ao cemitério, sem se dar notícia aos pais do menor.

Ouvida pela autoridade policial em sua residência, por alegação de estar adoentada, Dona Anna Rosa negou os castigos e sevícias e atribuiu as curubas das costas e pernas do escravinho, a seus tombos e correrias. Quanto à morte, fora provocada por seu hábito de comer terra, provocando desinteria sanguínea e prolapso do ânus. Morrera de hipoemia intertropical (*ancylostoma duodenale*) doença endêmica entre os escravos rurais e a classe indigente, vulgarmente conhecida por doença do empalariado. Moléstia que, na terapia do sertão, era curada bebendo leite da jaracatiá, tirado de manhã e bebido junto à árvore.

Igual versão foi repassada pelo Dr. Antonio dos Santos Jacintho, que deu atendimento médico ao menor em casa, concluindo, porém, que a doença teve marcha rápida e desfecho provocado por falta de alimentação e cuidados.

O crime ganhou então ampla repercussão na imprensa da capital e na opinião popular. Parecia impossível que uma mulher de sua graduação social e com a titulação de seu marido, pudesse estar envolvida na morte cruel de um pequeno menino escravo de

oito anos. Por outro lado, o diagnóstico de hipoemia não satisfazia a opinião dos mais críticos, como dos alunos do liceu maranhense, onde Dr. Jacintho era diretor e professor.

A incredulidade chegou a assumir o tom de desafio, quando o médico ganhou o apelido de “Doutor Anquilóstomo”, com que picharam sua casa. E as provocações chegaram a tal ponto que o Dr. Jacinto, deixou a cidade e a profissão, para passar a morar na sua “Fazenda Boa Fé”, a 290 quilômetros de São Luis.

O processo teve então seguimento, com a denúncia de Dona Ana pelo crime de homicídio, previsto no art. 193, do Código Penal do Império, com as pena de galés perpétuas, no grau máximo.

O promotor era Celso Magalhães moço da Província, de 27 anos, formado no Recife, onde, durante a vida acadêmica, lograra alcançar notoriedade como poeta e escritor de postura abolicionista e republicana.

Nesse tempo o Maranhão vivia um clima de efervescência cultural, representado por humanistas e intelectuais, integrantes do Grupo Maranhense que fez a Província receber o título de Atenas Brasileira.. A condessa, por sua vez, se arrimara nos dotes jurídicos e na palavra vigorosa do afamado jurista Paulo Belfort Duarte, representante de poderoso clã maranhense.

E assim se travou um grande debate entre os dois polos do processo criminal. Ao fim da instrução, no entanto, Dona Anna Rosa resultou impronunciada. O Juiz concluiu pela insegurança da prova, mesmo diante da exumação do cadáver, identificando evasivas nas conclusões dos peritos. Celso Magalhães não se abateu e recorreu ao Tribunal de Relação local, onde logrou, com sua pertinácia, desfazer a decisão e confiar a ré ao julgamento do Tribunal do Júri, mantendo-a presa no aguardo do julgamento. Dona Ana, depois de recolhida ao 5º Batalhão de Infantaria, foi removida para a cadeia pública da cidade.

O final foi dramático. Dona Anna Rosa Viana Ribeiro era uma respeitável senhora, integrante da aristocracia social e política da Província e não podia, pois, ser aviltada à condição de ré de um

juízo popular, por maltrato ou morte eventual de seu escravo, numa sociedade cúmplice da escravidão e habitualmente permissiva, diante da odiosa desigualdade social do negro e sua tolerância a todas as formas de violência contra ele.

Assim, no dia do julgamento, a fidalga Anna Rosa Ribeiro compareceu à sessão acompanhada do seu marido e irmão. Vestia um traje de seda preta e envolvia o rosto e o busto com um véu de crepe. Acompanhavam-na dezoito damas, vestidas de luto, em sinal de protesto, que ocuparam os primeiros bancos do salão. O povo apinhava-se nas galerias e a cidade vivia uma excitante expectativa do debate e da decisão.

A decisão seria, porém, como era próprio do tempo: a absolvição unânime, que transitou em julgado, à falta de recurso.

Em 28 de março de 1878, pouco mais de um ano, o marido de Doa Anna, Dr. Carlos Fernandes Ribeiro, assumiu interinamente a presidência da Província, ocasião em que, como um dos seus primeiros atos, demitiu, a bem do serviço público, o bacharel Celso da Cunha Magalhães do cargo de promotor da comarca da capital.

Consta que, com isso, Celso ficou muito abalado, e, para sobreviver teve de abrir uma banca de advocacia e assumir a redação do jornal “O Tempo”, de São Luis. Ocorre, no entanto, que a esse tempo também foi tomado de estranha e persistente febre, que acabou vencendo sua frágil resistência, levando-o à morte prematura, em 9 de junho de 1879.

Em homenagem às suas raras qualidades de inteligência e cultura, e, sobretudo, por simbolizar, já a esse tempo, o destemor e a intransigência do Ministério Público na defesa dos ideais sociais e humanos da ordem pública e da democracia, Celso da Cunha Magalhães foi consagrado, por lei, patrono do Ministério Público do Maranhão.

A REVOLUÇÃO DE 64 E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ

Por RUI CAVALLIN PINTO

Mesmo diante da influência crescente do grupo político de esquerda, nos últimos tempos do governo João Goulart, ainda à última hora não seria seguro antecipar que fosse declarado, de súbito, um golpe militar para depô-lo. O general Mourão já havia posto a tropa no rumo do Rio de Janeiro, quando Castelo Branco tentou contê-lo, através do governador Magalhães Pinto, a pretexto de que sua precipitação podia comprometer o sentido do levante militar.

Posteriormente o militar iria confessar que a palavra do presidente bastava para dissuadi-lo, mesmo em marcha de estrada.

E havia ainda o precedente de 1961, de solução de meio gosto, do parlamentarismo.

Ocorre que o presidente se recusou a promover o enfrentamento com os rebeldes ou sufocar o golpe. Deixou o poder e o país.

A junta militar assumiu e promulgou o Ato Institucional n.º1, mantendo a Constituição e promovendo a eleição indireta do presidente Castelo Branco e seu vice, para o fito de completar o mandato que vinha de Jânio Quadros, desde 1961, depois do que o país voltaria à normalidade democrática.

As garantias constitucionais foram interrompidas por seis meses e abertos centenas de inquéritos policiais-militares. Na primeira tomada foram cassados 40 mandatos. Quando a cassada acabou eram 4.454.

Juscelino foi cassado por improbidade financeira e os demais foram perdendo sustentação junto aos setores mais intransigentes da revolução, enquanto o mandato do presidente era prorrogado para março de 67, protelando a volta à normalidade democrática.

Nas eleições estaduais de outubro o povo mostrou insatisfação e foi preciso acalmar as reações provocadas nos setores mais radicais das Forças Armadas.

Então novos atos foram editados, como o AI-2, que aboliu os partidos políticos, converteu em indireta as eleições para a presidência da República e interveio na composição do Supremo Tribunal Federal, retomando a prática dos expurgos e cassações.

Novas medidas foram tomadas em fevereiro de 1966, com o AI-3, aprofundando a ditadura e tornando indireta a eleição dos governos estaduais. Teve origem, também, o bipartidarismo, com os do governo articulados na Aliança Renovadora Nacional e a oposição no Movimento Democrático Brasileiro. Depois do episódio da Frente Ampla, da morte do estudante Edson Luis e da marcha dos cem mil, a cassação de Márcio Moreira Alves foi o pivô do AI-5.

Em 13 de dezembro de 1968 foi então anunciado o AI-5, fechando o Congresso por dez meses e suspendendo todos os direitos civis e constitucionais. Os veículos de comunicação passaram à vigilância militar e o Poder Judiciário sofreu redução e passou à órbita do executivo. Foram centenas as prisões, cassações e expurgos do serviço público. O mandado de segurança e o *habeas corpus* foram restringidos. Consolidava-se a institucionalização da ditadura e vigorava a ideologia do Estado de Segurança Nacional.

O Ministério Público não ficou livre disso tudo.

A Constituição de 1967 o situou no Poder Judiciário, mas a Emenda de 1969 o relocou no capítulo do Poder Executivo, acentuando sua subordinação ao presidente e ao governador do Estado.

De modo geral não parece, porém, ter exercido maior intervenção nas atividades dos seus agentes. Visto à distância a instituição até cresceu, acompanhando o progresso e o aumento da população.

No todo, conservou-se neutra e as exceções foram pontuais, mesmo que conte prisões, interrogatórios, aposentadorias compulsórias e injustiças no acesso da carreira. Houve dois procuradores-gerais

cassados. Mas, entre os 7.367 réus denunciados na Justiça Militar não há menção a promotor. Tampouco entre as 43 organizações esquerdistas e de resistência, não há nenhuma no Paraná.

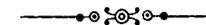
Alguns, ditos dos nossos, foram surpreendidos em pleno exercício funcional e aposentados. O único cassado foi Athos Abilhoa, nas primeiras levas do grupo apontado como político.

Noel Nascimento foi poeta e historiador social premiado, com rica herança literária. Quando aposentado contava com mais de quinze anos de carreira exemplar. Seus poemas “Alta Sociedade” e “Plebe”, são um grito primal de um jovem comovido com nossa desigualdade social, que, com o tempo, converteu num poema do evangelho cristão. Seus testamentos ideológicos são “Escola Humanista” e “Nova Estética”.

Alvim Messias foi promotor nos primeiros tempo (1936-51), na revolução era juiz. Ganhou proventos de desembargador. Athos tinha 23 anos ao ingressar no Ministério Público, classificado em primeiro lugar. Foi cassado oito anos depois e se fez advogado e próspero empresário no ramo de reflorestamento e silvicultura. Inocentado, tornou-se procurador. Mostrou talento literário precoce, estreando com contos. Atividade que retomou nos últimos anos, deixando obras inéditas.

Quanto a Alcino Leme Esselin foi vítima do primeiro impulso da revolução, como sempre. A inconsistência da denúncia mostra isso. Paulo Carrilho talvez tenha sido a maior injustiça à sua devoção à instituição e ao Direito, que serviu *à la lettre*.

À época (1965), os setores mais radicais da revolução cobraram de Castelo Branco a edição do AI-2 que, entre outros imperativos transferia os crimes políticos para a alçada da Justiça Militar Federal. O Ministério Público ficava com a criminalidade convencional. A corriqueira, fora do *establishment* político. E assim foi e ficou, por uns bons tempos....



VIAGEM À TOSCANA



Por DANTE MENDONÇA



Em sua *Viagem à Itália* (de 1786 a 1788), Johann Wolfgang von Goethe confessa que não parou em Florença por impaciência:

“Atravessei voando, por assim dizer, as montanhas tirolesas. Verona, Vicenza, Pádua e Veneza conheci bem; Ferrara, Cento e Bolonha, apenas de passagem; de Florença, quase nada vi. O desejo de vir para Roma foi tão grande, crescendo tanto a cada minuto, que não pude me deter por mais tempo e passei apenas três horas em Florença”.

Apesar de reconhecer Roma como a capital do mundo, o grande poeta e escritor da Alemanha não teria pulado Florença para não cruzar com a sombra de Dante Alighieri? Afinal, a relação entre alemães e italianos nunca andou nos eixos; e não é só na Copa do Mundo. Desde o Império Romano, os dois bicudos não se beijam. Sobretudo porque os bem-sucedidos tedescos são de causar inveja e, para complicar a relação, a língua não ajuda.

Em mesas vizinhas na Cafeteria Gilli (de 1773), o jovem alemão pede um café, tendo à sua frente um idoso italiano consultando um dicionário de latim. Convenhamos, alguém estudando latim na Itália não é tão curioso. Mas o jovem era curioso:

“Perdão... mas por que o senhor está estudando latim, agora nesse estágio da vida?”

O ancião responde:

“Como você bem observou, estudo uma língua morta, à beira da morte, porque sou um homem prevenido. Quando partir desta para melhor, quero sentar num café celestial e falar perfeitamente o

idioma local. No Paraíso, todos falam latim: a Santíssima Trindade, os anjos e todos os santos”.

O jovem tedesco provoca:

“O inferno não seria outra possibilidade a se considerar?”

Irônico, o ancião completa:

“Considerando o infortúnio, estou preparado: falo fluentemente alemão!”

Anedotas à parte, *Viagem à Itália* mostra o encantamento de Goethe com a paisagem italiana, inclusive sua admiração pela cidade de Dante:

“Vê-se em Florença a riqueza do povo que a construiu. Acima de tudo, chama atenção o aspecto grandioso e belo que possuem as obras públicas na Toscana, as estradas, as pontes. Tudo aqui se reveste ao mesmo tempo de zelo e limpeza, utilidade e proveito aliam-se à graça, e em toda parte pode-se notar um vívido cuidado”.

Com seus croquis e aquarelas, Goethe voltou da Itália mudado até os ossos. Um guia lhe disse na Toscana:

“Por que o senhor pensa tanto? O homem não deve pensar jamais, pois, pensando, ele apenas envelhece”. E acrescentou: “O homem não deve prender-se a uma coisa só, porque, se o fizer, enlouquece; há de se ter mil coisas, uma confusão delas na cabeça”.

Depois dos primeiros meses de convivência com as exuberâncias dos italianos, o alemão escreveu aos amigos de casa:

“Pareço a mim mesmo uma pessoa totalmente diferente.

Ontem pensei comigo:

‘Ou você era louco antes ou tornou-se agora’.



VARGAS E O ESTADISTA



Por LÉO DE ALMEIDA NEVES

Somente um autêntico estadista escreveria de próprio punho, diariamente sobre a vida político-administrativa do país, desde a eclosão da Revolução de 30.

Escreveu ele no início do seu diário: **“Se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos da minha vida como quem escreve apenas para si mesmo e não para o público, teria um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua de experiência a consultar. Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventuroso”.**

E assim Getulio Vargas foi narrando de 03 de outubro de 1930 até 30 de setembro de 1942. Depois de sofrer em 1º de maio grave acidente de carro, interrompeu suas anotações e sentenciou: **“Dou por encerradas essas anotações. Por que continuá-las após tão longa interrupção. A revolta, o sofrimento também mudou muita coisa dentro de mim”.**

A Editora Siciliano e a Fundação Getulio Vargas publicaram os 14 cadernos manuscritos em dois volumes, com o título *Getulio Vargas Diário*, o primeiro com 575 páginas e o segundo com 682 páginas.

Com sua autoridade e patriotismo, Getulio Vargas assegurou a unidade territorial do Brasil. Em 1930, as polícias militares gaúchas, de São Paulo e de Minas Gerais eram poderosas militarmente, porque podiam importar livremente equipamentos bélicos. Vargas tirou-lhes a autonomia e submeteu-as ao comando do Exército nacional. Os

Hinos dos Estados eram cantados e cultuados acima do Hino Nacional e as bandeiras estaduais sobrepujavam a brasileira. Getulio promoveu a queima simbólica dessas bandeiras no Panteão da Pátria no Rio de Janeiro. Depois da redemocratização em 1945, os símbolos estaduais voltaram, mas sob a supremacia dos nacionais.

No seu primeiro mês de governo em novembro de 1930, Vargas instituiu o Ministério do Trabalho e passou a editar decretos-leis instituindo a legislação social e trabalhista, a Justiça do Trabalho, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1938.

O voto secreto, o direito de voto às mulheres, a Justiça Eleitoral tornaram-se realidade.

A multinacional Itabira Iron com imensas reservas de ferro em Minas Gerais foi nacionalizada e criada, em 1942, a Cia. Vale do Rio Doce.

Ao declarar guerra aos países do Eixo, Alemanha, Itália e Japão, Vargas acertou com o presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt o fornecimento de equipamentos e financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, fundamental para a emancipação econômica do Brasil.

A Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, a Intentona Comunista em 1935 liderada por Luiz Carlos Prestes, o Estado Novo de 1937, o ataque integralista ao Palácio Guanabara onde residiam Vargas e a família, são mencionados em detalhes nas **1.257 páginas dos dois livros que contêm o admirável diário de Getulio Vargas.**

Promoções de militares, mudança de Ministros, nomeação de Interventores nos Estados, enfim, toda a atividade governamental é minuciosamente contada nos diários de Getulio Vargas, **documento único na história Universal.**

Eleito presidente em 1950, Vargas criou o BNDES, o Banco do Nordeste e fundou a Petrobras.

Dia 24 de agosto de 2015 completam-se 61 anos do sacrifício extremo do inolvidável estadista, que deu um tiro no coração que

tanto amou o povo brasileiro e disse em sua Carta-Testamento: “Aos que pensam que me derrotaram, respondo com minha vitória.... Saio da vida para entrar na história”.



CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA



Por LÉO DE ALMEIDA NEVES



O povo brasileiro clama por um **basta à corrupção**, que seja considerada **crime hediondo**, que o dinheiro roubado seja confiscado aqui e no exterior, que corruptos e corruptores permaneçam presos, que a justiça seja acelerada nos julgamentos. **A Operação Lava Jato da Petrobras é um inesgotável mar de lama.**

Como já escrevi anteriormente, defendo providências preventivas radicais, mediante mudança Constitucional, acabando com o sigilo fiscal e bancário de todos os políticos e detentores de cargos nos três poderes: legislativo, executivo e judiciário, extensivo aos parentes até 3º grau. Idem aos servidores públicos dos três poderes. A maioria absoluta dos servidores é honrada e nada tem a temer. Os políticos honestos não se opõem.

O Ministério Público, a Polícia Federal e a Controladoria Geral da União (CGU) terão acesso irrestrito a essas contas, sem necessidade de ordem judicial, exigível atualmente. Casas de câmbio tem que ser rigorosamente fiscalizadas, com a prisão e condenação dos proprietários que processarem remessas ilegais de dinheiro para paraísos fiscais e bancos da Suíça e de outros países.

Simultaneamente, a Nação precisa de **Reforma Política Absoluta**, começando pela proibição de contribuições a Partidos e candidatos pelas **pessoas jurídicas**, como, aliás, o Supremo Tribunal Federal está aprovando por seis votos a zero representação da Ordem dos Advogados do Brasil com esse objetivo. A votação foi interrompida

por pedido de vistas do Ministro Gilmar Mendes, nomeado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que está retendo o processo há doze meses.

Ninguém mais aceita que candidatos a Presidente da República e a Governador tenham suas candidaturas financiadas por bancos, empreiteiras e fornecedores ao governo, que prefeitos façam campanhas eleitorais com dinheiro de empresas de ônibus e de firmas construtoras, que candidatos a deputado estadual e federal e ao Senado se enlameiem com esses mesmos tipos de doação.

Ao mesmo tempo, urge implantar regras para baratear as eleições. Atualmente, a maioria dos eleitos é de candidatos endinheirados pelos apoios recebidos. Pessoas idealistas e com espírito público raramente se elegem, e é notória a queda de qualidade dos legislativos federal e estaduais.

É bom lembrar que, na eleição de 1966, a primeira realizada após a implementação do regime militar em 1964, ficou proibida a intervenção de marqueteiros nos programas de rádio e televisão da Justiça Eleitoral. Imagens externas também eram vedadas. Proibiu-se o tele-prompter pelo qual o candidato lê na frente o que escreveram para ele. Nem apresentador profissional de programa era permitido. Os partidos indicavam às TVs e rádios quem falaria e ponto final. Em pleitos futuros, o regime militar piorou tudo pela Lei Falcão, em que os candidatos sequer falavam, sendo exibida apenas sua fotografia.

Peço licença para lembrar que nessa eleição de 1966, fui o deputado federal mais votado do MDB e o segundo no Estado entre todos os candidatos.

Agora, convém ser aprovado o voto misto Distrital, com metade dos eleitos pelo Distrito, e a outra por lista partidária, com a Justiça Eleitoral presidindo as Convenções, para evitar fraudes e a ditadura dos dirigentes partidários.

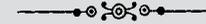
Coligações de partidos para o legislativo devem ser negadas e impõem-se a **Cláusula de Barreira**, exigindo percentual mínimo de

votos pelo menos em 11 Estados para acabar com a proliferação de partidos (30 no momento).

Ainda estamos em tempo de salvar a democracia no Brasil. “Deus é brasileiro” e apontará os melhores caminhos.



EM MEMÓRIA DE VALÉRIO HOERNER JÚNIOR



Por CLOTILDE DE LOURDES BRANCO GERMINIANI



A primeira notícia que tive da existência do Professor Doutor Valério Hoerner Júnior foi através da leitura de suas crônicas na coluna Histórias de Curitiba. Seu estilo claro e preciso demonstrando pleno conhecimento dos fatos relatados e sua habilidade em tornar a leitura agradável chamavam a atenção. Na seqüência, tive oportunidade de assistir a algumas de suas palestras sobre temas de História e observei que seguia, sempre, as mesmas características: precisão e clareza, acrescentando comentários inteligentes e mantendo o interesse do auditório.

O Professor Doutor Valério Hoerner Júnior nasceu em Curitiba em 29 de junho de 1943, sendo filho de Valério Kormann Hoerner e de dona Maria de Lourdes Correia Hoerner. Do lado materno vinha de uma ilustre família parnanguara sendo tetranelo de Manoel Antônio Pereira, último Capitão Mor e primeiro Prefeito de Paranaguá. Outro laço ilustre era seu bisavô, Doutor Leocádio José Correia, celebrado como médico humanitário e político parnanguara. O próprio Doutor Valério foi autor de uma festejada biografia do Doutor Leocádio Correia, que era, visceralmente, ligado aos kardecistas. Mesmo nos dias atuais ainda existem pessoas acreditando que, através de um medium, os pacientes seriam atendidos pelo Doutor Leocádio.

Nos cursos primário e ginásial, o menino Valério fez seus estudos com os irmãos maristas e, a seguir, foi aluno do curso clássico no Colégio Estadual do Paraná. Continuando sua formação, estudou na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo e no Rio de Janeiro e, na Universidade Federal do Paraná, fez o curso de Direito.

Seus conhecimentos na área jurídica, mais uma Especialização em Didática do Ensino Superior e um Mestrado em Educação o levaram a ser Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná tendo ministrado as disciplinas de Direito Romano, História do Direito, Filosofia do Direito, Ética e Linguagem Forense. Estando integrado aos quadros da Pontifícia Universidade Católica do Paraná dedicou-se a pesquisar a História da entidade publicando a instigante saga de uma Universidade que nasceu com um pequeno grupo de idealistas, crescendo e se expandido graças ao esforço conjunto de administradores, de professores e de funcionários. A História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná foi publicada em vários volumes com diferentes títulos. Adicionalmente, o Professor Valério publicou uma centena de biografias, relacionadas com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em opúsculos individualizados.

Em 1962, sendo um jovem estudante e querendo ganhar um pouco de dinheiro, Doutor Valério conseguiu trabalhar na redação da Gazeta do Povo. Pouco depois de iniciado o trabalho na Gazeta, foi destacado para cobrir o Fórum de Reitores. Rapidamente, conseguiu uma entrevista exclusiva com o Ministro da Educação e Cultura, Professor Doutor Darcy Ribeiro. A entrevista foi publicada na Gazeta do Povo e teve grande repercussão. A atividade jornalística foi intensa e publicou mais de 700 artigos ao longo de sua vida. Abordou, nas suas crônicas, muitos temas locais mas também comentava assuntos de interesse mais amplo. Paralelamente, publicou livros sendo muitos voltados para a História do Paraná. Suas publicações e suas palestras estavam apoiadas em sólidos conhecimentos e em pesquisas minuciosas.

As características de sua trajetória o levaram, estimulado pelos acadêmicos Leonardo Henke e Valfrido Pilotto, a se candidatar a uma vaga na Academia Paranaense de Letras. Na Academia foi o terceiro Ocupante da cadeira número 40, cujo Patrono é Cícero Marcondes França, o Fundador foi Generoso

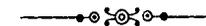
Borges de Macedo, o 1º Ocupante foi Ângelo Guarinello e o 2º Ocupante Alvir Rieseberg. O Professor Valério tomou posse em solenidade realizada em 19 de novembro de 1981, sendo saudado pelo Acadêmico Túlio Vargas. O novo acadêmico havia completado 38 anos sendo, portanto, extremamente jovem. O Acadêmico Valério foi muito ativo, exercendo diversas funções: foi secretário geral da Academia e, por duas vezes, vice-presidente da Academia.

Um dos talentos marcantes do Professor Valério era seu pendor para escrever biografias. São numerosas as biografias de sua autoria sempre resultantes de cuidadosa pesquisa e análise criteriosa dos dados existentes. Na Academia Paranaense de Letras usou esta predileção por biografias para estabelecer, junto com Túlio Vargas e Wilson Bóia, a Biobibliografia da Academia Paranaense de Letras.

Na própria página da Biobibliografia da Academia Paranaense de Letras em que estão publicados os dados fundamentais do Acadêmico Valério Hoerner Júnior, há uma referência à publicação de 37 títulos, sendo listadas muitas destas obras. Realmente uma produção respeitável.

Para quem conviveu com o Professor Valério, além da admiração por suas atividades, ficam as lembranças de uma pessoa íntegra, de um profissional extremamente educado e sempre disposto a auxiliar novos companheiros envolvidos nos mesmos ideais e interesses de trabalho.

Pode-se dizer que deixou muitos discípulos, seguidores de sua linha de conduta, entre seus alunos, entre seus companheiros nas diferentes sociedades culturais de que fez parte e entre seus confrades, dentro da Academia Paranaense de Letras. Na Academia sua presença será sempre lembrada com saudades e seus trabalhos respeitados por serem contribuições importantes para o conhecimento de nossa História.



NÃO RIO MAIS, AGORA EU CHORO...



Por ROBERTO MUGGIATI

Ia-se à praia impunemente, colhia-se tatuí para comer frito com caipirinha. Arrastão era um tipo de pesca, canção de festival ou meia feminina. Todo esse mundo ruiu.

Comemoro este mês 50 anos de Rio de Janeiro. Comemoro não é bem a palavra. Rememoro, com um travo de remorso. Cheguei aqui no dia do centenário da Batalha do Riachuelo, que a iniciante ditadura militar fazia questão de festejar, foi até feriado. Eu vinha de três anos no Serviço Brasileiro da BBC e fui logo trabalhar na revista “Manchete”. Morava no Leblon, pegava toda manhã o 433 (Barão de Drummond-Leblon) até a redação da Frei Caneca. Ao longo do caminho — Ipanema, Copacabana, Flamengo — o ônibus ia recolhendo colegas jornalistas e publicitários. Ninguém tinha carro, só os Bloch e o Justino Martins, diretor da “Manchete”, dono de um Karmann-Ghia estiloso em que só cabia um carona apertado. Éramos pobres, mas jovens e felizes. Eu morava na General Artigas, ao lado da padaria Rio-Lisboa. O Leblon, uma pequena aldeia, tinha um comércio suburbano — armarinhos, lavanderias, ferragens, barbeiros e manicures, estofadores, farmácias, botequins. Nada de shopping ou butique e a Dias Ferreira — com um La Mole inofensivo — ainda não se tornara o polo gastrointestinal do Rio de Janeiro. Havia boa comida no Real Astória, na Pizzaria Guanabara e nos novos bares-cabeça, o Alvaro’s e o Degrau. Na vizinha Ipanema faziam sucesso o Zeppelin e o Jangadeiro. O Helsingor — dinamarquês especializado em *smorgasbord* — e o pub inglês Lord Jim, com *cottage pie* e cerveja *bitter*, foram uma sensação nos anos 70.



Ia-se à praia impunemente, colhia-se tatuí para comer frito com caipirinha. À meia-noite do réveillon, alguns gatos pingados iam tranquilamente à orla de roupa branca celebrar Iemanjá. Arrastão era um tipo de pesca, canção de festival ou meia feminina. Todo esse mundo ruiu estrepitosamente algumas décadas atrás no “verão do arrastão”. Aconteceu de repente, num rutilante domingo de sol, céu azul e quarenta graus à sombra, com hordas de assaltantes ferindo impiedosamente velhos, crianças e grávidas.

A partir daí, a violência só fez crescer na cidade. Frequentador do Theatro Municipal, joia arquitetônica e templo da música, hoje vejo os elegantes cultores das sinfônicas europeias e dos solos de piano de Lang Lang e Keith Jarrett, saírem correndo antes do bis e disputarem a tapa o táxi que os leve ao teto salvador. Pouco tempo atrás, até que era chique ir ao Municipal de metrô. Os recentes arrastões noturnos em estações da Zona Sul, com os passageiros à completa mercê dos bandidos, desfizeram esse sonho de primeiro mundo.

Dois episódios recentes nos chocaram em particular. O da jovem Natália, de 27 anos, que em 15 dias teve um celular roubado, foi agredida por homofóbicos que, por seus cabelos curtos, a confundiram com um homossexual (quatro pontos na testa); e foi esfaqueada na mão e na barriga por um menino de 8 anos, apoiado por comparsas de 12 e 16. Natália vai deixar o Brasil para sempre.

O nadir nesta crônica da violência carioca foi a morte do cardiologista Jaime Gold na Lagoa. Os menores acusados do crime hediondo (as facadas cruéis, rascantes, evisceraram a vítima) fazem parte do “Coreto 155 do Jacarezinho”, um grupo de 20 jovens que se gaba nas redes sociais de “aterrorizar a Zona Sul.” Eles chegaram a postar no Facebook o logotipo do seu “bonde” exterminador: a foto de uma faca sobre um selim de bicicleta. Nem Goebbels seria tão criativo...

Já ouço pessoas pensando em se vingar à moda do Charles Bronson de “Desejo de matar”: você se faz de isca e, quando

o pivete aparece, faca em punho, você estoura os miolos dele com um 38 ou um 45. Um gesto de desespero diante da completa ausência de proteção nas ruas desta cidade, outrora maravilhosa.

Alguma coisa tem de ser feita. Não sei o quê. Mas tem que cortar fundo — como uma faca afiada — o tecido social. Ou então, num gesto meramente simbólico, vamos fazer um apelo final ao Redentor, que a tudo assiste de braços abertos, impotente, lá do alto. E salve-se quem puder...



QUATRO CENAS NO BELVEDERE DA VIDA



Por ROBERTO MUGGIATI

UM BIRD PERDIDO NA NOITE CURITIBANA, 1958

Saxofonista tenor que tocou com Miles Davis
desafina na João Negrão



Numa noite de sábado de setembro no Guairinha, ouvi a big band de Woody Hermann, o primeiro impacto jazzístico na nossa modesta urbe, graças à cortesia do Departamento de Estado norte-americano, que começava a usar o jazz como arma estratégica contra o comunismo. (Sim, vivíamos o auge da Guerra Fria, que afetava todo o planeta.) Naquela noite, vestido a rigor (smoking, black tie, etc.) fui ao baile das debutantes do Clube Curitibano com minha namorada, maravilhosa em seu vestido longo branco. Mal sabia eu, mas o Virmond agenciou o feito e garante que na Caverna Curitibana, no subsolo do mesmo prédio, o sax barítono Al Belletto e alguns de seus asseclas davam uma canja fabulosa com o grupo do trompetista italiano Beppi, que fazia a música do táxi-dancing local, com direito a roleta e tudo. No domingo, a orquestra de Woody Hermann fez uma desastrada apresentação na quadra de basquete do Atlético, enquanto um jogo de futebol se desenrolava no campo do Joaquim Américo – e desviava a atenção do pessoal, que acorria às janelas basculantes para ver a partida, enquanto Woody se esforçava para captar alguma atenção de um público sentado no duro assoalho de madeira da quadra de basquete.

Acabei me enturmado com o saxofonista tenor da banda, Jay Migliori. Ele chegou a gravar com Miles Davis e fez parte do supergrupo dedicado à música de Charlie Parker, Supersax, e com roqueiros do nível dos Beach Boys, The Byrds, Harry Nilsson, Neil Diamond, Neil Young e Frank Zappa. Na ocasião, com 27 anos, seu deus era Charlie Parker. “Onde é que eu posso tocar, em algum clube de Curitiba?” Nos arrastamos até o Moulin Rouge, clube de strip-tease que ficava em cima de um posto de gasolina na João Negrão. Ritualisticamente, Jay tirou o saxofone do estojo, enfiou o tondel no corpo do instrumento, ajeitando a palheta na boquilha, bateu com os pés um, dois, três, quatro, e lançou-se em Bluebird – que Parker gravara em 1947 com Miles Davis na Savoy.

A banda da casa simplesmente congelou. Não tinha cacife para acompanhar aquele tipo de música. Resignado, Jay Migliori enfiou o sax no saco. E partimos – dois perdidos numa noite suja – para o vazio transcendental da noite de domingo curitibana.

PARIS, 1960

Na missa de corpo presente de Vera Amado,

Clouzot chorou nos meus braços

Eu morava na Maison du Brésil, na Cité Universitaire de Paris. Outros jornalistas moravam no mesmo andar: Zuenir Ventura, meu colega bolsista no Centre de Formation de Journalistes, e Luís Edgar de Andrade, correspondente do Jornal do Brasil. Ativíssimo nas pautas e coberturas – sempre que passávamos pela porta do seu quarto ouvíamos o metralhar da Olivetti portátil – o Edgar nos dava dicas do que acontecia em Paris. No café da manhã da sexta-feira 16 de dezembro de 1960, ele nos avisou: “Às onze horas, missa de corpo

presente de Vera Amado Clouzot, na igreja Saint-Pierre-de-Chaillet.” Imediatamente peguei o metrô para a Avenue Marceau, uma daquelas vias monumentais que se irradiam do Arco do Triunfo, na Étoile.

Curiosa história a de Vera Gibson Amado, nascida no Rio em 30 de dezembro de 1912. Filha do diplomata Gilberto Amado, conheceu no Rio aos 27 anos o comediante Léo Lapara, da companhia de Louis Jouvet, em turnê pelo Brasil. Casou com ele, incorporou-se à trupe e chegou a Paris em 1944, no momento em que a cidade era libertada pelas tropas americanas. Em 1947, conheceu Henri-Georges Clouzot, que dirigia seu marido no filme *Quai des Orfèvres*/Crime em Paris. Amor à primeira vista – *coup de foudre* em francês. Casaram e, sob a direção de Clouzot, Vera fez três filmes, os dois primeiros beirando a obra-prima: *O salário do medo* (1953), *As diabólicas* (1955) e *Os espíões* (1957). Nos dois primeiros ela morre, no terceiro faz o papel de uma muda – a escolha dos papéis não chegava a parecer uma declaração de amor do marido. Pouco antes de completar 47 anos, o coração de Vera explodiu. Quando o cardiologista anunciou que Vera tinha os dias contados, Clouzot chegou a propor-lhe um pacto suicida.

A igreja estava repleta de celebridades do cinema francês. Num matutino do dia seguinte, eu saí na foto a poucos metros de Brigitte Bardot e de Françoise Arnoul, minhas musas dos filmes franceses no Cine Marabá, em Curitiba. O semanário ilustrado *Noir et Blanc* publicou uma página inteira: “AUX OBSÈQUES DE VERA CLOUZOT LES COMÉDIENS NE JOUAINT PLUS.” Numa das seis fotos, eu apareço atrás de Daniel Gelin, o grande ator que, depois do *Último Tango*, ficaria conhecido como “o pai da Maria Schneider.”

O corpo de Vera ficou no alto de um catafalco em lugar de destaque perto do altar, coberto por uma montanha de coroas de flores. (O corretor ortográfico substitui “catafalco” por “cadafalso”. Verifico no dicionário e vejo: “Catafalco: mesa aparatosa em que se coloca o féretro.”) Depois, o corpo de Vera seria sepultado numa cripta provisória na igreja, antes de ser enterrado no Cemitério de Montmartre. Típica dos anos 1930, a igreja se inspirou nas arquiteturas

bizantina e românica, mas com uma geometria e massa própria à era do cimento armado. Enquanto, naquele ambiente sacro e solene, estou respirando o mesmo metro cúbico de minhas musas, tudo bem... Mas, de repente, me vejo empurrado pela massa ao longo da nave da igreja, sem a menor chance de voltar atrás. E, de súbito, estou cara a cara com o monstro sagrado do cinema, Henri-Georges Clouzot, que estapeava seus atores para arrancar-lhes a melhor interpretação – naquele momento um homem em profundo sofrimento pela perda da mulher. Com os olhos marejados, Clouzot coloca em minha mão um aspersor de água benta, com o qual devo lançar algumas gotas sobre o corpo da defunta, eu repito o que vi fazer Charles Vanel, colocado à minha frente na fila dos cumprimentos. Clouzot agradece minha solidariedade, aperta-me num abraço forte, como se eu fosse seu amigo há décadas. Olho então bem fundo nos seus olhos e vejo ali uma culpa transcendental. Lembro o enredo de *Les diaboliques*: o marido trama com a amante um ardil para levar a mulher – cardiopata, como Vera – a sofrer uma pressão que seu coração não conseguirá suportar. O crime perfeito, por causas naturais. Na minha visão subversiva, concluo que Clouzot foi o culpado pela morte de Vera. Coitado dele, se arrastaria por mais 17 anos até morrer aos 69, depois de vários ataques do coração.



LONDRES, 1986

Com Elton John no mictório da Abadia de Westminster
ou
Como o IRA quase explodiu minha carcaça no Casamento Real

Em julho de 1986, renovando uma tradição que se estenderia de 1985 até 1988, fui cobrir para a revista *Manchete* o Festival de Jazz de Montreux, com minha mulher Lena, fotógrafa de mão cheia. A data era propícia para cobrir também, em Londres, o casamento do Príncipe Andrew com Sarah Ferguson. Não era exatamente um evento à altura das núpcias do Príncipe Charles com a fabulosa Diana, mas a igreja escolhida, a Abadia de Westminster, joia da arquitetura gótica construída em 1050, era um cenário mil vezes mais imponente do que a Catedral de São Paulo, do recentíssimo século 17 (para padrões britânicos), onde Charles e Diana se casaram.

A correspondente da Bloch em Londres era a gaúcha Marina Wodtke, casada com o diplomata Ricardo de Carvalho, filho do escritor José Cândido de Carvalho, autor do romance *O coronel e o lobisomem*. Eficientíssima, Marina conseguiu as devidas credenciais, para Lena, que fotografaria o tradicional beijo dos noivos na sacada do Palácio de Buckingham, e para mim, que, assistiria ao casamento no interior da Abadia de Westminster. O traje obrigatório, mesmo para jornalistas, era o fraque completo e cartola. Marina nos levou a uma loja que alugava roupas a rigor, na Charing Cross Road – a locação do fraque, por 24 horas, chegava a mais de cem libras, que nossa correspondente pagou na hora, com seu dinheiro, e a Bloch até hoje não a reembolsou.

Quarta-feira, 23 de julho, temperatura amena, manhã até um pouco fria para um carioca adotivo como eu. Como o frio exerce um efeito diurético sobre mim, resolvi fazer um pipi preventivo no WC da abadia. Ao entrar no imenso mictório quase vazio, dou de cara com uma figura exótica, envergando um fraque moderninho todo cinzento – nada menos do que Elton John, o roqueiro.

Terminada a longa cerimônia, de fraque e cartola, incorporei-me à multidão que tomava as ruas – fechadas ao tráfego de automóveis – e segui a maré humana em direção ao Palácio de Buckingham. O aparecimento da família real au grand complet na sacada do palácio e o beijo protocolar de Andrew e Sarah foram exatamente aquilo que já se previa. Quem brilhou, como sempre, foi a Rainha Mãe, que – com suas doses diárias de gim – só morreria em 2002, aos 101 anos. E também o Príncipe William, quatro anos, uma graça em roupinha de marinheiro.

O encontro com o bombástico Elton John levou-me a uma reflexão. Não era o único roqueiro amigo de Andrew e Fergie, que tinham um estilo de vida, digamos, nada monárquico. Achei que aquele casamento não ia muito longe e não demorou muito para que o meu prognóstico se cumprisse. Outra reflexão, bem mais séria, me assolou dias depois, ao ler nos jornais britânicos que o IRA – a Grã-Bretanha vivia então o auge do terrorismo – tinha tudo preparado para explodir a Abadia de Westminster na hora do casório. Somente graças a uma informação da contraespionagem britânica, na noite anterior à cerimônia, o plano do IRA foi desativado discretamente e o fato só foi divulgado dias depois. Pensei: por pouco, pouco, escapei de virar notícia...



RIO, 2007

O Gabo sempre teve uma frase para os amantes,
mas eu levei a coisa ao pé da letra...

Vivi, já nesse milênio, uma paixão avassaladora. A amada morava do outro lado do mundo e vinha de vez em quando ao Rio de Janeiro. Adotamos como mote do nosso caso desesperado as palavras finais de O amor nos tempos do cólera. Desejando navegar livremente pelo rio, sem parar em porto algum, Florentino Ariza manda o capitão içar a bandeira de quarentena do cólera. O capitão indaga:

- ¿Y hasta cuándo cree usted que podemos seguir en este ir y venir del carajo? – le preguntó.

Florentino Ariza tenía la respuesta preparada desde hacía cincuenta y tres años, siete meses y once días con sus noches.

- Toda la vida – dijo.

Querendo agradecer a moça, mandei confeccionar, numa loja de artigos náuticos no centro velho do Rio, uma bandeira amarela de quarentena, com a inscrição do nome do navio, *Nueva Fidelidad*. Quando ela voltou do outro lado do mundo, fui ao seu encontro com a exótica oferenda, antevendo já o jubiloso estandarte desfraldado na parede principal de sua casa.

– Mas o que vou fazer com isso, Beto? – perguntou ela. – Esqueceu que sou casada?

Essa pequena fábula mostra o poder das palavras do velho Gabo e como – mais do que com mera literatura – ele mexeu com a própria vida das pessoas.

A morte, quase sempre, dá a medida da importância de uma pessoa. A mídia cedeu espaços generosos a Gabriel García Márquez, os obituários enalteciam seus dotes literários, lembraram o encantamento de seus romances e destacaram a riqueza de sua complexa personalidade. Em seu livro de memórias *Viver para contar*, Gabo afirma: “A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente

recorda, e como recorda para contá-la." Voltando ao episódio final de O amor nos tempos do cólera, transcrevo o sentimento do capitão quando percebe toda a grandeza da paixão de Florentino Ariza, "su dominio invencible, su amor impávido, y lo asustó la sospecha tardía de que es la vida, más que la muerte, la que no tiene limites."

A vida de Gabriel García Márquez, mais do que a sua morte, é a que não tem limites.



DICAS (SINGELAS) DE LINGUAGEM FORENSE



Por ALBINO DE BRITO FREIRE

1. *Chassi, croqui e sursis*. As três palavras derivam do francês. Por que, então, as duas primeiras foram adaptadas ao português e a terceira, não? *Sursis*, que significa suspensão condicional da pena, poderia, segundo Napoleão Mendes de Almeida, virar *sursi*, fazendo o plural "sursis". *Chassi*, no singular, faz plural "chasis". *Croqui*, no singular, faz plural *croquis*.

2. "Dois carros bateram na Rua XV." É assim que a gente lê e escuta no rádio e na TV. O correto é: "Dois carros se bateram..." ou "Dois carros se chocaram..."

3. *Dossiê* = (do francês *dossier*) = conjunto de documentos que revelam a vida de um ou mais indivíduos.

4. "Nomeia seus bastante procuradores." Errado. "Bastante" é adjetivo, nesse caso, e deve, assim, concordar com o substantivo a que se refere (procuradores). Logo, deve-se dizer: "Nomeia seus bastantes procuradores."

5. "A atuação da defesa deixou muito à *desejar*." O problema está no acento grave indevido no "a", antes do infinitivo. O certo é: ... *a desejar, a recorrer, a partir* (sem acento grave).

6. "Bilis" ou "bile"? Ambas as formas são corretas. Diz-se também "fel", na linguagem popular.

7. “Sentença vergastada”. Muitos juristas usam essa expressão para designar “sentença recorrida”. Não tem sentido. *Vergastar* significa açoitar com vara verde (flexível)... A sentença estaria sendo “açoitada com vara verde”... A propósito, é bom não esquecer que a Justiça é instrumento de pacificação social. Assim, não é de bom tom usar termos bélicos para referir-se a institutos e procedimentos jurídicos, como: *guerrear*, *hostilizar*, *vergastar*, *contender*, *conflitar* etc. Se a moda pega, vamos transformar o Tribunal em campo de batalha, talvez na “Magna Praça de Duelos e Outros Combates”...

8. *Modus agendi* (= modo de agir) é uma forma estereotipada, usada normalmente no singular. O plural seria *modi agendi*, mas soa esquisito. Se for preciso usar o plural, faça-o em bom português: “os diversos modos de agir”. Temos também a forma latina *modus operandi*, com o mesmo sentido, ou quase.

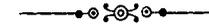
9. *Pseudofalências*. Ouvimos na TV: pseudas falências... Ora, *pseudo* é um prefixo e, portanto, inalterável. E usa-se hífen somente quando o vocábulo a que se liga iniciar pela vogal “o”, ou por “h”. Ex.: *pseudo-occipital*, *pseudo-homem*. Sem hífen: *pseudobispo*, *pseudofobia*, *pseudorrainha*, *pseudossatélite*.

10. *Higidez e rigidez*. Não confundir: *higidez* é qualidade de hígido (sadio); *rigidez* é qualidade de rígido (rijo, duro).

11. a) *Indigitado* = apontado, indicado.
b) *Avaro* = (pronuncie “aváro”) = avarento, o popular “unha de fome”.

12. “O bandido *possue* uma cobertura em São Paulo.” O certo é “*possui*” (com “i”).

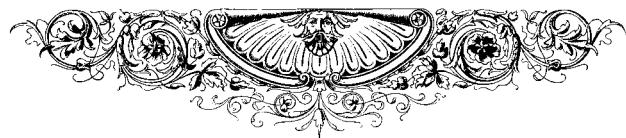
13. “O réu namorava *com* uma loira, fazia dois anos.” O verbo *namorar* é transitivo direto: *namorar alguém*. Mas, apesar da resistência dos puristas, alguns escritores entendem que a forma “namorar com” é moldada em “casar com” e “noivar com” e, por isso, legítima. De qualquer modo, desaconselhamos o uso dessa última regência fora do âmbito coloquial.



LEIS RABUDAS, JABUTIS E OUTRAS MARACUTAIAS



Por ALBINO DE BRITO FREIRE



Li, dia desses, no jornal A Gazeta do Povo, na coluna Opinião, interessante matéria sob o título “O ‘jabuti’ do shopping”. Um texto comedido e adequado que se referia ao caso como uma forma pouco condizente com a transparência que se espera do Poder Legislativo.

Aos fatos. Há muito tempo, quando ainda revisor de debates do Parlamento, lá em Avilã, meu amigo Rogê, hoje insigne diplomata daquele reino, não conseguia disfarçar sua indignação, cada vez que se deparava com uma... - como era mesmo que se dizia na época? - “lei rabuda”. Ele não se continha. Na mesma hora, levava ao conhecimento do Presidente da Assembleia qualquer ignóbil tentativa de burlar a vigilância dos deputados, naquele expediente específico, em que o título e os artigos iniciais do projeto de lei referiam-se a uma coisa, um assunto de certa importância social, mas um outro artigo, bem lá no final, ou seja, na “cauda” do mandamento legal, introduzia, encaixava sub-repticiamente uma excrescência qualquer, como, por exemplo, a criação de cargos em determinado órgão público, enfim, privilégios inadmissíveis num sistema jurídico em que a decência e a ética deviam prevalecer. Ora, senhor Presidente, deve haver um engano aqui do autor do projeto! Sim, era preciso dar um jeito naquilo, proclamava solenemente Sua Excelência. Mas, depois de algum tempo, voltava o projeto de lei, “ipsis litteris virgulisque” (com as mesmas letras e vírgulas), agora com o cuidado de ser distribuído para outro revisor, que fosse um pouco menos rigoroso e um pouco mais distraído que nosso Rogê.

Pois bem. O tempo passou. Aquele vergonhoso expediente mudou de nome, ao que parece. Hoje se chama “jabuti”, não sei por

quê. Mas, lá nas longínquas plagas de Avilã, a prática das maracutaiais continua a mesma. Não, a mesma, não! Piorou muito. Antigamente, conta-me Rogê, as “leis rabudas” acarretavam prejuízos quase insignificantes à nação, não fosse a manobra desprezível urdida justamente pelo órgão que pretende ser o pilar do sistema democrático. Democrático? Hoje, relata-me Rogê, com uma indignação infinita, faz-se um “jabuti” do tamanho de três anexos ao prédio original do Parlamento, para poder abrigar mais de 18 mil funcionários, com seus mais de 500 deputados. Isso tudo, ao custo de um bilhão(!) de dracmas (moeda deles), numa época de vacas magras, em que falta dinheiro para saúde, educação, segurança e... para tudo o mais!

Eu fico imaginando, dizia-me Rogê, que essa classe política de meu país (Avilã) perdeu totalmente a vergonha e o medo de uma revolução popular, tal como já aconteceu outrora, em países civilizados, onde déspotas corruptos foram depostos e tiveram as cabeças decepadas. Ora, se eles, apesar de verem as instituições, já desacreditadas, ser alvo de investigações, enquanto políticos e empresários estão trancafiados na cadeia, e, mesmo assim, mostraram-se de tal modo atrevidos e resolutos, em seus propósitos de malfeitos e rapinagem... ah! é porque já perderam, sim, qualquer resquício de medo e pudor.

Pois bem. Aqui do meu modestíssimo canto, fico matutando comigo mesmo: pobre Rogê! Como deve estar mesmo revoltado contra os políticos avilões, e indignado com essas práticas abomináveis, com essa política rasteira que lá se pratica! Ainda bem que tais mazelas não acontecem nestas plagas tupiniquins! Que Deus nos livre e guarde... delas! E deles!



O INVENTÁRIO DOS ESPELHOS



Por GUIDO VIARO

“São pedaços de morte e vida entrelaçados como no tricô.” O velho disse isso olhando-se no espelho e depois foi deitar no sofá da sala. Não demorou muito para que a imagem de seu ronco refletisse, a boca abria-se procurando ar, o silêncio era interrompido por um grito animalesco. Depois de alguns minutos ele era acordado pelo próprio barulho que fazia. Punha o chapéu e ia tratar dos assuntos da fazenda. As crianças aproveitavam a sala para fazerem as lições de casa, o espelho as distraía, caretas, aparições bruscas para assustar os outros, elegiam com as imagens refletidas qual era a mais bela das meninas.

A mulher deprimida usava o espelho em silêncio, quando todos dormiam, apagava as luzes e tentava encontrar seu rosto dentro das sombras.

As manhãs refletidas tinham o brilho dos castelos de Corot, os olhos vindos da noite guardavam uma inocência que não distinguia os homens de suas imagens. A crosta dourada dos pães era repartida entre mãos feitas de carne e ossos e outras de luz.

Mas havia fraturas expostas. A pele familiar fora rasgada pela morte da mãe e depressão da filha. O filho não herdara a energia do pai, ajudava na fazenda e culpava-se pela distância que mantinha de seus três filhos, que quando vinham visitá-lo, divertiam-se com as primas de idades parecidas. O patriarca, secretamente, culpava-se por não haver sido rígido o suficiente, ou talvez, tê-lo sido em demasia. As duas árvores que plantara cresciam sem vigor, galhos frágeis que não pareciam suficientes para sustentar os frutos que geraram. Aos olhos do avô as crianças careciam de limites, eram argila bruta, que

pela inépcia dos pais, começava a solidificar sem construir formas nem belas nem úteis.

Após o jantar, o velho gostava de jogar paciência, a filha retirava a toalha e o pai espalhava as cartas na grande prancha de madeira escura. Enquanto formava as sequências que começavam no Ás e terminavam no Rei, ele deixava pensamentos flutuarem, e descobria equivalências entre materiais muito distintos. Encontrava amores odiosos e vários pares de opostos, mas conseguia perceber semelhanças entre as recordações de seus desejos sexuais e o gosto pelo jogo de baralho, também descobriu parentesco entre a tábua da mesa onde espalhava as cartas e o caixão de sua mãe. Assim como, a presença ou ausência de uma determinada carta, indicava as possibilidades da próxima, percebeu que cada pessoa, objeto ou sentimento, arrastava consigo uma corrente que o atava a outro, e que por mais diferente que fosse, complementava sua imagem. Promoveu um encontro entre um sapo verde e uma grande taça de sorvete de morango, permitiu que um vento sorridente secasse todas as lágrimas antes que pudessem escorrer, atravessou uma viela imaginativa com tráfico intenso de caminhões de olhos azuis carregados com gorilas feitos de bambu. Durante sessenta anos escondeu-se embaixo dos cobertores de um casal, de nariz e olhos atentos percebia como músculos e curvas eram gradualmente substituídos por ossos pontudos e cheiros azedos. Descobriu o minguar dos desejos e o respectivo e proporcional aumento da quantidade de veias amarelas ao redor da íris. Dentro das pupilas encontrou almas que envelhecem, e depois, reconheceu-se: consciência deteriorada que evita pisar as fendas que aos outros aconselha como caminho seguro.

A filha, mulher que perdeu seus açúcares, olha para as cartas esparramadas sobre a mesa e para as cadeiras vazias, o silêncio refletia as tonalidades cinza e cobre, dois passos ociosos sobre madeiras crivadas de memória antes de recolher o baralho, mesmo com as janelas fechadas a impressão era de que as cartas seriam a qualquer

momento varridas pelo vento. Ao cruzar com o espelho, por um instante tem a impressão de enxergar o pai, é com o coração ainda gelado que reconhece a própria figura. A sólida cadeira estofada serve de alívio para o corpo, a imagem refletida é intempérie, desvia olhares, encontra bibelôs pendurados, papel de parede descascado, garrafas de cristal cheias de líquidos coloridos, um relógio que desde sua infância marca o mesmo horário. Junta as cartas, oito de copas, três de paus, poderia existir uma lógica que explicasse as leis do baralho e desse sentido a cada carta e a posição que ocupava em todas as partidas. No alto da parede encontra o retrato desbotado de seu pai quando criança, o sorriso de grande pureza começava a ser corroído pelas imperfeições do papel, ao lado, uma fotografia ainda colorida do casamento de sua filha mais velha. Um suspiro, os dedos tocam as teclas de um piano que não existe. O som seco de madeira batendo em madeira alerta para uma janela aberta, antes de fechá-la percebe como o mato invadiu os canteiros de flores e as cercas caídas estavam com cor de barro. “As propriedades também envelhecem”, assoprou essas palavras contra o muro do silêncio, mas elas não sobreviveram. A cadeira de balanço trouxe-lhe o movimento de que precisava, dali assistiu à brisa balançando o retrato de seu irmão suicida. Havia se esquecido de como ele se parecia com o pai. Os gritos de culpa brilharam dentro de uma escuridão incômoda, “inútil”, “fracassado”, depois relaxaram seus músculos das mãos. As cartas esparramaram-se pelo chão.

O acaso encarregou-se de formular uma sequência de números e naipes. Seria esse o códice secreto que mantém unidos os pedaços do mundo, ou que revela a maneira secreta como se emendam as ilusões? Abandonou seu pai e irmão espalhados em naipes.

O grande espelho estático oferecia-lhe todas as temeridades, inclusive as prazenteiras, era o lago profundo chamando a criança que não sabe nadar. As bolsas sob os olhos e os cabelos cada dia mais acinzentados pediam pelo risco, nunca experimentado, aquele era o

momento mágico descrito nos contos de fada e depois, ao longo da vida, sempre contado de maneira entusiasta pelas amigas, que lhe garantiam que “aquilo era viver”, coisa que ela sempre fora deixando para trás, e guardando alguns arrependimentos. Agora chegara sua vez, pelo menos por uma vez na vida experimentaria a fricção entre o mundo e sua própria vida. Ela percebeu a importância do momento, fechou os olhos e só os abriu quando eles transbordavam de lágrimas.

Renunciaria ao prêmio que a vida lhe oferecia. Escolheu a certeza da rotina e das longas noites de sono. Foi deitar-se em seu quarto, que a qualquer hora do dia permanecia escuro.

A sala vazia era vítima e testemunha, o sol condenava o ambiente a suas cores, e todas as tardes fazia com que uma bandeja de prata desafiasse o espelho a um jogo de reflexos tão perecível quanto a felicidade. Depois, o silêncio mastigava qualquer movimento. Antes da chegada da noite, o contorno dos móveis ou os desenhos do tapete perdiam certezas e poderiam tanto existir quanto estarem sendo sonhados.

O espelho espera, com a paciência de um oceano, plácido como olhos sem vida, pela volta do movimento, que uma das gerações adormecidas pelo sono, pela morte ou pelo não nascimento, possa despertar, para depois refletir.



DISCURSO PARA RECEBER O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE CURITIBA



Por PAULO TORRES

Saúdo ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta casa, Sr. Ailton Araújo. Saúdo igualmente a Excelentíssima Sra. Vereadora Julieta Reis, proponente dessa titulação.

Desejo através de vossas ilustres pessoas saudar também aos digníssimos senhores e senhoras que compõem esta mesa e a todas as autoridades aqui presentes, já nomeadas.

Saúdo a todos vocês meus parentes e amigos que vieram me honrar com sua companhia e em especial, aos colegas músicos que com tanta sensibilidade abrilhantaram este momento tão especial.

Boa noite a todos!

Sejam minhas palavras iniciais, e extratexto, de pleno agradecimento às belas palavras com que fui saudado pela Sra. Vereadora Julieta Reis em nome da Câmara Municipal de Curitiba. Agradeço a vossa iniciativa de sugerir meu nome para receber esta homenagem, a qual teve o apoio de todos os parlamentares desta casa. Obrigado, muito obrigado, Vereadora Julieta Reis! Obrigado igualmente, senhoras e senhores vereadores!

Hoje é um momento muito especial na minha trajetória de vida e gostaria igualmente de fazer alguns outros importantes agradecimentos, pois como dizia William Shakespeare: “A gratidão é o único tesouro dos humildes”.

Quero agradecer a Deus, Aquele que é o Autor de toda a verdade e sabedoria, pois todo conceito brilhante, todo pensamento

de sabedoria, toda a capacidade e talento dado aos homens, é dom de Deus. Deus é quem dá os talentos e as faculdades mentais; nós formamos o caráter.

Ao mesmo tempo em que agradeço a Deus, dedico esta conquista aos meus pais: Capitão Eduardo Albuquerque Torres Pereira, e a minha mãe, Carolina da Graça Torres Pereira, exemplos de pessoas honradas e que me deixaram a maior das riquezas: a educação e a honradez. Meu pai não está mais aqui entre nós, mas sua imagem percorre os meus conceitos. Ele habita em mim com sua tenra expressão de gentileza. Além de militar foi músico, poeta, jornalista e vereador em Castro/PR. Combatente veterano condecorado com a “Medalha de Guerra”, a qual trago orgulhosamente para lhes mostrar nesta noite. Ele me legou os atributos do respeito pelas pessoas, da humildade, da generosidade, da paixão pelo trabalho, do saber ouvir e da gratidão. Sua memória é um norte em minha vida.

A minha mãe, Carolina da Graça Torres Pereira, expressei toda a gratidão por ter feito de mim um cidadão melhor, com seus ensinamentos preciosos de paciência, liderança, honestidade, lealdade, fé em Deus e solidariedade. Soube compreender as minhas escolhas e aplaudir minhas decisões. Minha mãe ajudou-me imensamente com a minha decisão de tornar-se um músico. Sua insistência e apoio foram fundamentais. Obrigado, querida mãe! Muito obrigado! Te amo!

Agradeço a minha querida esposa, Eliseane Kretechemer. Não consigo me imaginar sem você ao meu lado. Não consigo me ver com este título se não fosse sua contribuição ao meu, ou melhor, ao nosso sucesso. Em nossa homenagem escolhi esta data, pois hoje, 01 de abril, comemoramos 13 anos de casados. (Acreditem, alguns convidados não foram ao nosso casamento pois acharam que era brincadeira)

Aos meus maravilhosos filhos, Daniella Christina, Gabriella Carolina, Bella Kern, Paulo Eduardo e Anne Elise, dedico este título,

como exemplo para que sigam o caminho do estudo e do trabalho com a mesma determinação deste pai que muito os ama.

A meus irmãos e irmãs, que sempre estiveram comigo, nos bons e nos maus momentos, que sempre me apoiaram em minhas decisões e determinações, Luiz Eduardo, Otávio, Iara Raquel, Leila Regina e Elvira. Meus sinceros agradecimentos por todo o carinho que sempre me destinaram.

Como músico e professor, já recebi inúmeras honrarias e títulos, mas este representa o ponto mais alto do exercício de minha cidadania e certamente merecerá um lugar de honra em meu currículo.

É com indistigável emoção que compareço a esta casa, expressão política da vontade do povo desta capital, para receber o honroso título de **Cidadão Honorário de Curitiba**, cidade aonde há 55 anos cheguei para reiniciar a vida, que mal havia começado em minha pequenina terra natal que ainda me traz as primeiras recordações da infância: Castro, no interior do Estado do Paraná.

De lá saí com apenas cinco anos de idade, pela mão de meus pais e na companhia de meus irmãos, sem saber o que o destino me reservava, mas confiante de que tudo seria melhor no novo lar, a capital do Estado.

O ano era 1960, e essa viagem ao encontro do futuro foi uma experiência extraordinária, da qual eu tiraria as primeiras lições de vida para chegar até aqui, quase 40 anos depois, e receber este título do povo de Curitiba.

Senhoras e Senhores; meus amigos, colegas e colaboradores, quero, neste momento solene e de tanta emoção, proclamar meu amor por esta maravilhosa cidade.

Sei que o título de cidadão honorário que recebo esta noite é uma espécie de retribuição da cidade ao filho querido, que a ela dedica os melhores esforços pessoais e profissionais há quase quatro décadas. Estou emocionado e honrado por esse reconhecimento, o qual humildemente reconheço não ser merecedor.

Ser cidadão é respeitar as decisões da sociedade e delas participar para melhorar a própria vida e a de outras pessoas. Honorário é aquele que tem honra; é aquele que desempenha cargo sem receber proventos. Aceito, pois, esse título e o encargo que dele deriva.

Minhas senhoras e meus senhores, ao me tornar cidadão honorário de Curitiba, cidade que o destino escolheu para me fazer o homem, o professor, o músico, o esposo e o pai que sou hoje, estou convencido de que minha missão é levar esperança, entusiasmo, disciplina e amor através da música a todos aqueles que me cercam. E quão gratificante isto é. Jamais poderei esquecer as palavras de um senhor de idade que estava hospitalizado devido ao câncer. Quando terminei de tocar para ele e lhe desejei que Deus permanecesse em sua companhia, lágrimas rolaram pela sua face enquanto ele me respondia: “Deus acabou de me fazer uma visita”.

Esta cidade, meus queridos amigos e queridas amigas, conforme pesquisa recente, oferece a melhor qualidade de vida entre mais de cinco mil municípios do país. Em minha humilde avaliação, Curitiba ainda é a melhor cidade do Brasil para se viver. Aportei na terra que se desenvolveu igualmente em torno do saber, do aprendizado e da cultura. Disse alguém certa vez: “Curitiba é uma cidade tão boa, mas tão boa que até o inverno vem passar o verão aqui”!

Nesta cidade linda e amorosa, da terra de Guairacá, comecei a trabalhar, constituí família, fiz minha carreira profissional e muitos amigos, que, como eu, vinham dos mais diferentes lugares. Assim, fui absorvendo e sendo absorvido por Curitiba, por uma paixão que me seduzia e me repelia, fazendo de mim um corpo a mais numa massa de gente, ferro e vida.

Desde que cheguei, estive integrado a esta sociedade. Meus esforços confluíam para me tornar o que eu esperava ser: um cidadão participante nesta Curitiba profunda, com suas metamorfoses materiais e imateriais, com valores rompidos e construídos novamente, em um moto-contínuo de cinzas e renascimento.

Eis meu encantamento maior com Curitiba, sua força motriz: a tensão permanente entre o novo e o velho, o centro e a periferia, o claro e o escuro. Todos os espaços misturados em todos os tempos que as horas persistentes não conseguem segurar. Vidas e momentos que nenhuma camada nova de asfalto consegue encobrir.

Diante disso, não foi difícil guiar meu trabalho para o encontro com essa diversidade e esse antagonismo. A cultura curitibana se ergue numa pluralidade que propõe o contraditório. O próprio mundo, que se tornou globalizado, já foi absorvido por Curitiba em sua gastronomia, nas línguas faladas nas ruas, nos bares, na moda vestindo homens e mulheres.

Numa conquista cotidiana e árdua, que a cidade exige de todos, dirigi minhas buscas profissionais no sentido de abarcar tanta riqueza. Inicialmente a Universidade Federal do Paraná e posteriormente a Pontifícia Universidade Católica do Paraná proporcionaram instrumentos para que pudéssemos unir a vanguarda e a tradição, para que desenvolvêssemos um trabalho de educação permanente no incentivo à tolerância, no combate ao preconceito – nas suas mais diversas formas –, no fomento às expressões artísticas, no esforço pela melhoria da qualidade de vida dos músicos e artistas e seus familiares nesta grande cidade.

Poderia parecer utópico. Mas sigo meus propósitos e procuro transmitir a todos aqueles com quem trabalho, este sentimento de responsabilidade social.

Digo isso, pois meu trabalho não é isolado. O grupo de colegas formado também pela Orquestra Sinfônica do Paraná e pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná faz com que suas ações, nos mais variados campos – atividades artísticas, educacionais e sociais – possam se desenvolver apontando para uma sociedade mais consciente de seu papel no mundo e para uma vida mais digna.

Curitiba é um amor incondicional. Sua gente, suas ruas e prédios circulam por minhas veias como os automóveis de luzes acesas

invadem as avenidas. É a prova dos paradoxos das paixões. Povoado de misérias e riquezas, degradação e novidades, é um estranho desenho de repulsa e atração, um afagar de criança e um jogo de xadrez com a morte, onde já fui assaltado a mão armada três vezes.

Perder-se nessa gama de possibilidades humanas é imperativo para amar esta cidade. E eu, sinceramente, a amo. É o local onde tenho construído minha vida. E o lugar onde se vive o melhor, é o lugar escolhido como o melhor para a minha vida.

Tenho, para mim, a busca permanente da perfeição e sinto-me, neste momento indecifrável, pleno, atuando no campo no qual está o melhor a ser feito: melhor lugar para se fazer, cercado dos melhores companheiros.

Definir Curitiba, seria quase impossível. Não sou eu que vou fazê-lo. Contento-me em ser um cidadão curitibano. Parte de todas as partes, tentando tornar-me único.

Se hoje recebo este título, é porque um trabalho em conjunto vem se avultando em coesão e se desenvolvendo dentro de uma filosofia que prima pelo poético tanto quanto pelo prosaico. Um trabalho que não mede seus esforços para alargar seus horizontes a uma cultura para a paz.

É com orgulho que recebo este título de cidadão curitibano. Tal condição nunca foi por mim imaginada. Curitiba é o lugar onde nasceram minha esposa e minhas filhas, com exceção da Gabriella que nasceu nos Estados Unidos da América do Norte. Aportei em plena terra de Curitiba, aqui fixei raiz. Curitiba hoje, é minha âncora, meu lar. Estou em Curitiba há 23 anos, e aqui espero, se Deus assim o desejar, ficar até meus últimos dias de vida. Aqui exerço minhas atividades. Aqui pretendo continuar a exercer meu talento de músico e professor.

Por oportuno, como Cidadão Honorário de Curitiba, gostaria de pedir a Deus as mesmas e as únicas coisas que solicito em minhas orações e preces: que tenha sabedoria para resolver todos os problemas com que me depare; que não cometa injustiças; que possa

levar sucesso e felicidade a todos aqueles que convivem comigo e têm apreço por mim!

E para fechar o ciclo de minhas palavras, faço da poesia de *Ciro Silva* e música de meu tio-avô *Bento Mossurunga*, filhos e amantes desta cidade, as cortinas que sempre estarão abertas a este espetáculo:

CURITIBA

Cidade linda e amorosa da terra de Guairacá.
 Jardim luz, cheio de rosa, Capital do Paraná.
 Pela ridente paisagem, pela riqueza que encerra,
 Curitiba tem a imagem dum paraíso na terra.
 Viver nela é um privilégio que goza quem nela está.
 Jardim luz, cheio de rosa, Capital do Paraná.
 Pérola deste planalto toda faceira e bonita.
 Na riqueza e na opulência vive, resplande, palpita
 Subindo pela colina Altiva sempre será.
 Jardim luz cheio de rosa, Coração do Paraná.
 Salve! Cidade querida glória de heróis fundadores.
 Curitiba, linda joia feita de luz e de flores.

Muito obrigado!



A POESIA EM UMA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN



No propósito de participar da Revista da Academia com uma poesia, surpreendi-me ao receber, pela Internet, uma dissertação de mestrado, como um presente.

Com um texto de noventa páginas, e estudos detalhados de trinta poemas, o estudo apresentado é uma pesquisa na área de Linguagem Literária e Interfaces Sociais.

Tendo sido comunicada, em 2013, pela Professora Vanessa Micheli Faraom Zanesco, que ela escolhera as poesias do livro *Jogo de Luz*, da minha autoria, para assunto da dissertação do seu mestrado, fiquei, no momento, muito sensibilizada. Em algumas informações, a professora me comunicou a sua grande emoção ao trabalhar com os poemas que escolhera para seu estudo.

Neste momento, ao receber cópia da dissertação, entre a surpresa e a felicidade, foi muito encantador tomar conhecimento da construção do texto literário que, estudando a poesia, é em si mesmo a própria poesia.

Trabalho de belíssima e cuidadosa apresentação, o estudo de cada poema é ilustrado com uma tela de artista notável, que leva a sensibilidade do leitor a voltar à poesia, num complemento de compreensão entre as artes, em uma visão contemporânea de que os saberes se inter-relacionam, quando conhecimentos novos recaem sobre os já compreendidos e assimilados. (Edgard Morin)

Sendo a poesia estudada, um jogo textual entre metáforas, o tratamento literário adotado pela mestrandia desvela, além disso,

a relevância social e histórica que o estudo da poesia, elevado à conhecimento poético, desempenha na evolução da sociedade.

Na continuidade da leitura, pressupostos, passado e presente se interligam. Cabem aqui as considerações da mestranda:

“A maioria dos poemas analisados na dissertação refere-se à temática e às investigações nela discutidas, e seguem em um campo onde ainda não havia nenhum estudo de tais poemas, uma vez que a obra em estudo, e também a poeta sua autora, não têm sua produção divulgada nos meios acadêmicos e permanece ainda pouco reconhecida no panorama atual da literatura paranaense e brasileira. É também pouco reconhecida a importância dos estudos que envolvem análises de textos em verso. Assim é de se considerar a importância de tal dissertação como início de novos estudos.”

Para melhor sentir a importância enunciada, transcrevo a análise de um dos poemas, **“no qual imagens e lembranças, ganham um contorno romântico e melódico,**

TEMPOS DE OUTRORA

Danças silhuetas antigas
 No casarão secular.
 Brilhando por entre a poeira
 Pontos de luzes e cores
 Guardam lembranças etéreas:
 Sons da mazurca ligeira,
 Mãos a fremir que se tocam
 E um leve roçar de lábios.
 A volúpia da paixão
 No rodopio da valsa.

“O tom melódico do poema traz para os versos (...) um sentido suave, o eu poético revela uma sequência de imagens, dança e paixão. O primeiro verso (Dançam silhuetas antigas) une-se aos “Sons da mazurca ligeira”, dança tradicional de origem polonesa que forma figuras e desenhos diferentes, demonstrando uma cultura seguida por aqueles que dançam esse ritmo. O rememorar da paixão fica claro nos versos..” [...]

“Mãos a fremir que se tocam / E um leve roçar de lábios”, palavras que revelam o estado de espírito do eu poético que está envolvido pelo momento de saudade. A recordação é a forma fluida do sujeito poético que organiza e reorganiza as memórias num tecer entre passado (lembranças) e presente (novas experiências, novos olhares), e ao revivê-las já não estão apenas guardadas na memória, mas são atualizadas pelos sentimentos e experiências atuais. A memória se tornou um baú vivo de imagens que reportam ao passado e são revivificadas no presente:[...] para ter a impressão que duramos – impressão sempre singularmente imprecisa – precisamos substituir nossas recordações, como os acontecimentos reais, num meio de esperança ou de inquietação, numa ondulação dialética. Não há recordação sem esse tremor do tempo, sem esse frêmito afetivo. (BACHELARD, 1988a, 37/38).

“ A memória exposta nos versos justinianos é abrigo das experiências e das recordações, é o recipiente em que estão trancafiadas as mais diversas sensações, os mais diferentes cheiros, os mais contraditórios desejos. Através da memória o eu poético presentifica e eterniza o passado que se encontra diluído em suas recordações, e a partir do papel essencial da memória faz repensar sua condição enquanto ser que busca a transcendência.”

Essa relação das recordações, da imaginação simbólica e das imagens são construídas nos poemas, a memória nos reporta a tempos que

já se passaram e a nostalgia também se torna recorrente nos versos justinianos.”

[ZANESCO. V.M.F. Obra analisada:

[A poesia de Chloris Casagrande Justen: um caleidoscópio de imagens e memórias].

Retorno à minha leitura da Dissertação e, assumo a realidade que se impõe: estas considerações são, mais do que um presente, uma homenagem incomensurável.

Tão importante esta Dissertação para a compreensão literária contemporânea, que abandonei minha idéia de contribuir com uma poesia à Revista e trouxe um pouco do competente trabalho da professora – e agora Mestre - Vanessa Michelli Faraom ZanESCO. Sua Dissertação foi aprovada, em sua forma final, para obtenção do título de Mestre em Letras pelo programa de Pós-Graduação *Strito Sensu*, em Letras – Nível de Mestrado, Área de Concentração em Linguagem e Sociedade – da Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE – com avaliação da Banca Examinadora, formada por Destacados Mestres e Doutores, representantes de outros estados, sob a presidência do Professor Doutor António Donizete da Cruz, da UNIOESTE .

“Consideração final da Dissertação:

Por meio do tema proposto, acreditamos que é possível desempenhar um trabalho coerente e significativo, buscando não apenas descrever os recursos e significações presentes nos poemas, mas também demonstrar o potencial das obras *Jogo de luz* (1993) e *Essências transfiguradas* (2011) e, conseqüentemente, seu valor dentro do contexto literário”.

“Conclusão da Dissertação:

A poesia de Chloris Casagrande Justen traz experiências cotidianas, porém com visão peculiar de cada tema que é abordado. Sua poesia é

multifacetada, por meio do canto gratuito e imagético pluralístico, os versos convidam o leitor a mergulhar na profundidade de cada palavra elaborada pela poeta. De uma maneira especial, essa artesã da palavra vê, sente e interpreta o mundo, conseguindo de maneira única dar cor e brilho para seus versos.”

Ao término da minha leitura sobre o teor da Dissertação, avaliando com segura isenção, posso ressaltar a importância da linha de pensamento lógico do Orientador, a consistência dos pressupostos levantados, a qualidade da bibliografia de autores consagrados, a pureza da composição literária e da expressão artística na apresentação das poesias analisadas, enaltecidos pela competência pedagógica e lingüística da Mestre Vanessa, que fez da sua dissertação uma peça de alto valor cultural para a Literatura Paranaense.

Cabe, na oportunidade, ressaltar o estudo da presente Dissertação, que estendeu amplamente o campo de ação literária, abrindo possibilidades para um largo horizonte de estudos e pesquisas sobre a poesia na literatura paranaense e para aumentar o nível de promoção dos estudos acadêmicos.

As considerações finais da Dissertação levam-nos à responsabilidade de mais estimular a intelectualidade do Paraná, não somente ao cultivo da nossa Língua, como à produção da literatura e das artes literárias.

Impossível deixar de agradecer a especial homenagem que recebi com a escolha da minha poesia para esse estudo tão profundo de trinta poemas, conferindo-lhes valores literários que, acrescidos à Literatura Paranaense, honram sobremaneira a autora e cujo estudo trouxe à lume a necessidade de, cada vez mais, incentivar e divulgar a Literatura e as Artes Paranaenses.

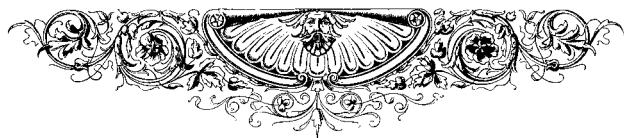
À Vanessa, Mestre ilustre, votos de estrelas brilhando na jornada de luzes do seu viver!



ARROGÂNCIA E INTIMIDAÇÃO



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND



“Onde há lei, há injustiça” – in TOLSTOI,
“Guerra e Paz”, como dito pelo General Kutuzov.

O princípio que rege em geral a atividade do advogado é o da liberdade de pensamento. O advogado é livre por definição, mas só o será se tiver personalidade para tanto. Este é o carro chefe, do qual se originam explicitamente e em paralelo o da liberdade de imprensa, o da liberdade de ir e vir, no caso dos advogados, além dos princípios gerais de direito que lhes socorrem, o princípio do sigilo profissional, consagrado até na Constituição da República. Os princípios, como o da igualdade perante a lei, o da inviolabilidade do lar, o da legalidade (ninguém poderá ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei) se ajustam também ao da liberdade, é paralelo e reiterado, que um existe não em função do outro, mas pode reafirmá-lo, porque aplicado em condições diversas, mais aberto portanto. O sigilo tem a natureza de proteger o advogado, em face de sua representação e o envolve totalmente, até o ponto em que, se houver descumprimento pelo próprio advogado, este poderá ser denunciado à OAB por infração profissional. A cláusula sobre o sigilo revela-se como se diz como cláusula pétrea da Constituição, tal como está ali expresso, não pode ser mudado por emenda constitucional, muito menos por leis comuns. Estas se constituem de conquistas históricas, como na da Declaração de Independência dos Estados Unidos (redigida pelo fantástico Thomas Jefferson), com maior clareza nas primeiras doze emendas à sua Constituição, na Revolução

Francesa, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, inclusive adotada na Constituição Brasileira.

Como se vê, por ignorância ou má fé, ou por ignorância e má fé juntos, a advogada Beatriz Cata Preta está sendo pressionada, ou melhor, intimidada a revelar fatos ou comportamentos, resguardados em toda a sua extensão pelo sigilo profissional, que protege a sua identidade, a sua dignidade pessoal como profissional: o fato dela ter denunciado que deixará a advocacia perante a Lava Jato, por um dos motivos o de que ela está sendo perseguida e ameaçada, surdamente, ela e sua família, por quem quer que seja e que ela tem a desconfiança de que se origina em personagens da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os escândalos da Petrobrás, é sintomático, antes para confessar seu comportamento como advogado e os respectivos honorários, que teria recebido, agora para dizer quem a está ameaçando.

Muito que bem, a maior ameaça está precisamente no fato de ter sido convocada para depor na CPI, sobre tudo o que está envolto pela sua posição de ter sido advogada. As declarações prestadas pelo parlamentar que fez o pedido de convocação e do Presidente da CPI, com maior força as falas hostis do Presidente da Câmara dos Deputados constituem intimidação suficiente para que a advogada não se sinta à vontade, sentada na cadeira de depoente-informante, com todos os agressores em torno, movidos pela manifesta intenção de intimidá-la, desmoralizá-la. Este fato já demonstra claramente a vontade de humilhá-la, de perquirir de sua conduta pessoal, sobre o que ela está ligada perfeitamente a suas atitudes e a seus trabalhos como advogada. A intimidação está ali patente, na insistência teimosa, absurda e inaceitável de tal convocação.

A CPI não tem direito a exigir que ela venha denunciar quem supostamente esteja encabeçando as ameaças que ela e sua família estão sofrendo. Para qualquer advogado que tenha tido experiência em conflitos, defendendo uma parte contra outra, por exemplo, é de canhestro conhecimento e vitalidade que não é de se espantar

quando venha a ser ameaçado por alguém que tenha seus interesses contrariados. Ameaça que, como no caso da Máfia americana, nunca é feita por quem se sabe ser o interessado, mas por comparsas contratados, acobertados pelo sinistro anonimato. E mais que tudo os participantes da CPI, cujo deslize de suas finalidades para quais foi criada, para perseguir, humilhar e intimidar um advogado, cujas atitudes foram de conhecimento público, parece encobrir a incapacidade manifesta de ser levada a sério as suas designadas tarefas precípua, encobrendo-as com cortina de fumaça do “diz-que-me-disse”.

E a finalidade vai embora, mergulhada na incapacidade, na certeza de que não chegará a nenhuma conclusão, senão a pretensão de acobertar e tentar desfazer o trabalho de juízes, promotores e também de advogados, também de policiais, no desmascaramento do maior escândalo da história do País, talvez da América Latina.

A advogada tem o direito de não se pronunciar sobre nada do que envolve a sua desenvoltura como profissional da advocacia, inclusive o de não revelar as suspeitas de quem esteja por trás de ameaças e intimidações. Mas todos, todos sabemos quem está por trás. Ela não está obrigada a enfrentar um possível algoz, pronto a desfechar, na CPI, o seu agressivo e intimidativo desforço psicológico, impedindo a advogada de continuar a exercer os seus direitos fundamentais, envolvidos com o princípio do sigilo profissional e da liberdade de pensamento.

Não é segredo nem desconhecimento de ninguém que a falta de escrúpulos ronda, infelizmente, o Congresso Nacional, capitaneada pelas atroz presidências das duas casas. E a Ordem dos Advogados não acompanhará a advogada acuada em sua compulsória visita à CPI? Os bons tempos da OAB estão a se encerrar, pela notória candidatura do atual Presidente a uma das vagas aos tribunais superiores? Bons tempos do Raymundo Faoro, que recusou ser Ministro da Justiça depois de ter terminado seu mandato como Presidente, simplesmente

para não conspurcar sua imagem e sua biografia. Presidente da OAB é livre, é mais importante que Ministro, porque este está subordinado a uma porção de gente, de dentro e de fora do Governo, como sucede mais que nunca agora. Ser esse Presidente da OAB é só sê-lo.

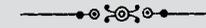


NOTÍCIAS PERANTE A ACADEMIA

NAS REUNIÕES DA ACADEMIA,
UM CONVIDADO, TEM REALIZADO PALESTRA
SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE.



OURO SOBRE AZUL



Por IVAN SCHMIDT



Sob esse título, o crítico e jornalista Ivan Schmidt escreveu um excelente texto em homenagem a nosso acadêmico merecedor o poeta João Manoel Simões, texto este do qual extraímos alguns importantes tópicos, como seja :

“Um livro absolutamente imprescindível para os amantes da literatura e, muito mais que isso, para os cultores da palavra. Trata-se do mais recente volume a contar com a assinatura de João Manuel Simões – *Ensaios escolhidos* – lançado pela Editora e Livraria do Chain. A seleção dos ensaios e o prefácio enriquecedor são de responsabilidade do professor e jornalista Hélio de Freitas Puglielli, que logrou o êxito de acomodar em 430 páginas a suma emblemática duma obra escrita ao longo de 50 anos e, que segundo diz o autor sem falsa modéstia ou jactância “exigiria muito mais de mil páginas”.

“Nascido em Mortágua (Portugal), o menino João Manuel veio para o Brasil em 1954 com os pais e o irmão Bráulio José. A cidade escolhida pela família foi Curitiba, onde o escriba luso-araucariano (como se define) mora até hoje.

...“Mesmo que a seleção não tenha se preocupado em datar com dia, mês e ano os ensaios agora reunidos, o leitor com alguma prática da sinalização demarcatória do continente literário perceberá com facilidade que a abordagem multiforme ilumina a ampla ribalta em que pontificaram os autores das obras mais relevantes da literatura mundial. O livro de JMS vale pela densidade com que o autor brinda o público com informações privilegiadas, frutos de

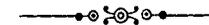
leitura vasta e proficiente e, diria eu, da familiaridade do geógrafo com o ambiente que pretende descrever. Um dos melhores exemplos, a meu ver, está na classificação dos “outros eus” do poeta Fernando Pessoa, os chamados heterônimos. No dizer de JMS, eles são “seres – pessoas – com individualidades distintas, mentalidades diferentes, filosofias de vida e cosmovisões independentes”. Aliás, vão mais a fundo porquanto encarnam estilos poéticos inconfundíveis. JMS, também poeta (e dos bons), pinçando talvez os sentimentos mais recônditos de Pessoa, acrescenta que “sendo os estilos dos diversos heterônimos tão diferenciados, dão realmente a impressão de que pertencem a diversos poetas concretos, quando são meras projeções ficcionais. Pessoa chega ao extremo de inventar para cada um deles uma biografia individual. Desenha-lhes o perfil físico. Radiografa os seus organismos, penetra nas suas almas”.

“Os heterônimos, na visão analítica do escriba luso-araucariano, são “indivíduos que se desdobram no plano físico, na esfera mental e no terreno psíquico, escrevem, pela mão de Pessoa, por assim dizer, mediunicamente, páginas poéticas das mais poderosas de toda a riquíssima poesia portuguesa” foi, a seu critério, simplesmente um dos maiores poetas de todos os tempos, Machado de Assis o Amazonas do verbo, beleza e encantamento e Drummond, um nome emblemático ausente da galeria dos Prêmios Nobel de Literatura. “Da mesma forma que a Academia Brasileira de Letras não soube honrar-se (e engrandecer-se) com sua presença maiúscula”, concluiu para em seguida acrescentar um argumento corajoso: “Afinal, não há lá dentro hoje – e talvez não venha a haver nunca – ninguém maior que ele. Ou que se iguale a sua estrutura. Temos aí duas injustiças flagrantes. [...] No caso da Academia de Estocolmo, os suecos não conhecem o nosso idioma. No caso da Academia Brasileira, os acadêmicos parecem não saber (ou não sabem mesmo?) o que é poesia...”

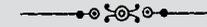
E assim o jornalista crítico Ivan Schmidt encerra : ...” a leitura de *Ensaios escolhidos*, de João Manuel Simões, que o próprio autor classifica como principal legado de sua trajetória literária – ele é também poeta e contista – é indispensável. Na verdade, o autor decidiu seguir o conselho de um de seus muitos amigos, no caso o pranteado José Carlos Veiga Lopes, então presidente da Academia Paranaense de Letras, da qual JMS é membro, que lhe cobrava reunir num livro “gordo” a totalidade da produção ensaística.

“O desafio foi encarado e o professor Hélio Puglielli saiu-se com esmero da tarefa de fazer sobrenadar “o ouro sobre azul” da extensa obra de alguém que como poucos pode repetir a frase de Balzac: “Não tenho tempo para escrever menos”.

Vale a pena, portanto, ler e os *Ensaios escolhidos* de nosso poeta João Manoel Simões, cuja presença por certo enobrece a Academia Paranaense de Letras.



PROJETO UMA SEDE PARA A ACADEMIA



Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN



Entre as finalidades da Academia, a Comissão da História do Paraná vem desenvolvendo um trabalho relacionado à implantação da Lei Nº 13.381/01, normatizada pela Deliberação 07/06 do CEE/SEED, que determina o ensino obrigatório de conteúdos da História do Paraná em todas as séries do Ensino Fundamental e Médio do Sistema de Ensino do Estado.

Para a implantação dessa Lei, a Academia Paranaense de Letras elaborou o projeto “A Academia vai à Escola” e, com ele assinou um Convênio com a Secretaria de Estado da Educação, em 19/12/2013, para a implantação da Lei em estudos, com um grupo entre a SEED e APL. Desde então, vem estabelecendo propostas pedagógicas e de ensino à distância, para preparação de professores e material didático correspondente ao ensino determinado pela Lei.

Paralelamente, o poder público ofereceu à Academia uma proposta de instalação da APL em uma sede, durante a gestão da presidente atual.

Para a determinação da instalação, foi elaborado o Projeto “ Uma sede para a Academia ”, que terminou por interligar as Secretarias de Estado da Educação, da Cultura, a de Assuntos Extraordinários e da Fundação Cultural de Curitiba para, em ação conjunta, buscarem a melhor sede para a Academia, cuja escolha recaiu no Belvedere, edifício tombado, situado na Praça João Cândido, no Alto do São Francisco.

Em 19/12/2013 foi assinado pelo Vice-Governador, Flavio Arns, representando o Governador do Estado, o ato oficial de Intenção da Cessão do Belvedere pela Academia. Resolvidas todas as démarches

administrativas, o Governador do Estado, autorizado por decreto da Assembleia Legislativa, assinou, em 15 de dezembro de 2014, a Lei Nº 18. 383/ 2014, que autorizou a cessão de uso do Belvedere para a Academia Paranaense de Letras, pela vigência de vinte anos, sendo o imóvel destinado exclusivamente, com vistas à elaboração do Laboratório da Cultura Paranaense, (Observatório da Cultura Paranaense) devendo retornar ao patrimônio do Estado em caso de se comprovar uso distinto.

Complementando a Cessão de Uso do Imóvel, a Academia assinou com as Secretarias de Estado da Educação - SEED, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, um Convênio de Cooperação Técnica, definindo as funções e responsabilidades de cada parte. Seguiram-se as atividades obrigatórias de a cada um.

Em seguida, a Academia e a Fecomércio assinaram um Convênio pelo qual o SENAC instalará um Café- Escola no primeiro pavimento, com a responsabilidade de movimentar o pavimento térreo e, em decorrência o entorno do edifício. E a Academia Paranaense de Letra assumirá o segundo pavimento, que terá entrada independente através de um elevador externo. Na fachada do edifício será colocada uma placa com os dizeres: ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

OBSERVATÓRIO DA CULTURA PARANAENSE
Curitiba, 27 de julho de 2015



RELAÇÃO DAS CADEIRAS

PATRONOS
FUNDADORES
OCUPANTES





CADEIRA N.º 1

PATRONO

Antônio Vieira dos Santos (1784-1854)

FUNDADOR

José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933)

1.º OCUPANTE

Valfrido Pilotto (1903-2006)

2.º OCUPANTE

Dante José Mendonça (1951)

CADEIRA N.º 2

PATRONO

Cândido Martins Lopes (1803-1871)

FUNDADOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938)

1.º OCUPANTE

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955)

2.º OCUPANTE

Oswaldo Pilotto (1901-1993)

3.º OCUPANTE

Luiz Romaguera Netto (1935-2004)

4.º OCUPANTE

Ernani Buchmann (1948)

CADEIRA N.º 3

PATRONO

Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)

FUNDADOR

Moyisés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)

1.º OCUPANTE

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968)

2.º OCUPANTE

Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987)

3.º OCUPANTE

René Ariel Dotti (1934)

CADEIRA N.º 4

PATRONO

Dr. José Cândido da Silva Murici (1827-1879)

FUNDADOR

José Cândido da Silva Muricy (1863-1943)

1.º OCUPANTE

José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984)

2.º OCUPANTE

Eduardo Rocha Virmond (1929)

CADEIRA N.º 5

PATRONO

Fernando Amaro de Miranda (1831-1857)

FUNDADOR

Manoel de Azevedo da Silveira Neto (1872-1942)

1.º OCUPANTE

Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)

2.º OCUPANTE

Leopoldo Scherner (1919-2011)

3.º OCUPANTE

Paulo Venturelli (1950)

CADEIRA N.º 6

PATRONO

Senador Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905)

FUNDADOR

Nestor Víctor dos Santos (1868-1932)

1.º OCUPANTE

Ulysses Falcão Vieira (1885-1942)

2.º OCUPANTE

Ernani Guarita Cartaxo (1900-1967)

3.º OCUPANTE

Francisco Raitani (1897-1971)

4.º OCUPANTE

Felício Raitani Neto (1917 - 2000)

5.º OCUPANTE

Harley Clóvis Stocchero (1926-2005)

6.º OCUPANTE

Oriovisto Guimarães (1945)

CADEIRA N.º 7

PATRONO

Bento Fernandes de Barros (1834-1903)

FUNDADOR

João Pamphilo d'Assumpção (1865-1945)

1.º OCUPANTE

Oscar Martins Gomes (1893-1977)

2.º OCUPANTE

Marino Bueno Brandão Braga (1920-2010)

3.º OCUPANTE

Ney José de Freitas (1953)

CADEIRA N.º 8

PATRONO

Francisco Antônio Monteiro Tourinho (1837-1885)

FUNDADOR

Jaime Ballão (1869-1930)

1.º OCUPANTE

Ildefonso Serro Azul (1888-1949)

(Ildefonso Pereira Correia)

2.º OCUPANTE

Jaime Ballão Júnior (1891-1968)

3.º OCUPANTE

Elias Karam (1902-1975)

4.º OCUPANTE

Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998)

5.º OCUPANTE

Rafael Valdomiro Greca de Macedo (1956)

CADEIRA N.º 9

PATRONO

Manoel Euphrasio Correia (1839-1888)

FUNDADOR

Leôncio Correia (1865-1950)

1.º OCUPANTE

Vasco José Taborda Ribas (1909-1997)

2.º OCUPANTE

Ário Taborda Dergint de Rawicz (1931)

CADEIRA N.º 10

PATRONO

Telêmaco Augusto Enéas Morocines Borba (1840-1919)

FUNDADOR

Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932)

1.º OCUPANTE

Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937)

2.º OCUPANTE

Arthur Martins Franco (1876-1979)

3.º OCUPANTE

Ruy Christovam Wachowicz (1939-2000)

4.º OCUPANTE

Raymundo Maximiano Negrão Torres (1925-2006)

5.º OCUPANTE

Flora Camargo Munhoz da Rocha (1911-2014)

6.º OCUPANTE

Flávio Arns (1950)

CADEIRA N.º 11

PATRONO

Alfredo Caetano Munhoz (1845-1921)

FUNDADOR

Alcides Munhoz (1873-1930)

1.º OCUPANTE

Laertes de Macedo Munhoz (1900-1967)

2.º OCUPANTE

João Manuel Simões (1939)

CADEIRA N.º 12

PATRONO

Ubaldo do Amaral Fontoura (1842-1920)

FUNDADOR

Euclides da Motta Bandeira e Silva (1877-1947)

1.º OCUPANTE

José de Sá Nunes (1893-1954)

2.º OCUPANTE

Faris Antônio Salomão Michael (1911-1977)

3.º OCUPANTE

Ernani Costa Straube (1929)

CADEIRA N.º 13

PATRONO

Generoso Marques dos Santos (1844-1928)

FUNDADOR

Enéas Marques dos Santos (1883-1961)

1.º OCUPANTE

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1916-2002)

2.º OCUPANTE

Rui Cavallin Pinto (1928)

CADEIRA N.º 14

PATRONO

José Bernardino Bormann (1844-1919)

FUNDADOR

Dídio Iratim Affonso da Costa (1881-1953)

1.º OCUPANTE

Júlio Estrella Moreira (1899-1975)

2.º OCUPANTE

José Carlos Veiga Lopes (1939-2010)

4.º OCUPANTE

Guido Viaro (1968)

CADEIRA N.º 15

PATRONO

Dr. João José Pedrosa (1844-1882)

FUNDADOR

Clemente Ritz (1888-1935)

1.º OCUPANTE

Virgílio Moreira (1900-1973)

2.º OCUPANTE

Christovam Colombo de Souza (1920-1991)

3.º OCUPANTE

Adélia Maria Woellner (1940)

CADEIRA N.º 16

PATRONO

Brasilio Itiberê da Cunha (1846-1913)

FUNDADOR

Paulo Ildephonso d'Assumpção (1868-1928)

1.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos (1878-1957)

2.º OCUPANTE

Bento João d'Albuquerque Mossurunga (1879-1970)

3.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos Filho (1914-1987)

4.º OCUPANTE

Alceo Ariosto Bocchino (1918 - 2013)

5.º OCUPANTE

Paulo Sergio da Graça Torres Pereira (1954)

CADEIRA N.º 17

PATRONO

Eusébio Silveira da Motta (1847-1909)

FUNDADOR

Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937)

1.º OCUPANTE

Dicesar Plaisant (1894-1969)

2.º OCUPANTE

Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983)

3.º OCUPANTE

Euro Brandão (1924-2000)

4.º OCUPANTE

Clemente Ivo Juliatto (1940)

CADEIRA N.º 18

PATRONO

Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847-1909)

FUNDADOR

Hypólito Pacheco Alves de Araújo (1969-1946)

1.º OCUPANTE

Manoel de Lacerda Pinto (1893-1974)

2.º OCUPANTE

Francisco da Cunha Pereira Filho (1926-2009)

3.º OCUPANTE

José Laurentino Gomes (1956)

CADEIRA N.º 19

PATRONO

José Gonçalves de Moraes (1849-1909)

FUNDADOR

José Gelbecke (1879-1960)

1.º OCUPANTE

Arildo José de Albuquerque (1914-1974)

2.º OCUPANTE

Joaquim Carvalho (1910-1974)

3.º OCUPANTE

Carlos Alberto Sanches (1941)

CADEIRA N.º 20

PATRONO

Albino José Silva (1845-1905)

FUNDADOR

José Niepce da Silva (1876-1935)

1.º OCUPANTE

Ciro Silva (1883-1968)

2.º OCUPANTE

Francisco Pereira da Silva (1909-1974)

3.º OCUPANTE

Samuel Guimarães da Costa (1917-1997)

4.º OCUPANTE

Luiz Geraldo Mazza (1931)

CADEIRA N.º 21

PATRONO

João Evangelista Braga (1850-1913)

FUNDADOR

Leônidas Moura de Loyola (1892-1938)

1.º OCUPANTE

Milton Ericksen Carneiro (1902-1975)

2.º OCUPANTE

Ernani Simas Alves (1914-2000)

3.º OCUPANTE

Albino de Brito Freire (1941)

CADEIRA N.º 22

PATRONO

Monsenhor Manoel Vicente Montepoliciano da Silva (1851-1909)

FUNDADOR

Bispo Dom Alberto José Gonçalves (1859-1945)

1.º OCUPANTE

Carlos Stellfeld (1900-1970)

2.º OCUPANTE

Metry Bacila (1922 - 2012)

3.º OCUPANTE

João José Bigarella (1923)

CADEIRA N.º 23

PATRONO

Fernando Machado Simas (1851-1916)

FUNDADOR

Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938)

1.º OCUPANTE

Hugo Gutierrez Simas (1883-1941)

2.º OCUPANTE

Arthur Ferreira dos Santos (1894-1972)

3.º OCUPANTE

Odilon Túlio Vargas (1929-2008)

4.º OCUPANTE

Jeorling Joely Cordeiro Cleve (1932)

CADEIRA.º 24

PATRONO

Luiz Ferreira França (1853-1921)

FUNDADOR

Serafim França (1888-1967)

1.º OCUPANTE

Assad Amadeu Yassim (1935-1985)

2.º OCUPANTE

Chloris Casagrande Justen (1923)

CADEIRA N.º 25

PATRONO

Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)

FUNDADOR

João Cândido Ferreira (1864-1948)

1.º OCUPANTE

Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973)

2.º OCUPANTE

Ruy Noronha Miranda (1914-2010)

3.º OCUPANTE

Paulo Vítola (1947)

CADEIRA N.º 26

PATRONO

Joaquim Dias da Rocha Filho (1862-1895)

FUNDADOR

Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982)

1.º OCUPANTE

Wilson da Silva Bóia (1927-2005)

2.º OCUPANTE

Leo de Almeida Neves (1932)

CADEIRA N.º 27

PATRONO

Domingos Virgílio do Nascimento (1862-1915)

FUNDADOR

Omar Gonçalves da Motta (1910-1972)

1.º OCUPANTE

Noel Nascimento (1925 - 2013)

2.º OCUPANTE

Marta Morais da Costa (1945)

CADEIRA N.º 28

PATRONO

Francisco Carvalho de Oliveira (1863-1927)

FUNDADOR

Rodrigo Júnior (1887-1964)

(João Baptista Carvalho de Oliveira)

1.º OCUPANTE

Leonardo Henke (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Helena Kolody (1912-2004)

3.º OCUPANTE

Belmiro Valverde Jobim Castor (1942 - 2014)

4.º OCUPANTE

Nilson Monteiro (1951)

CADEIRA N.º 29

PATRONO

Leónidas Fernandes de Barros (1865-1926)

FUNDADOR

Adolpho Jansen Werneck de Capistrano (1879-1932)

1.º OCUPANTE

Alcindo Lima (1902-1935)

2.º OCUPANTE

Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

4.º OCUPANTE

Darci Piana (1941)

CADEIRA N.º 30

PATRONO

Emiliano David Pernetá (1866-1921)

FUNDADOR

José Henrique de Santa Ritta (1872-1944)

1.º OCUPANTE

Octávio De Sá Barreto (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Oldemar Justus (1922-2006)

3.º OCUPANTE

Adherbal Fortes de Sá Júnior (1938)

CADEIRA N.º 31

PATRONO

Emílio Correia de Menezes (1866-1918)

FUNDADOR

Helvídio da Silva Pereira (1883-19?)

1.º OCUPANTE

Lauro Grein Filho (1921)

CADEIRA N.º 32

PATRONO

Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior (1866-1926)

FUNDADOR

Alceu Chichorro (1896-1977)

1.º OCUPANTE

Emílio Leão de Mattos Sounis (1913-1999)

2.º OCUPANTE

José Wanderlei Miranda de Resende (1938)

CADEIRA N.º 33

PATRONO

Nestor Pereira de Castro (1867-1906)

FUNDADOR

Samuel César de Oliveira (1895-1934)

1.º OCUPANTE

Alfredo Romário Martins (1874-1948)

2.º OCUPANTE

José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977)

3.º OCUPANTE

Edwino Donato Tempski (1913-1995)

4.º OCUPANTE

Edilberto Trevisan (1923-2010)

5.º OCUPANTE

Roberto Mugiatti (1937)

CADEIRA N.º 34

PATRONO

Júlio David Pernetá (1869-1921)

FUNDADOR

João David Pernetá (1874-1933)

1.º OCUPANTE

Raul Rodrigues Gomes (1889-1975)

2.º OCUPANTE

Antônio Celso Mendes (1934)**CADEIRA N.º 35**

PATRONO

Nilo Cairo da Silva (1874-1928)

FUNDADOR

José Pereira de Macedo (1883-1965)

1.º OCUPANTE

Mario Braga de Abreu (1906-1981)

2.º OCUPANTE

Moysés Goldstein Paciornik (1914-2008)

3.º OCUPANTE

Ricardo Pasquini (1938)**CADEIRA N.º 36**

PATRONO

Ricardo Pereira de Lemos (1871-1932)

FUNDADOR

Heitor Stockler de França (1888-1975)

1.º OCUPANTE

Apollo Taborda França (1926)**CADEIRA N.º 37**

PATRONO

Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926)

FUNDADOR

Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior (1880-1958)

1.º OCUPANTE

José Augusto Gummy (1889-1971)

2.º OCUPANTE

Dario Nogueira dos Santos (1899-1980)

3.º OCUPANTE

Pompília Lopes dos Santos (1900-1993)

4.º OCUPANTE

Hellé Vellozo Fernandes (1925-2008)

5.º OCUPANTE

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (1938)**CADEIRA N.º 38**

PATRONO

Reinaldino Antônio Scharffenberg de Quadros (1878-1929)

FUNDADOR

Durval Borges de Macedo (1895-1984)

1.º OCUPANTE

Mário Marcondes de Albuquerque (1915-1998)

2.º OCUPANTE

Carlos Roberto Antunes dos Santos (1945-2013)

3.º OCUPANTE

Maria José Justino (1949)**CADEIRA N.º 39**

PATRONO

Aristides de Paula França (1879-1910)

FUNDADOR

José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942)

1.º OCUPANTE

José Farani Mansur Guérios (1906-1943)

2.º OCUPANTE

Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1984)

3.º OCUPANTE

Francisco Filipak (1924-2010)

4.º OCUPANTE

Cecília Helm (1937)**CADEIRA N.º 40**

PATRONO

Cícero Marcondes França (1884-1908)

FUNDADOR

Generoso Borges de Macedo (1875-1945)

1.º OCUPANTE

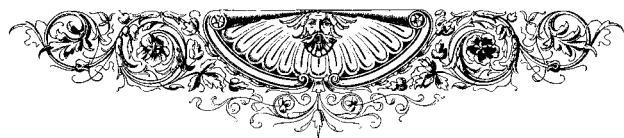
Ángelo Guarinello (1876-1959)

2.º OCUPANTE

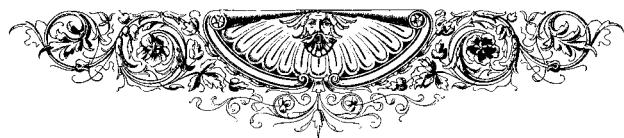
Alvir Riesenbergl (1907-1975)

3.º OCUPANTE

Valério Hoerner Júnior (1943-2015)



ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS



Adélia Maria Woellner adeliamaria@hotmail.com	Rua Maria Valenga, 257 Piraquara – PR 83305-085	(41) 3673-2384
Adherbal Fortes de Sá Júnior afortesjr@uol.com.br	Rua Ivo Leão, 702, ap.103 Curitiba - PR 80030-180	(41) 3252-2035
Albino de Brito Freire abfreire2007@onda.com.br	Al. Júlia da Costa, 941, ap.902 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3015-7214
Antônio Celso Mendes antcmendes@gmail.com	Av.Anita Garibaldi, 31, ap.1102 Curitiba – PR 80540-180	(41) 3253-2645
Apollo Taborda França murilohfrana@yahoo.com.br	Rua Visc. Guarapuava 1535, ap.122 Curitiba – PR 80060-060	(41) 3363-5199
Ário Taborda Dergint ligiadergint@gmail.com.br	Rua Des. Otávio Amaral 770,ap.3 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3335-9727
Carlos Alberto Sanches carlosasanches2@yahoo.com.br	Av. Iguaçu, 3000/ 501 Curitiba – PR 80240-031	(41) 3244-9279
Cecília Maria Vieira Helm ceciliah@onda.com.br	Rua Camões, 1790 - ap.101 Curitiba - PR 80040-180	(41) 3254-1914
Chloris Casagrande Justen cjusten@onda.com.br	Rua Des.OtávioAmaral, 557, ap.142 Curitiba-PR 80730-400	(41) 3336-4237

Clemente Ivo Juliatto cijpucpr@yahoo.com.br	Rua Imaculada Conceição, 1155 Curitiba - PR 80215-901	(41) 3271-1505
Clotilde de Lourdes B. Germiniani frankgerminiani@uol.com.br	Rua Buenos Aires, 611, ap.201 Curitiba - PR 80250-070	(41) 3233-7941
Dante Mendonça dantejmendonca@gmail.com	Rua Augusto Stelfeld, 873, ap. 203, Centro Curitiba - PR 80430-140	(41) 3233-2346
Darci Piana presidencia@fecomercio.pr.com.br	Rua Visconde do Rio Branco 931, 6º andar, Curitiba - PR 80410-001	(41) 3883-4512
Eduardo RochaVirmond erv@ervirmond.com.br	Rua Lamenha Lins, 940 Curitiba - PR 80020-917	(41) 3222-0348
Ernani Costa Straube ihgpr1900@hotmail.com	Av. Paraná, 775, ap.06 Curitiba - PR 80035-130	(41) 3224 -0683
Ernani Lopes Buchmann ernanibuchmann@gmail.com	Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 1720 Ap 2303 Curitiba - PR 81200-110	(41) 3279-1270
Flávio Arns seae@seae.pr.gov.br	Rua Nunes Machado, 2035 Rebouças Curitiba - PR 80220-070	(41) 3332-9161

Guido Viaro guidov@ig.com.br	Rua Rafael Papa, 109 Jardim Social Curitiba - PR 80020-010	(41) 3262-2747
Jeorling Cordeiro Clève dircecleve@onda.com.br	Rua Deputado Mário de Barros, 944 Curitiba - PR 80530-280	(41) 3253-4539
João José Bigarella irisbigarella@gmail.com	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa, 618, ap12 Curitiba-PR	(41) 3252-1029
João Manoel Simões	Rua Tibagi, 137/ 142 Curitiba - PR 80060-110	(41) 3222-9988
José Wanderlei Resende josewanderlei.resende@gmail.com	Al. Júlia da Costa, 879 ap.52, Curitiba - PR 80430-110	(41) 3222-4730
Laurentino Gomes lgomes@laurentinogomes.com.br	Rua Vinte e Um, 51 Condomínio Vila Real de Itu Itu-SP 13312-393	(11)-9626-7252
Lauro Grein Filho igrein@hotmail.com	Al. Dom Pedro II, 571 7 andar, Batel Curitiba - PR 80420-011	(41) 3016-6622
Léo de Almeida Neves leoneves@cafepelle.com.br	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 1º andar, cj 101 São Paulo SP 04538-132	(11) -2175-2707

Luiz Geraldo Mazza cbn@cbncuritiba.com.br	Av. Paraná, 775/01 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-8504
Maria José Justino mjjustino@gmail	Rua Comendador Macedo, 254 Centro, Curitiba – PR 80060-030	(41) 3272-1069
Marta Morais da Costa mcosta45@yahoo.com.br	Avenida Nossa Senhora da Luz, 340 ap.602 - Bacacheri Curitiba – PR 80510-020	(41) 3606 2240
Ney José de Freitas neyfreitas@trt9.jus.br	Alameda Dr. Carlos de Carvalho 528, TRT9ª, Curitiba – PR 80430-180	(41) 3310-7000
Nilson Monteiro nilson_monteiro@hotmail.com	Rua Mauá, 1251, ap.301B Alto da Glória, Curitiba – PR 80030-200	(41) 3267-1112
Oriovisto Guimarães eladir@ogdm.com.br	Rua Gonçalves Dias, 665 Curitiba – PR 80710-570	(41) 3335-1441
Paulo Torres drpaulotorres@gmail.com	Rua Major Claro Américo Guimarães, 201, Jardim Social Curitiba PR CEP 82520 260	(41) 3264-5555

Paulo Venturelli paventur@uol.com.br	Rua Nicarágua, 888, ap.103 Curitiba PR CEP 82510 170	(41) 3257 - 3587
Paulo Vítola paulovitola@paulovitola.com.br	Rua Padre Agostinho, 1415 Mercês, Curitiba - PR 80810-110	(41) 3405- 3642
Rafael Greca de Macedo rafaelgreca@sul.com.br	Rua Ébano Pereira, 11-14º andar Curitiba – PR 80410-901	(41) 3324-4000
René Ariel Dotti rene.dotti@adv.br	Av. Nossa Senhora da Luz, 2625 Jardim Social, Curitiba – PR 82510-010	(41) 3263-3843
Ricardo Pasquini rpasquini@uol.com.br	Rua Mendelssohn, 50 Vita Alegre, Curitiba - PR 80820-120	(41) 3338-6312
Roberto Fernando Muggiati muggiati@infolink.com.br	Rua Real Grandeza, 82, casa 3 Rio de Janeiro - PR 22281-034	(21) 2537-4900 (41) 7174-5088
Rui Cavallin Pinto rpullus@turbo.com.br	Av. Vicente Machado, 1171/402 Curitiba-PR 800420 011	(41) 3232-8767

SUMÁRIO



PREFÁCIO 5

Chloris Casagrande Justen

PREÂMBULO 7

Eduardo Rocha Virmond

SETENTA ANOS DO TÉRMINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 9

Chloris Casagrande Justen | Eduardo Rocha Virmond
e Ernani Buchmann

ESTÃO VOLTANDO AS FLORES 15

Lauro Grein

COISAS QUE NÃO VOLTAM MAIS 19

Lauro Grein

CAMINHOS DE BUSCA 23

Íris Érica K. Bigarella

ULYSSES - TRADUÇÕES 27

Ernani Buchmann

HEIDEGGER E O NAZISMO 35

Eduardo Rocha Virmond

TÃO LONGE, TÃO PERTO 43

Suzana Munhoz da Rocha Guimarães

DISCURSO DE POSSE 49

Flora Camargo Munhoz da Rocha



MARECHAL RONDON - UM HERÓI BRASILEIRO **57**

Ernani Costa Straube

SABATINA OU INQUISIÇÃO? **61**

René Ariel Dotti

VELHO LEGAL **65**

Clemente Ivo Juliato

CEM PENSAMENTOS DE UM FILÓSOFO APRENDIZ
PARA PROVAR QUE DESCARTES TINHA RAZÃO **69**

Clemente Ivo Juliato

ALBERT CAMUS E A PESTE (I) **79**

João Manuel Simões

A ESCOLHA DE GETÚLIO **88**

Fernando Fontana

DISCURSO DE SAUDAÇÃO A MARTA MORAIS DA COSTA **97**

Adélia Maria Woellner

DISCURSO DE POSSE **109**

Marta Moraes da Costa

O TEATRO EM CURITIBA EM 1919 **119**

Marta Moraes da Costa

DISCURSO DE SAUDAÇÃO A NILSON MONTEIRO **127**

Ernani Buchmann

DISCURSO DE POSSE **137**

Nilson Monteiro

POEMAS **147**

Adélia Maria Woellner



A LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO 151

Cecília Maria Vieira Helm

A MENTE HUMANA E SEUS CONTEÚDOS TRANSCENDENTES 155

Antonio Celso Mendes

LAURENTINO GOMES E A COR DE CANELA 159

Adherbal Fortes de Sá Jr.

CARLOS DE CARVALHO, UM OUTRO RIO BRANCO? 169

Rui Cavallin Pinto

O PROMOTOR E O CRIME DA BARONESA 175

Rui Cavallin Pinto

A REVOLUÇÃO DE 64 E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ 179

Rui Cavallin Pinto

VIAGEM À TOSCANA 183

Dante Mendonça

VARGAS E O ESTADISTA 185

Léo de Almeida Neves

CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA 189

Léo de Almeida Neves

EM MEMÓRIA DO PROFESSOR DOUTOR VALÉRIO HOERNER JÚNIOR 193

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani

NÃO RIO MAIS, AGORA EU CHORO 197

Roberto Muggiati

QUATRO CENAS NO BELVEDERE DA VIDA 201

Roberto Muggiati

DICAS (SINGELAS) DE LINGUAGEM FORENSE 209

Albino de Brito Freire

LEIS RABUDAS, JABUTIS, E OUTRAS MARACUTAIAS 213

Albino de Brito Freire

O INVENTÁRIO DOS ESPELHOS 215

Guido Viaro

**DISCURSO PARA RECEBER O TÍTULO
DE CIDADÃO HONORÁRIO DE CURITIBA 219**

Paulo Torres

A POESIA EM UMA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO 227

Chloris Casagrande Justen

ARROGÂNCIA E INTIMIDAÇÃO 233

Eduardo Rocha Virmond

NOTÍCIAS 237

OURO SOBRE AZUL 239

Ivan Schmidt

PROJETO UMA SEDE PARA A ACADEMIA 243

Chloris Casagrande Justen

RELAÇÃO DAS CADEIRAS 245

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS 259

